DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8153 • SÃO PAULO, 15 A 17 DE JUNHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

PL do aborto: instituições preocupadas com aumento de gravidez em adolescentes

Geral Pág.06

De 1º de janeiro a 13 de maio deste ano, o Disque Direitos Humanos (Disque 100) recebeu 7.887 denúncias de estupro de vulnerável. Durante os primeiros 134 dias do ano, a média de denúncias foi de aproximadamente 60 casos diários ou dois registros por hora. Existe preocupação por parte de movimentos sociais e instituições caso o Projeto de Lei 1.904/2024 seja aprovado, pois isso poderia impedir que algumas meninas vítimas de estupro e em situação de vulnerabilidade social consigam interromper uma gravidez indesejada. Organizações públicas manifestaram repúdio à proposta de alteração do Código Penal Brasileiro. O documento legislativo, assinado por 32 parlamentares federais, compara o aborto ao homicídio e propõe que adolescentes e mulheres que optem por esse procedimento após 22 semanas de gravidez, mesmo em casos de estupro, sejam condenadas a penas de seis a 20 anos de prisão - uma sentença mais severa do que a estabelecida para agressores de vulneráveis (de oito a 15 anos de detenção). A lei brasileira atual não estabelece um prazo máximo para a interrupção legal da gravidez.

(Foto: EBC)

Um projeto de lei que teve tramitação de urgência aprovada pela Câmara dos Deputados quer equiparar a pena para quem realiza aborto à do crime de homicídio simples.

Internacional Pág.05

Putin diz aceitar cessar-fogo imediato se Ucrânia retirar tropas de regiões anexadas

Gastronomia Pág.11

Os sabores típicos das festas juninas: conheça as melhores quermesses de São Paulo

Política Pág.03

Eurípedes do solidariedade entra na lista dos mais procurados do mundo

O nome do presidente do partido Solidariedade, Eurípedes Gomes Macedo Júnior, foi incluído pela PF na lista de fugitivos mais procurados em nível internacional, a chamada difusão vermelha da Interpol. Ele é considerado foragido da Operação Fundo no Poço, investigação sobre suposto desvio de R$ 36 milhões do Fundo Partidário do Solidariedade.

Política Pág.03

Protestos contra PL que equipara aborto a homicídio eclodem pelo País

A aprovação pela Câmara do projeto de lei que equipara o aborto a homicídio fez eclodir em diversas cidades do País, desde quinta-feira, 13, manifestações contra a medida, especialmente em São Paulo, Rio e Brasília. O PL 1904/24 prevê que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação, em qualquer situação, passará a ser considerado homicídio, mesmo no caso de gravidez resultante de estupro.

Esportes Pág.08

Jovem promessa do tênis, Sinner representará Itália em todas as modalidades na Olimpíada de 2024

Internacional Pág.05

‘Já passou da hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos’, diz Lula ao G7

Economia Pág.04

Setor de Comércio e Serviços quebra recorde na geração de empregos em SP

Segmento de serviços criou 167 mil postos de trabalho formais no 1º quadrimestre do ano

(Foto: EBC)

O resultado geral mostra um cenário de crescimento e recuperação do mercado de trabalho em São Paulo.

Dados da FecomercioSP divulgados ontem, 14, mostram que o setor de comércio e serviços no Estado de São Paulo quebrou recorde histórico na geração de empregos no primeiro quadrimestre deste ano, desde o início da série, iniciada em 2020, com a criação do Caged. O setor de serviços respondeu pela geração de 167 mil postos de trabalho com carteira assinada, ou 45,5 mil vagas a mais que no mesmo período de 2023, enquanto o setor de comércio gerou 10,5 mil empregos formais, revertendo o saldo negativo do ano anterior, quando perdeu 7 mil empregos com carteira assinada. Na capital paulista, o comércio gerou 2.116 vagas em abril, enquanto os serviços registraram a criação de 16.268 empregos. Apesar de alguns números menores em comparação com meses anteriores, o resultado geral mostra um cenário de crescimento e recuperação do mercado de trabalho em São Paulo.

Política Pág.03

Lula mantém permanência de Juscelino no ministério ainda indefinida

Somente o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), sabe a “verdade” sobre os fatos que levaram ao seu indiciamento pela PF, disse o presidente Lula, que assinalou não ter pressa para resolver a questão e afirmou que terá uma “conversa franca” com o ministro quando retornar da Cúpula do G7, na Itália.

Economia Pág.04

Economia cresceu 1,81% em 12 meses até abril, aponta IBC-Br

Internacional Pág.05

Líderes do G7 reafirmam apoio à proposta de cessar-fogo em Gaza

Variedades Pág.09

Saiba quem foram os grandes vencedores do Prêmio da Música Brasileira 2024

Leis e Projetos Pág.02

Cadastro Nacional do Autismo: mais um passo rumo à inclusão”

Economia Pág.04

Analistas projetam déficit primário de R$ 79,715 bi neste ano

Esportes Pág.08

Seleção feminina brasileira sobe no ranking da Fifa e promete brilhar em Paris-2024

O QUE SÃO COOKIES

São arquivos criados por sites para coletar informações sobre a sua navegação na internet, que são armazenados em seu computador

COMO FUNCIONA

Você visita um site
Informações do site são solicitadas
O servidor do site recebe a solicitação
O servidor do site recebe com cookies
O computador armazena os cookies
O computador manda os cookies de volta
O servidor te reconhece e armazena os dados que podem ser utilizados

Enquanto você navega pela internet, uma “migalha” é deixada em cada site que você visita, permitindo que sua jornada seja rastreada

EXISTE ALGUM RISCO?

Em geral, não representam perigo, já que eles costumam guardar códigos aleatórios – e não dados pessoais – para identificar usuários

Em dispositivos compartilhados por várias pessoas, há um risco com cookies que mantêm sua conta logada. Com eles, terceiros podem acessar suas contas

COOKIES QUE PODEM SER RECUSADOS

> **OS DE MARKETING**, que rastreiam sua navegação para mostrar anúncios

> **OS FUNCIONAIS**, usados para o site lembrar que a conta está logada

> **OS DE ESTATÍSTICAS**, que servem para a página criar relatórios sobre a quantidade de visitas

FONTE Kaspersky | INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

10 dicas nutricionais para um “arraiá” gostoso e saudável
https://shre.ink/DFJr

Esportes Pág.08

Seleção feminina arrasa Bulgária e segue firme rumo à vitória contra a Turquia na Liga das Nações

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,46%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,09%
TR pré	0,0945%
Taxa básica financeira - TBF	0,8052%
Ibovespa (pontos)	119.662
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,11%
CDB pré 90 dias - ano	10,15%
CDI acumulado - mês	0,39%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,3810/R$ 5,3820
Dolar turismo	R$ 5,399/R$ 5,5790
Euro turismo	R$ 5,7600/R$ 5,7610

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Comissão aprova obrigatoriedade de formato acessível de provas e editais de concursos públicos

a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência aprovou um projeto de lei que visa garantir a acessibilidade em concursos públicos para candidatos com deficiência. Essa iniciativa é fundamental para promover a igualdade de oportunidades.

De acordo com o projeto, a administração pública será obrigada a oferecer editais e provas em formatos que atendam às necessidades específicas desses candidatos. Além dos cadernos de provas impressos em sistema braille, a proposta prevê a adoção de editais e provas acessíveis, garantindo que todos possam participar de forma equitativa.

O substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, recomendado pelo relator deputado Bruno Farias, mantém a essência da proposição original de forma mais concisa e técnica. Isso contribui para uma legislação mais eficaz e alinhada com as demandas reais dos candidatos com deficiência.

Agora, a proposta seguirá para análise pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Esperamos que essa medida seja um passo importante rumo à inclusão e à garantia de direitos para todos.

Comissão aprova criação de cadastro nacional da pessoa com transtorno do espectro autista

"A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que visa estabelecer um Cadastro Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CNPTEA).

Esse cadastro será criado e mantido pelo governo federal e conterá informações essenciais sobre pessoas com TEA, incluindo nome completo, diagnóstico, histórico de intervenções e tratamentos, necessidades específicas e escolaridade.

O objetivo desse cadastro é servir como base para a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para essa população. O texto aprovado também altera a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Marcelo Queiroz, relator do projeto de lei.

Vale ressaltar que a Lei 13.861/19 já previa a coleta de informações sobre o TEA nos censos demográficos a partir de 2019, mas como esses dados são coletados apenas a cada dez anos, pode haver defasagem em relação à realidade. Agora, com o CNPTEA, espera-se ter informações mais atualizadas e específicas para melhor atender às necessidades das pessoas com autismo."

Os próximos passos incluem a análise da proposta pelas comissões de Finanças e Tributação, bem como pela de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Desenvolvimento Social aprova proposta com novas regras para aluguel de veículos a pessoa com deficiência

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que visa alterar o número mínimo de veículos adaptados para pessoas com deficiência que as locadoras de veículos devem oferecer. Atualmente, as locadoras são obrigadas a adaptar um veículo a cada 20 da frota (ou 5% do total).

De acordo com a proposta aprovada, as locadoras com uma frota mínima de 200 veículos deverão se adequar e disponibilizar até 0,5% dos veículos adaptados para uso por pessoas com deficiência. Essa medida visa atender à demanda de forma mais eficiente.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo deputado Mersinho Lucena (PP-PB) ao Projeto de Lei 3274/15, do Senado, e ao PL 4334/12, da ex-deputada Bruna Furlan. Para garantir o cumprimento dessa obrigação pelas locadoras, o motorista com deficiência deverá fazer sua reserva com antecedência: 72 horas nos dois primeiros anos de vigência da lei e 48 horas a partir do terceiro ano.

Além disso, o substitutivo estabelece que, na ausência de veículo adaptado, a locadora deverá oferecer um veículo não adaptado com serviço gratuito de motorista durante o horário comercial, até que um automóvel adaptado esteja disponível. Esse veículo adaptado pode ser da frota própria da locadora ou subcontratado. Os balcões de aluguel de veículos em aeroportos também deverão garantir o deslocamento da pessoa com deficiência até a área de locação.

Assim como ocorre na venda de veículos para pessoas com deficiência, as locadoras também teriam benefícios tributários nas compras de veículos adaptados, sem restrições quanto ao prazo entre aquisições e quantidade de veículos.

Deputado vai apresentar projeto sobre aplicativo que permite a criança denunciar abusos sexuais

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Reunião da Comissão de Segurança Pública da Câmara.

É alarmante saber que o Brasil registrou 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2015 e 2021. Isso equivale a quase 80 casos por dia durante esse período. Os dados foram compilados pelo Ministério da Saúde e divulgados no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Dentre esses casos, 41,2% foram contra crianças (0 a 9 anos) e 58,8% envolveram adolescentes (10 a 19 anos). No ano de 2021, o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado, com pelo menos 35.196 casos. É fundamental que medidas sejam tomadas para prevenir e combater essa violência.

Um passo importante é o uso de aplicativos como o Infância Segura, lançado no Espírito Santo. Esse aplicativo permite que as vítimas denunciem abusos e violência sexual de forma fácil e intuitiva. Ele está disponível tanto para iOS quanto para Android e oferece a oportunidade de ligar diretamente para o conselheiro tutelar, garantindo que a criança tenha uma chance de se defender.

Além disso, a legislação brasileira, incluindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça a proteção da integridade física, psíquica e moral dos menores. A Lei 13.431/17 estabelece o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, preservando sua imagem, identidade e autonomia.

A coordenadora da Diretoria de Promoção de Direitos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Cristina Mosquetta, lembrou que o Estatuto da Criança e Adolescente reforçou o que a Constituição prevê: a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral do menor, preservando a imagem, a identidade, a autonomia, os valores e ideias. Desde 2017, uma lei (Lei 13.431/17) estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Meio Ambiente aprova projeto que institui programa para promover uso racional da água

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 596/24, que institui a Política Nacional de Racionalização no Uso e de Combate ao Desperdício de Água. Essa proposta visa promover o uso consciente e eficiente da água, além de combater o desperdício.

A legislação atual já prevê medidas para garantir a disponibilidade de água para as gerações presentes e futuras. No entanto, a perspectiva para o futuro é preocupante em um país que detém cerca de 12% das reservas de água doce do planeta. A má gestão dos recursos hídricos, aliada às mudanças climáticas, tem levado a crises hídricas cada vez mais frequentes, seja por excesso ou escassez de água.

Um relatório da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) revela que a disponibilidade hídrica pode diminuir em mais de 40% em regiões do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e parte do Sudeste até 2040.

O projeto propõe a criação de uma Política Nacional de Racionalização no Uso e de Combate ao Desperdício de Água, com princípios, objetivos e instrumentos específicos. Alguns pontos importantes incluem:

1. Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA): Incentiva ações para uso eficiente da água em sistemas de saneamento ambiental.
2. Plano Nacional de Recursos Hídricos: Integração com outras políticas e planos para melhor gerenciamento dos recursos hídricos.
3. Conscientização dos Consumidores: Campanhas educativas para promover o uso adequado da água.
4. Captação e Uso de Fontes Alternativas: Estímulo à captação de água das chuvas e outras fontes não convencionais.

Estados e municípios que aderirem a esses instrumentos terão preferência em convênios e contratos de repasses federais. O projeto busca beneficiar a população, garantindo o uso sustentável desse recurso vital para todos.

Debatedores criticam novas diretrizes do MEC para educação infantil

É preocupante que as novas diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a educação infantil e o ensino básico estejam gerando controvérsias. Durante uma audiência sobre investimento em educação infantil e alfabetização na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, participantes expressaram insatisfação com as mudanças.

Ilona Becskeházy, ex-secretária de Educação Básica do MEC durante o governo Bolsonaro, afirmou que a antiga Política Nacional de Alfabetização foi "derrubada sem nenhuma justificativa". Ela argumentou que essa política anterior havia sido construída com base em fundamentos técnicos, incluindo categorias essenciais para o processo de alfabetização, como consciência fonêmica, fluência em leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção escrita.

No entanto, segundo Ilona, o compromisso atual não é tão claro quanto o anterior. Ela o descreve como uma "lista de pedaços de normativos que já existiam", sem trazer inovações significativas em relação à alfabetização.

Na gestão atual do MEC, a política anterior foi substituída pelo "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". Lourival José Martins Filho, atual diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação do MEC, defendeu que esse compromisso reconhece o direito à alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)

Reunião da Comissão de Educação

Contudo, os debatedores criticaram esse ponto. João Batista Araújo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, destacou que, no mundo inteiro, há consenso de que os alunos devem estar alfabetizados até o final do primeiro ano escolar. Ele enfatizou que qualquer dificuldade deve ser tratada como um erro de processo, e medidas devem ser tomadas para corrigi-la.

Ilona Becskeházy também ressaltou que todos os alunos, independentemente de problemas cognitivos, devem estar alfabetizados no primeiro ano. Ela acredita que a desigualdade social no Brasil está diretamente relacionada à dificuldade de alfabetização das crianças na idade apropriada.

É essencial que as políticas educacionais sejam cuidadosamente avaliadas e ajustadas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida. A alfabetização é um pilar fundamental para o desenvolvimento futuro dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais igualitária e informada.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques Administração
Elaine Fernandes Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Senado: Pacheco diz que PL do aborto "jamais iria direto ao plenário"

O projeto de lei que equipara o aborto ao homicídio simples, quando cometido após a 22ª semana de gestação, deve ser analisado com cautela no Senado, defendeu o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo ele, o tema deve tramitar nas comissões e ser objeto de amplo debate.

"O que eu devo dizer é que uma matéria dessa natureza jamais, por exemplo, iria direto ao plenário do Senado Federal. Ela deve ser submetida às comissões próprias e é muito importante ouvir, inclusive, as mulheres do Senado, que são legítimas representantes das mulheres brasileiras, para saber qual é a posição delas em relação a isso", afirmou quinta-feira (13).

O PL 1.904/2024 teve a urgência aprovada nesta semana na Câmara. O regime de urgência, quando aprovado, permite que o texto seja votado a qualquer momento no plenário, sem precisar passar pelas comissões. O projeto foi ainda aprovado em votação simbólica, quando os deputados não precisam registrar o voto no painel.

Pacheco disse que não leu o texto e não quis se posicionar sobre o mérito da proposta, mas afirmou que um projeto dessa natureza precisa ser tratado com "muita cautela".

(Foto: Lula Marques/ Agência Brasil)

Pacheco disse que não leu o texto e não quis se posicionar sobre o mérito da proposta, mas afirmou que um projeto dessa natureza precisa ser tratado com "muita cautela".

Segundo ele, esse tema também poderia ser tratado dentro da discussão da reforma do Código Penal, em tramitação no Senado. Além disso, defendeu que é preciso evitar legislar em matéria penal pautado pela emoção ou pela circunstância do momento. "É muito importante ter muita razoabilidade, muita prudência e sistematização", disse.

Diferente de homicídio - O presidente do Senado disse ainda entender que o aborto não deve ser comparado ao homicídio simples. "Há uma diferença evidente entre matar alguém, que é alguém que nasce com vida, que é o crime de homicídio, e a morte do feto através do mecanismo do método de aborto.

PF põe Eurípedes do solidariedade na difusão vermelha da Interpol

(Foto: Reprodução/ Youtube)

Eurípedes Júnior, presidente do Solidariedade, entrou na lista vermelha da Interpol após ser alvo de operação da Polícia Federal.

A Polícia Federal incluiu o nome do presidente do Solidariedade, Eurípedes Gomes Macedo Júnior, na difusão vermelha da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) - a lista de fugitivos mais procurados em nível internacional. Ele pode ser preso se for localizado em um país com atuação da Polícia Internacional.

Eurípedes é considerado foragido da Operação Fundo no Poço, investigação sobre suposto desvio de R$ 36 milhões do Fundo Partidário do Solidariedade. A operação foi deflagrada pela PF na quarta-feira, 12.

Como mostrou o Estadão, recaem sobre o presidente do partido, suspeitas de candidaturas laranja, uso do dinheiro da legenda para passeios internacionais de seus familiares, eventual envolvimento no sumiço de um helicóptero do PROS, avaliado em R$ 3,5 milhões, e ainda pelo "desmonte" da sede e do parque gráfico do partido.

A lista de suspeitas que pesam sobre Eurípedes consta da decisão judicial que colocou a PF em seu encalço. Na ocasião, seis investigados foram presos, mas Eurípedes não foi localizado pelos investigadores.

A operação foi autorizada pelo juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1ª Zona Eleitoral de Brasília. Ao decretar a prisão preventiva do dirigente partidário, o magistrado destacou indícios que apontam para desvios de recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral, em benefício do próprio Eurípedes e de familiares e aliados dele.

A PF atribui a ele o papel de chefe de uma organização criminosa "estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral".

Segundo relatório da Operação Fundo no Poço, o presidente do Solidariedade "gere o partido político como um bem particular, auferindo enriquecimento ilícito pessoal e familiar por meio do desvio e apropriação dos recursos públicos destinados à atividade político-partidária".

Manifestantes vão às ruas contra PL que equipara aborto a homicídio

Manifestantes realizaram atos quinta-feira (13) em diversas cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, contra o projeto de lei que equipara o aborto a homicídio, e argumentam que a aprovação da proposta, que tramita na Câmara dos Deputados, vai colocar em risco a vida de milhares de brasileiras, especialmente meninas, que são as principais vítimas da violência sexual no país, além de desrespeitar os direitos das mulheres já previstos em lei.

O Projeto de Lei 1904/24 prevê que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação, em qualquer situação, passará a ser considerado homicídio, inclusive no caso de gravidez resultante de estupro. A pena será de seis a 20 anos para mulher que fizer o procedimento.

Atualmente, a legislação permite o aborto ou a interrupção de gravidez em casos em que a gestação decorre de estupro, coloca em risco a vida da mãe e de bebês anencefálicos.

(Foto: Paulo Pinto/Agencia Brasil)

Texto na Câmara prevê pena de até 20 anos para mulher que abortar.

Não está previsto um tempo máximo da gestação para que seja realizado. Na legislação atual, o aborto é punido com penas que variam de um a três anos de prisão, quando provocado pela gestante; de um a quatro anos, quando médico ou outra pessoa provoque um aborto com o consentimento da gestante; e de três a dez anos, para quem provocar o aborto sem o aval da mulher.

Lula mantém indefinida permanência de Juscelino: 'Só ele sabe a verdade'

O presidente Lula disse quinta-feira, 13, que apenas o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), sabe a "verdade" em relação aos fatos que levaram ao seu indiciamento pela Polícia Federal. Ele também indicou não ter pressa para resolver a questão e afirmou que terá uma "conversa franca" com o ministro quando retornar da Cúpula do G7, na Itália, onde participará hoje como convidado.

Lula falou sobre a situação de Juscelino após desembarcar em Genebra, na Suíça, para participar do fórum inaugural da Coalizão Global pela Justiça Social, iniciativa lançada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O ministro foi indiciado em inquérito da PF sobre suspeitas de desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), caso revelado pelo Estadão em janeiro de 2023. Da Suíça o presidente seguiria na noite de ontem para a Itália. Fator de desgaste para o governo, as suspeitas que envolvem Juscelino têm levado o presidente a fazer um cálculo político. Conforme apurou o Estadão/Broadcast, um dos principais fatores que vão pesar na decisão sobre a saída ou permanência do ministro das Comunicações na Esplanada é a fragilidade da base do governo no Congresso.

Júlia Zanatta aciona MPF contra Érika Hilton, que a chamou de 'feia' e 'ultrapassada'

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC) vai recorrer ao Ministério Público Federal para que sejam tomadas medidas legais contra a também deputada Érika Hilton (Psol-SP), que a chamou de "feia" e "ultrapassada".

O bate boca ocorreu na comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, em 5 de junho, durante uma fala da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Na ocasião, Zanatta disse que Cida deveria deixar o cargo e afirmou que Hilton agride a todos para, depois, "sai acusando os outros de transfobia".

Érika retrucou chamando a bolsonarista de "ridícula", "feia" e "ultrapassada". Em tom sarcástico, disse: "vai hidratar esse cabelo. Vai se cuidar, pelo amor de Deus".

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que estava próximo das duas, entrou na conversa e cometeu transfobia contra Érika. "Pelo menos, ela é ela", disse.

Por causa da fala de Nikolas, Erika acionou o MPF para que ele seja obrigado a indenizá-la em 5 milhões de reais, além de cobrar uma investigação contra o parlamentar.

Ricardo Nunes almoça com Bolsonaro, Tarcísio e coronel Mello com expectativa de selar vice

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), recebe na última sexta-feira, 14, o ex-coronel da Rota Ricardo de Mello Araújo (PL), principal cotado para vice na sua chapa de reeleição em outubro, para almoço na Prefeitura ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). A expectativa é que as conversas selem o anúncio nos próximos dias.

O entorno de Nunes resistia a Mello Araújo, mas a mudança do cenário eleitoral com as entradas de Pablo Marçal (PRTB) e José Luiz Datena (PSDB) pressionou o prefeito a aceitar o nome apresentado por Bolsonaro como forma de "amarrar" o apoio do ex-presidente e o tempo de propaganda em rádio e TV a que o PL tem direito. O coach fez um tour com deputados e encontrou pessoalmente o ex-presidente em Brasília, ainda que o gesto tenha sido minimizado por Bolsonaro.

Como mostrou o Estadão, apesar de encontrar receio entre alguns caciques partidários, a escolha do coronel Mello se tornou praticamente inevitável, na medida em que o governador, um dos principais aliados de Nunes, endossou publicamente a sua indicação. Tarcísio inicialmente defendeu que a escolhida fosse a vereadora e sua ex-secretária Sonaira Fernandes (PL). Diante da chegada de Marçal e Datena, porém, ele afirmou no início da semana que estava "fechado com Bolsonaro" e que era importante que o acerto com Mello Araújo fosse feito "o mais rápido possível".

Apesar da profusão de nomes ventilados como postulantes à vice, auxiliares de Nunes apontam que apenas uma opção além do coronel Mello foi seriamente cogitada: o secretário de Relações Internacionais, Aldo Rebelo. A articulação naufragou após ele recusar se filiar ao Republicanos e escolher o MDB no prazo de filiação partidária. A dificuldade na costura de uma "chapa pura" do MDB deu lugar a um impedimento legal no último dia 6 de junho, com Rebelo optando por permanecer no cargo a menos de quatro meses da eleição.

Padilha: É decisão de Juscelino permanecer no Ministério enquanto se defende

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que caberá ao colega das Comunicações, Juscelino Filho, decidir se irá permanecer no cargo enquanto se defende das acusações que levaram a seu indiciamento nesta semana pela Polícia Federal (PF). A corporação imputa a Juscelino supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa após investigar desvios de verbas na Codevasf.

Como revelou o Estadão, Juscelino Filho, quando era deputado federal, destinou recursos do Orçamento para asfaltar estrada que passa na fazenda de sua família no interior do Maranhão. Depois de assumir o cargo no governo Lula, o ministro usou avião da FAB para ir assistir leilão de cavalos em São Paulo.

Relatório da Controladoria Geral da União confirmou que a aplicação do dinheiro público no asfaltamento beneficiou diretamente as propriedades de Juscelino e família.

"Se ele considera que pode se defender, ocupando [o cargo], fazendo o bom trabalho que está fazendo [no Ministério das Comunicações], é óbvio que é uma questão individual dele", disse "Eu tenho sentimento que até agora ele foi se explicar, foi se defender ocupando e exercendo um bom trabalho no Ministério das Comunicações", afirmou, em entrevista ao Papo com Editor, programa semanal do Broadcast Político.

Padilha reiterou que Juscelino conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se defender e dele próprio. "Nós vamos sempre primar pela presunção da inocência, até porque a gente já viu muita gente ser injustamente condenada publicamente e depois ser visto que não tinha qualquer responsabilidade sobre aquele fato", acrescentou. "O ministro Juscelino conta, não só comigo, mas certamente com o presidente Lula, com todo o espaço para se defender, para poder provar sua inocência".

COMÉRCIO

DADOS DE ABRIL/24

VOLUME DE VENDAS (%)

Mês	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A
2023	1,0	-0,6	0,1	0,7	-0,2	0,6	-0,3	0,1	-1,3				
2024										2,5	1,0	0,3	0,9

ACUMULADO No ano 4,9% | 12 meses 2,7%

VARIAÇÃO NAS VENDAS
(Em abril)

Combustíveis e lubrificantes	2,2%
Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,5%
Tecidos, vestuário e calçados	-0,7%
Móveis e eletrodomésticos	2,4%
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,6%
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,4%
Equip. e material para escritório, informática e comunicação	14,2%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0%
Veículos, motos, partes e peças	1,6%
Material de construção	1,9%

Obs.: Série com ajuste sazonal

FONTE IBGE — INFOGRAFFO

Febraban reafirma apoio a Haddad e vê ministro determinado a reequilibrar contas públicas

A Febraban, entidade que representa os bancos, reafirmou ontem, 14, o apoio institucional ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em meio a preocupações no mercado financeiro sobre a força do titular da pasta em levar adiante a agenda de ajuste das contas públicas. Após reunião de presidentes dos maiores bancos privados do País com Haddad, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, deu uma declaração à imprensa na qual ressaltou o compromisso do ministro em perseguir o equilíbrio fiscal, considerado como o único caminho para o País crescer de forma sustentável e com juros mais baixos.

Sidney disse que os banqueiros deixaram a reunião convencidos de que Haddad não só está engajado em buscar o equilíbrio das contas públicas, como mostra uma disposição firme em dialogar, em busca desse objetivo, tanto dentro do governo quanto com o Congresso Nacional.

O presidente da Febraban explicou que o encontro desta sexta foi o quarto de uma série de reuniões periódicas realizadas entre banqueiros do setor privado e o ministro da Fazenda desde o ano passado para tratar da conjuntura econômica.

Ele disse que a reunião desta sexta-feira não foi motivada pelos "últimos acontecimentos", referindo-se aos questionamentos, que ganharam força ao longo da semana, sobre o compromisso do governo com as regras do arcabouço fiscal. "Mas nós aqui estivemos também para reafirmar um apoio institucional ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, porque nós enxergamos nele todo o engajamento, uma determinação e uma firmeza na busca do equilíbrio fiscal", afirmou Sidney.

(Foto: EBC)

Após reunião de presidentes dos maiores bancos privados do País com Haddad, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, deu uma declaração à imprensa na qual ressaltou o compromisso do ministro em perseguir o equilíbrio fiscal.

Projeção de resultado primário tem piora, com déficit de R$ 79,715 bi, mostra Prisma Fiscal

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R$ 79,715 bilhões em 2024. A estimativa piorou em relação ao documento anterior, de maio, que projetava um rombo de R$ 76,825 bilhões. Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de junho, divulgado ontem, 14.

O governo pretende zerar o déficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual de 2024 previsse um pequeno superávit de R$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em maio revisou o resultado primário para um déficit de R$ 14,5 bilhões (o equivalente a 0,1% do PIB).

Para 2025, a projeção também piorou. A expectativa do mercado é de déficit de R$ 90,134 bilhões - no mês anterior, a projeção era de rombo de R$ 87,458 bilhões. O governo alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB.

Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024.

Indústria de pneus pede imposto mais alto contra entrada de importados

(Foto: Divulgação)

A indústria de pneus pediu ao governo a elevação do imposto de importação do produto, de 16% para 35%, na tentativa de conter a entrada de concorrentes do exterior, que já mordem mais da metade do mercado brasileiro. O setor aponta concorrência desleal de pneus asiáticos, em especial da China, que chegam ao País a preços inferiores ao custo de produção nacional. Já os importadores alertam a um aumento do custo de frete rodoviário, com potenciais reflexos nos preços de produtos transportados pelas estradas, caso o pedido seja atendido. O pleito está em análise técnica, ainda sem data marcada para votação na Câmara de Comércio Exterior (Camex). A expectativa das entidades setoriais envolvidas, no entanto, é que a decisão seja tomada ainda neste mês, ou o mais tardar em julho, já que a fase de consulta pública terminou no último domingo.

Conforme números apresentados pela Anip, a associação dos fabricantes de pneumáticos, a participação dos importados nas compras de pneus de carros de passeio e de caminhões no Brasil chegou a 52% em 2023. Nos cinco primeiros meses deste ano, a fatia já tinha aumentado para 59%.

Até 2017, os pneus importados respondiam por menos de 30% do consumo. Desde então, porém, enquanto as vendas da indústria nacional caíram 18%, as importações mais do que dobraram, marcando crescimento de 117% em volume nos últimos seis anos.

Balança comercial do agronegócio paulista tem superávit 14,2% no acumulado do ano até maio

O saldo da balança comercial do agronegócio paulista atingiu superávit de US$ 9,42 bilhões nos primeiros cinco meses de 2024, representando aumento de 14,2% em comparação com janeiro a maio de 2023. O levantamento é do coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), Carlos Nabil Ghobril, e dos pesquisadores José Alberto Angelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

No período, o setor registrou um aumento de 12,8% nas exportações, totalizando US$ 11,76 bilhões. As importações também apresentaram crescimento, alcançando US$ 2,34 bilhões, o que corresponde a um aumento de 7,3% em relação ao ano anterior.

Segundo o estudo, as exportações do agronegócio representaram 42,5% do total das exportações do Estado de São Paulo no acumulado de janeiro a maio de 2024, enquanto as importações do setor corresponderam a 7,8% do total.

O IEA/Apta ressaltou, ainda, que, apesar desses desafios, o setor agropecuário paulista conseguiu manter um saldo positivo, com exportações que totalizaram US$ 27,66 bilhões. Representando 19,9% do total nacional, enquanto as importações alcançaram US$ 29,97 bilhões, correspondendo a 29,1% do total nacional. Esses números resultaram em um déficit comercial de US$ 2,31 bilhões para o Estado.

Comércio e Serviços têm recorde na geração de empregos no 1º quadrimestre, diz FecomercioSP

O setor de comércio e serviços no Estado de São Paulo registrou o maior saldo de criação de postos CLT nos primeiros quatro meses deste ano, desde o início da série histórica, em 2020, quando o Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) foi instituído, apontou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

O setor de serviços criou 167 mil postos de trabalho com carteira assinada, ou 45,5 mil vagas a mais na comparação com o mesmo período de 2023, enquanto o setor de comércio gerou 10,5 mil empregos, revertendo o saldo negativo do ano anterior, quando 7 mil empregos com carteira assinada foram eliminados pelo segmento.

De acordo com a FecomercioSP, este é o primeiro ano em que o saldo de empregos no comércio fica positivo no primeiro quadrimestre, enquanto os serviços viram um crescimento de 37% na geração de vagas.

Emprego na capital - Na capital paulista, o comércio gerou 2.116 vagas em abril, enquanto os serviços registraram a criação de 16.268 empregos. Apesar de alguns números menores em comparação com meses anteriores, o resultado geral mostra um cenário de crescimento e recuperação do mercado de trabalho em São Paulo.

(Foto: EBC)

Na capital paulista, o comércio gerou 2.116 vagas em abril, enquanto os serviços registraram a criação de 16.268 empregos.

Quatro de seis combustíveis monitorados subiram no acumulado até maio, aponta Veloe

Quatro dos seis combustíveis monitorados pelo hub de mobilidade e gestão de frota Veloe registraram alta no acumulado dos primeiros cinco meses do ano, comparado ao mesmo período de 2023, com destaque para o etanol hidratado, que subiu 8,8%. A gasolina aditivada registrou preço 4% maior na mesma comparação, e a gasolina comum subiu 3,8%. O Gás Natural Veicular (GNV) também ficou mais caro, em 1,6%.

Em contraste, os preços do diesel S-10 e do diesel comum caíram em 1,3% e 1,0%, respectivamente, informou o Veloe.

"Se comparado apenas o mês de maio, com maio de 2023 (12 meses), somente o etanol hidratado registrou queda nos preços, de 3,3%", informou o Veloe em nota.

O acompanhamento mensal de maio revelou aumentos nos preços médios dos demais combustíveis monitorados em comparação ao mês anterior. O abastecimento com um litro de gasolina comum custou em média R$ 5,939 em maio nos postos, o que corresponde a um incremento de 0,8% em relação a abril.

Regionalmente, os maiores preços médios da gasolina em maio foram identificados no Norte (R$ 6,220) e Nordeste (R$ 6,088), em contraste com os menores valores no Sudeste (R$ 5,824) e Sul (R$ 5,848).

A alta mensal no preço da gasolina comum em maio atingiu todas as regiões, especialmente o Nordeste, com alta média de 2%, e o Sul, com alta de 1%. Já o preço médio do etanol hidratado foi de R$ 3,899 por litro, representando um aumento mensal de 1,2% em relação a abril. Postos do Nordeste e Norte comercializaram o combustível pelos maiores valores por litro (R$ 4,514 e R$ 4,418, respectivamente), enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste apresentaram os menores preços (R$ 3,775 e R$ 3,836, respectivamente).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Líderes do G7 reafirmam apoio à proposta de cessar-fogo em Gaza

Os líderes do G7 reafirmaram apoio à proposta de cessar-fogo na Faixa de Gaza anunciada pelos Estados Unidos, em comunicado conjunto articulado no âmbito da Cúpula em Apúlia, na Itália.

Na nota, o grupo condena os "ataques terroristas brutais" deflagrados pelo Hamas contra Israel em 7 de outubro do ano passado.

Também defende o direito israelense à autodefesa, mas pede que o país exerça cautela e cumpra as normas da lei internacional para assegurar ajuda humanitária na região.

"Deploramos igualmente todas as perdas de vidas civis e observamos com grande preocupação o número inaceitável de vítimas civis, especialmente mulheres e crianças", ressaltam.

Os líderes também reiteram os temores em relação ao impacto das operações militares de Israel em Rafah, ao sul de Gaza. "Exortamos o governo de Israel a recuar de tal ofensiva", instam

O G7 diz ainda apoiar os esforços da Autoridade Palestina para empreender reformas essenciais para a implementação de suas responsabilidades na Cisjordânia e, após o fim do conflito, em Gaza. "Reiteramos o nosso compromisso inabalável com a visão da solução de dois Estados, onde dois Estados democráticos, Israel e Palestina, vivam lado a lado em paz, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas", pontua.

(Foto: EBC)

Na nota, o grupo condena os "ataques terroristas brutais" deflagrados pelo Hamas contra Israel em 7 de outubro do ano passado.

Combate ao tráfico e imigração - Líderes do G7 abordaram questões de migração ontem, no segundo dia da cúpula dos países que acontece na Itália.

Foram debatidas maneiras de combater o tráfico e aumentar os investimentos em países de origem dos imigrantes. O tema atinge de maneira especial a Itália, nação anfitriã do encontro, pois está em uma das principais rotas de entrada para a União Europeia para refugiados de guerras e pobreza na África, Oriente Médio e Ásia.

Apenas em 2024, mais de 22.000 pessoas chegaram ao país por mar, de acordo com dados da UNHCR. Em 2023, o total foi de 157.000.

'Já passou da hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos', diz Lula ao G7

(Foto: EBC)

Na ocasião, o presidente brasileiro mencionou a proposta de "tributação internacional justa e progressiva" como uma bandeira do Brasil no G20, no contexto de "combate às desigualdades".

O presidente Lula voltou a defender a taxação de "super-ricos", durante discurso na Cúpula do G7, na Itália, nesta sexta-feira 14. Segundo texto divulgado pelo Palácio do Planalto, Lula afirmou que "já passou da hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos".

Na ocasião, o presidente brasileiro mencionou a proposta de "tributação internacional justa e progressiva" como uma bandeira do Brasil no G20, no contexto de "combate às desigualdades".

"Essa concentração excessiva de poder e renda representa um risco à democracia", disse Lula.

O presidente do Brasil acrescentou que muitos países em desenvolvimento já formularam políticas eficazes para erradicar a fome e a pobreza" e mencionou como objetivo do Brasil no G20 "mobilizar recursos para ampliá-las e adaptá-las a outras realidades".

Lula também afirmou ser "fundamental" o apoio dos chefes de Estado à "Aliança Global contra a Fome e a Pobreza", que será lançada na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro.

Durante o discurso, Lula disse que "conduzir uma revolução digital inclusiva e enfrentar a mudança do clima são dilemas existenciais do nosso tempo".

Putin diz aceitar cessar-fogo imediato se Ucrânia retirar tropas de regiões anexadas

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, prometeu, nesta sexta-feira, 14, adotar "imediatamente" um cessar-fogo na Ucrânia e iniciar negociações se Kiev começar a retirar as tropas das quatro regiões anexadas por Moscou em 2022 e renunciar aos planos de aderir à Organização do Tratado da Atlântico Norte (Otan).

Putin explicou que a proposta visa uma "resolução final" do conflito na Ucrânia, em vez de "congelá-lo", e sublinhou que o Kremlin está "pronto para iniciar negociações sem demora".

As exigências listadas pelo líder russo incluem a manutenção do estatuto não nuclear da Ucrânia, restrições à sua força militar e a proteção dos interesses da população de língua russa no país.

Tudo isto deveria tornar-se parte de "acordos internacionais fundamentais" e todas as sanções ocidentais contra a Rússia deveriam ser levantadas, defendeu Putin. A Rússia não controla totalmente nenhuma das quatro regiões que anexou ilegalmente em 2022, mas Putin insistiu nesta sexta que Kiev deveria retirar-se totalmente delas e essencialmente cedê-las a Moscou dentro das suas fronteiras administrativas.

Em Zaporizhzhia, no sudeste, a Rússia ainda não controla a capital administrativa homônima da região, de 700 mil pessoas, e na região vizinha de Kherson, Moscou retirou-se da maior cidade em novembro de 2022. Fonte: Associated Press.

(Foto: EBC)

Líderes do G7 debatem combate ao tráfico e imigração em segundo dia de Cúpula na Itália

Líderes do G7 abordaram questões de migração na última sexta-feira, que marca o segundo dia da cúpula dos países que acontece na Itália. Foram debatidas maneiras de combater o tráfico e aumentar os investimentos em países de origem dos imigrantes.

O tema atinge de maneira especial a Itália, nação anfitriã do encontro, pois está em uma das principais rotas de entrada para a União Europeia para refugiados de guerras e pobreza na África, Oriente Médio e Ásia.

Apenas em 2024, mais de 22.000 pessoas chegaram ao país por mar, de acordo com dados da UNHCR. Em 2023, o total foi de 157.000.

Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana de partido conservador, tem uma postura rígida sobre o assunto e tem se empenhado em investimentos para reduzir a pressão migratória sobre a Europa.

No discurso de abertura, Meloni abordou sobre o tema. No entanto, ela possui um acordo polêmico com a Albânia, para que o país dos Balcãs abrigue solicitantes enquanto a Itália processa as reivindicações, e liderou o "Plano Mattei" para a África, que desencorajava a migração para a Europa.

Além da migração, as nações participantes do G7 devem discutir sobre o apoio financeiro à Ucrânia, a guerra em Gaza, inteligência artificial, mudanças climáticas, a política industrial da China e a segurança econômica. Fonte: Associated Press

Incêndio em prédio de trabalhadores estrangeiros no Kuwait deixa 49 mortos

Ao menos 49 pessoas morreram em um incêndio que atingiu na última quarta-feira, 12, um prédio residencial de seis andares que abrigava trabalhadores estrangeiros, na cidade de Mangaf, no sul do Kuwait. O proprietário do prédio foi detido e será investigado por negligência. As informações são da CNN.

Em entrevista à televisão estatal do país, o general Eid Rashed, do departamento forense criminal da polícia, disse que o número de vítimas fatais pode aumentar e que 11 pessoas estão sendo tratadas em hospitais. As autoridades identificaram três corpos até o momento, mas não informaram se notificaram suas famílias, diz a emissora americana.

A CNN aponta que, de acordo com um oficial do corpo de bombeiros, o grande número de andares e corredores de fuga dificultaram o deslocamento dos moradores, que acabaram morrendo asfixiados. Segundo informações do Ministério das Relações Exteriores da Índia, havia indianos entre as vítimas fatais; o primeiro-ministro do país, Narendra Modi, chamou o incêndio de "acidente" e descreveu-o como "entristecedor".

Ainda segundo a CNN, Modi também instruiu o seu governo a "estender toda a assistência possível" às autoridades do Kuwait. O ministro das Relações Exteriores da Índia irá para o Kuwait supervisionar pessoalmente os esforços de socorro e repatriar cidadãos indianos falecidos.

G7: Biden e líderes europeus fecham acordo para financiar Ucrânia com ativos russos congelados

O Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e os principais líderes europeus chegaram a um acordo para financiar a Ucrânia com um empréstimo de até US$ 50 bilhões a partir dos lucros dos ativos russos que estão congelados.

Os principais detalhes do acordo de financiamento ainda precisam de ser acertados, mas os líderes, reunidos em uma cúpula do G7, esperam que a medida reforce as finanças da Ucrânia, que está em guerra com a Rússia há dois anos.

Em coletiva de imprensa, Biden disse que o empréstimo serviria como um lembrete ao presidente russo, Vladimir Putin. "Não vamos recuar", disse ele. "Na verdade, estamos unidos contra esta agressão ilegal".

Antes da coletiva de imprensa, Biden e o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, assinaram um acordo bilateral de segurança que busca estabelecer um compromisso de longo prazo dos EUA com a ajuda militar ao país em guerra. O pacto promete que os futuros governos dos EUA trabalharão com o Congresso para fornecer financiamento e apoio militar a Kiev. No entanto, o acordo não faz novas promessas relativamente à candidatura da Ucrânia para aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Na Cúpula do G7, Lula defende governança internacional e intergovernamental da IA

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu, em discurso à Cúpula do G7, na Itália, a criação de uma "governança internacional e intergovernamental" para tratar da inteligência artificial. As declarações do presidente brasileiro ocorreram na última sexta-feira, 14.

Segundo texto divulgado pelo Palácio do Planalto, Lula afirmou que, na área digital, "vivenciamos concentração sem precedentes nas mãos de um pequeno número de pessoas e de empresas, sediadas em um número ainda menor de países".

Em seguida, Lula mencionou a inteligência artificial como algo que "acentua esse cenário de oportunidades, riscos e assimetrias".

Lula pregou que a inteligência artificial tenha "benefícios compartilhados por todos" e que seja "segura, transparente e emancipadora".

Também defendeu uma tecnologia "que respeite os direitos humanos, proteja dados pessoais e promova a integridade da informação" e "que potencialize as capacidades dos Estados de adotarem políticas públicas para o meio ambiente e que contribua para a transição energética".

Lula defendeu ainda que quer "uma IA que tenha a cara do Sul Global, que fortaleça a diversidade cultural e linguística e que desenvolva a economia digital de nossos países".

"E, sobretudo", acrescentou Lula, "uma IA como ferramenta para a paz, não para a guerra". Na sequência, Lula disse: "Necessitamos de uma governança internacional e intergovernamental da inteligência artificial, em que todos os Estados tenham assento."

A reunião teve início na manhã desta sexta com a presença do Papa Francisco e representantes de algumas das maiores economias do mundo: Alemanha, Canadá, Estado Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Janja diz que projeto que equipara aborto a homicídio é ‘absurdo’; Lula ainda não se manifestou

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, afirmou na manhã de ontem, 14, que o projeto de lei que equipara o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio “ataca a dignidade das mulheres e meninas”. “É um absurdo e retrocede em nossos direitos”, escreveu a primeira-dama no X (antigo Twitter). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não se manifestou sobre a proposta que tramita no Congresso.

“É preocupante para nós, como sociedade, a tramitação desse projeto sem a devida discussão nas comissões temáticas da Câmara”, disse Janja. Um requerimento de urgência para o projeto foi aprovado nesta quarta-feira, 12. A medida, na prática, permite que o texto possa ser pautado diretamente no plenário da Casa, dispensando o debate da proposta nas comissões permanentes, como é praxe.

Para Janja, os propositores do texto “parecem desconhecer as batalhas que mulheres, meninas e suas famílias enfrentam para exercer seu direito ao aborto legal e seguro no Brasil”.

Entenda o projeto que equipara aborto a homicídio - Pela legislação atual, o aborto é permitido em casos de gravidez resultante estupro, malformação fetal, como anencefalia, ou perigo de morte à gestante. Nestas circunstâncias, não há prazo para que o procedimento seja requerido.

Com a proposta em tramitação na Câmara, a solicitação do aborto deverá ser feita em até 22 semanas de gestação. Do contrário, o procedimento acarretará em pena equivalente ao crime de homicídio simples, de seis a vinte anos de reclusão. A pena se estende a quem auxiliar a gestante com o procedimento.

O texto, na prática, proíbe o aborto após as 22 semanas de gestação, mesmo em casos de gravidez resultante de estupro. Nestes casos, a possível pena à gestante, de seis a vinte anos de reclusão, supera a pena prevista ao crime de estupro, de seis a dez anos.

A proposta também prevê ao juiz uma avaliação individual de cada caso. Segundo o texto, a pena pode ser mitigada ou deixar de ser aplicada quando “as consequências da infração (aborto) atingirem o próprio agente (gestante) de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária”.

Presidente do Solidariedade é suspeito até de sumiço de helicóptero, diz PF

As suspeitas que os investigadores da Operação Fundo no Poço levantaram sobre o presidente do Solidariedade Eurípedes Gomes Macedo Júnior não se limitam a um desvio estimado em R$ 36 milhões do Fundo Partidário com candidaturas laranja ou o uso do dinheiro da legenda para passeios internacionais de seus familiares. Foragido da Justiça, ele é investigado pela Polícia Federal também pelo eventual envolvimento no sumiço de um helicóptero avaliado em R$ 3,5 milhões do PROS e, ainda, pelo ‘desmonte’ da sede e do parque gráfico do partido. Os federais também o põem sob suspeita de ligação com esquema de furto mediante fraude que teria resultado no ‘esvaziamento de contas da agremiação’ às vésperas de sua destituição da presidência do PROS.

O Estadão tem reiterado ao Solidariedade manifestação sobre a investigação da PF que atribui a seu presidente extensa rotina de delitos. O espaço está aberto para a legenda e Eurípides.

A longa lista de suspeitas que recaem sobre a conduta de Eurípides consta da decisão judicial que colocou a PF em seu encalço - outros seis investigados foram presos na abertura da Operação Fundo no Poço, nesta quarta-feira, 12.

O cerco a Eurípides foi autorizado pelo juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1.ª Zona Eleitoral de Brasília. Ao decretar a prisão preventiva do dirigente partidário, o magistrado destacou indícios que apontam para desvios de recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral, em benefício do próprio Eurípides e de familiares e aliados dele.

A PF o descreve como o chefe de uma organização criminosa ‘estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral’.

Segundo relatório da Operação Fundo no Poço, ele ‘gere o partido político como um bem particular, auferindo enriquecimento ilícito pessoal e familiar por meio do desvio e apropriação dos recursos públicos destinados à atividade político-partidária’.

Como mostrou o Estadão, entre as suspeitas que colocam Eurípedes no ponto central de uma trama com dinheiro do partido está o desvio de recursos do fundo partidário para o custeio de viagens de sua família aos Emirados Árabes, França, República Dominicana, Estados Unidos, México e Itália, inclusive com escalas prolongadas no Panamá, um paraíso fiscal.

Também é investigada a destinação de significativos montantes do fundo eleitoral em proveito de candidaturas apontadas como ‘laranjas’, com prejuízo estimado de R$ 36 milhões.

Com PL do aborto, instituições temem mais casos de gravidez em meninas

Entre 1º de janeiro e 13 de maio deste ano, foram feitas 7.887 denúncias de estupro de vulnerável ao serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100). A média de denúncias nos primeiros 134 dias do ano foi de cerca de 60 casos por dia ou de dois registros por hora.

Em eventual aprovação do Projeto de Lei 1.904/2024, parte dessas meninas vítimas de estupro e que vivem em situações de vulnerabilidade social pode não conseguir interromper a gravidez indesejada. O alerta é de movimentos sociais e de instituições que vieram a público repudiar a proposta que altera o Código Penal Brasileiro.

(Foto: EBC)

Movimentos sociais e especialistas repudiam projeto de lei na Câmara.

O projeto de lei, assinado por 32 deputados federais , equipara aborto a homicídio; e prevê que meninas e mulheres que vierem a fazer o procedimento após 22 semanas de gestação, inclusive quando vítimas de estupro, terão penas de seis a 20 anos de reclusão - punição maior do que a prevista para quem comete crime de estupro de vulnerável (de oito a 15 anos de reclusão). A legislação brasileira não prevê um limite máximo para interromper a gravidez de forma legal.

Retrocesso inconstitucional - De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o PL é inconstitucional, viola o Estatuto da Criança e do Adolescente e contraria normas internacionais que o Brasil é signatário. “Representa um retrocesso aos direitos de crianças e adolescentes, aos direitos reprodutivos e à proteção das vítimas de violência sexual”, assinala nota do Conanda.

Também em nota, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, lembra que “as principais vítimas de estupro no Brasil são meninas menores de 14 anos, abusadas por seus familiares, como pais, avôs e tios. São essas meninas que mais precisam do serviço do aborto legal, e as que menos têm acesso a esse direito garantido desde 1940 pela legislação brasileira”.

Em média, 38 meninas de até 14 anos se tornam mães a cada dia no Brasil. Em 2022, último período disponível nos relatórios do Sistema Único de Saúde (SUS), foram mais de 14 mil gestações entre meninas com idade até 14 anos. “O Brasil delega a maternidade forçada a essas meninas vítimas de estupro, prejudicando não apenas o futuro social e econômico delas, como também a saúde física e psicológica. Ou seja, perpetua ciclos de pobreza e vulnerabilidade, como o abandono escolar”, lembra a ministra.

Intenção de expansão no setor cresceu 1,7% em maio ao melhor nível no ano, diz FecomercioSP

A pretensão dos empresários do varejo da cidade de São Paulo de expandir suas atividades contrasta com que queda da confiança de 0,9% registrada em maio. Mostra disso é o Índice de Expansão do Comércio no Município de São Paulo (IEC), que registrou em maio um aumento de 1,7%, passando de 103,8 pontos, em abril, para 105,5 pontos no mês em referência, atingindo assim o melhor resultado do ano.

É o que aponta relatório enviado com exclusividade ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) pela FecomercioSP.

O avanço foi impulsionado, principalmente, pela expectativa de contratações de funcionários, que cresceu 3,1%. O Índice de Investimento do Empresário do Comércio (IIEC), variável que mede a disposição de realizar contratações ou investir na estrutura física da empresa, subiu 3,1% em relação ao mês de abril, passando de 114,2 para 117,7 pontos.

“Vale ressaltar, porém, que o IEC tem flutuado em torno dos 105 pontos nos últimos meses, o que mostra sinais de estagnação, refletindo a cautela por parte dos empresários do comércio na hora de expandir os negócios”, apontaram os técnicos da FecomercioSP.

E preveem: “A expectativa é que o índice de expansão do comércio volte a subir de maneira mais consistente em um cenário de redução das taxas de juros e menor incerteza sobre os rumos da política econômica do País.”

Saiba quem são os autores do projeto de lei que equipara aborto a homicídio

A Câmara aprovou na quarta-feira, 12, o regime de urgência para projeto de lei que equipara o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples. A urgência, na prática, permite que a proposta tramite mais rápido na Casa, indo diretamente ao plenário.

O projeto foi proposto pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e mais 32 coautores. A maior parte das assinaturas é de parlamentares do Partido Liberal (PL), principal legenda da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Quem são os autores do projeto que equipara aborto a homicídio

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)
Evair Vieira de Melo (PP-ES)
Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)
Gilvan da Federal (PL-ES)
Filipe Martins (PL-TO)
Dr. Luiz Ovando (PP-MS)
Bibo Nunes (PL-RS)
Mario Frias (PL-SP)
Delegado Palumbo (MDB-SP)
Ely Santos (Republicanos-SP)
Simone Marquetto (MDB-SP)
Cristiane Lopes (União Brasil-RO)
Renilce Nicodemos (MDB-PA)
Abilio Brunini (PL-MT)
Franciane Bayer (Republicanos-RS)
Carla Zambelli (PL-SP)
Dr. Frederico (PRD-MG)
Greyce Elias (Avante-MG)
Delegado Ramagem (PL-RJ)
Bia Kicis (PL-DF)
Dayany Bittencourt (União Brasil-CE)
Lêda Borges (PSDB-GO)
Junio Amaral (PL-MG)
Coronel Fernanda (PL-MT)
Pastor Eurico (PL-PE)
Capitão Alden (PL-BA)
Cezinha de Madureira (PSD-SP)
Eduardo Bolsonaro (PL-SP)
Pezenti (MDB-SC)
Julia Zanatta (PL-SC)
Nikolas Ferreira (PL-MG)
Eli Borges (PL-TO) (autor do requerimento de urgência)
Fred Linhares (Republicanos-DF) (solicitou a coautoria em requerimento à parte)

O que diz o texto?

Pela legislação atual, o aborto é permitido em casos de gravidez resultante estupro, malformação fetal como anencefalia ou perigo de morte à gestante. Nestas circunstâncias, não há prazo para que o procedimento seja requerido. Com a proposta em tramitação na Câmara, a solicitação do aborto deverá ser feita em até 22 semanas de gestação. Do contrário, o procedimento acarretará em pena equivalente ao crime de homicídio simples, de seis a vinte anos de reclusão. A pena se estende a quem auxiliar a gestante com o procedimento.

O texto, na prática, proíbe o aborto após as 22 semanas de gestação, mesmo em casos de gravidez resultante de estupro.

Nestes casos, a possível pena à gestante, de seis a vinte anos de reclusão, supera a pena prevista ao crime de estupro, de seis a dez anos.

Decreto reduz a zero IPI de produtos doados ao Rio Grande do Sul

Entrou em vigor decreto presidencial que reduz a zero as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide sobre produtos doados ao Rio Grande do Sul e municípios gaúchos que estejam em estado de calamidade pública decorrente das enchentes que assolaram o estado.

Segundo o Decreto 12.052, será necessário que conste das notas fiscais de saída dos produtos doados a expressão “saída com redução de alíquota do IPI”. Também é necessário que a nota identifique, como destinatário, o governo do estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 87.934.675/0001-96; e o endereço Praça Marechal Deodoro, sem número, Palácio do Piratini, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

No caso dos produtos doados aos municípios, é necessário constar - como destinatário - o nome da cidade beneficiada pela doação, acompanhado do número de inscrição no CNPJ e de seu endereço.

Apoio ao estado - Em nota, o Palácio do Planalto informou que o decreto é uma das medidas adotadas pelo governo federal em apoio ao estado - decisões que já resultaram, desde o fim de abril, em um aporte de R$ 85,7 bilhões ao Rio Grande do Sul, tendo como destino estado, municípios e famílias.

“A mobilização federal envolveu, num primeiro momento, ações de salvamento e ajuda humanitária, acolhimento em abrigos e segurança alimentar por meio de cestas de alimentos.”, detalhou o Planalto.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Dezenas de imigrantes da Índia e Vietnã estão retidos no Aeroporto de Guarulhos

Cerca de 200 imigrantes, a maior parte formada por indianos, estão retidos no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, na Grande São Paulo. A retenção se deve, segundo autoridades de migração e judiciárias, a um fluxo incomum de chegada de estrangeiros sem permissão de entrada e também por um problema no sistema de cadastramento de pedidos de refúgio, solicitação que permitiria a entrada temporária.

(Foto: EBC)

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a contagem de imigrantes inadmitidos chegou a cerca de 400, mas caiu para 187 na noite desta quinta-feira, 13. Enquanto não possuem autorização para ingressar no País, eles seguem em uma área restrita do Terminal 3 de Guarulhos. Além de indianos, que ocupam cerca de 80% do grupo, os migrantes são originários também do Vietnã (15%), além de países africanos e outros do leste asiático.

Segundo as autoridades, os estrangeiros foram impedidos de entrar no País por um problema operacional no sistema de cadastramento de pedido de refúgio, o Sisconare, que apresentou instabilidade nos últimos dias, em razão de atualizações feitas em outros sistemas da pasta.

Os procuradores chegaram a tratar a situação como "uma crise humanitária" pelo alto contingente de pessoas que ficou aguardando o pedido de refúgio por quase uma semana. Por esse motivo, foi realizada uma reunião nesta quinta-feira, 13, como uma série de entidades, incluindo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Polícia Federal, e membros da Agência das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Após a reunião, as autoridades afirmaram que o Sinacore foi restabelecido e que a situação está se normalizando. De acordo com o MPF, a situação deve ser resolvida por completo até o próximo domingo, 16.

"O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), acompanha a situação dos viajantes que permanecem no aeroporto de Guarulhos", informou o MJSP em nota.

"A instabilidade, na última semana, ocorreu porque o Sisconare é integrado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do governo federal, que teve atualização de versão recente", completou a pasta. A Polícia Federal diz que fez uma força-tarefa para acelerar os pedidos dos estrangeiros.

Enquanto se encontram retidos, os imigrantes têm sido assistidos e acompanhados pelas companhias aéreas por onde viajaram, ONGs, prefeitura de Guarulhos e órgãos do governo que auxiliam os refugiados, como o Conare.

Casos de coqueluche aumentam em SP e chegam a 139

(Foto: EBC)

Doença é uma infecção respiratória.

Os casos de coqueluche no estado de São Paulo chegaram a 139 de janeiro ao início de junho, um aumento de 768,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando houve 16 registros, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde. Causada pela bactéria Borderella, a coqueluche, pertussis ou tosse comprida, como é popularmente conhecida, é uma infecção respiratória. A bactéria se aloja na garganta e, em crianças, pode ser fatal ao causar insuficiência respiratória. Como prevenção, existe a vacina pentavalente, oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos 2, 4 e 6 meses de vida. Mais dois reforços com a vacina DTP (difteria, tétano e pertussis), conhecida também como tríplice bacteriana infantil, são indicados aos 15 meses e aos quatro anos. A doença tende a se alastrar mais em tempos de clima ameno ou frio, como na primavera e no inverno, quando as pessoas permanecem mais em ambientes fechados. Basta um contato com a tosse ou secreção da pessoa com a enfermidade para se infectar. Altamente transmissível, a coqueluche pode gerar, a cada infecção, 17 casos secundários. O potencial de transmissão é semelhante ao do sarampo e da varicela e muito maior do que o da covid-19, que gera em torno de três casos secundários a cada infecção.

Vacina - Segundo a Secretaria de Saúde, a vacinação é a melhor forma de prevenção e deve ser realizada nos primeiros meses de vida, aos 2, 4 e 6 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses. A imunização - conhecida como pentavalente - está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas e é distribuída pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI).

Brasil tinha 3,5 milhões de imóveis em construção e reforma em 2022

O Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou cerca de 3,5 milhões de imóveis em construção ou em reforma no país naquele ano.

(Foto: EBC)

Em 2010, endereços nessa condição somavam 2,5 milhões.

Os dados são do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), divulgado ontem (14).

Em 2010, os imóveis nessa situação somavam 2,5 milhões, segundo o Censo. Isso representava em torno de 3,2% dos 78,1 milhões de endereços do país na época.

Na comparação de 2022 com 2010, houve um crescimento de 40% nos imóveis em construção ou reforma e de 37% no número de endereços do país, o que inclui residências e estabelecimentos de uso comercial.

O CNEFE é um banco de dados sobre todos os endereços no país, que servem para guiar o IBGE no planejamento e execução de pesquisas.

O cadastro é construído com base nas informações dos censos demográficos e atualizado rotineiramente pelo IBGE. Para o planejamento do Censo de 2022, por exemplo, o instituto recebeu informações sobre 89,3 milhões de endereços que deveriam visitados pelos pesquisadores. No momento da realização do Censo 2022, no entanto, foi verificado que muitos desses endereços foram modificados. Cerca de 16,5 milhões deles foram excluídos da base do CNEFE e outros 34 milhões foram incluídos.

Não é só gotinha: entenda como funciona a vacinação contra a pólio

Símbolo da vacinação no Brasil, o personagem Zé Gotinha surgiu pela primeira vez no fim da década de 80, encabeçando a luta pela erradicação da poliomielite nas Américas. Na época, a doença, provocada pelo poliovírus selvagem, só podia ser prevenida por meio de duas gotinhas aplicadas na boca das crianças. O esquema de vacinação atual, entretanto, vai além da vacina oral e utiliza ainda doses injetáveis para combater a chamada paralisia infantil.

De acordo com esquema divulgado pelo Ministério da Saúde, as três primeiras doses contra a pólio são injetáveis e devem ser aplicadas aos 2 meses, aos 4 meses e aos 6 meses de vida, conforme previsto no Calendário Nacional de Vacinação. Em seguida, devem ser administradas mais duas doses, conhecidas como doses de reforço, essas sim, orais: uma aos 15 meses de vida e a última, aos 4 anos.

Por esse motivo, a orientação da pasta é que, anualmente, todas as crianças menores de 5 anos sejam levadas aos postos de saúde durante a Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite para checagem da caderneta e atualização das doses, caso haja necessidade. Mesmo as crianças que estão com o esquema vacinal em dia, mas na faixa etária definida pela pasta, devem receber as gotinhas ou doses de reforço.

Campanha - Este ano, a Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite começou no último dia 27 e termina nesta sexta-feira (14). Estados e municípios, entretanto, podem prorrogar a campanha em casos de baixa adesão. A meta do Ministério da Saúde, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é imunizar pelo menos 95% do público-alvo - cerca de 13 milhões de crianças menores de 5 anos.

Gotinha com dias contados - A partir de 2024, o Brasil passa a substituir gradativamente a vacina oral contra a pólio pela dose injetável, versão inativada do imunizante. Com a mudança, a vacina injetável, já utilizada nas três primeiras doses do esquema vacinal contra a pólio, será disponibilizada também como dose de reforço aos 15 meses. Já a segunda dose de reforço, até então administrada aos 4 anos, deixará de existir.

A substituição foi debatida e aprovada pela Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (CTAI), que considerou novas evidências científicas para proteção contra a doença. Em nota, o ministério reforçou que a atualização não representa o fim imediato das gotinhas, mas um avanço tecnológico para maior eficácia do esquema vacinal. A dose oral deve ser extinta após período de transição.

"O Zé Gotinha, símbolo histórico da importância da vacinação no Brasil, também vai continuar na missão de sensibilizar as crianças, os pais e responsáveis em todo Brasil, participando das ações de imunização e campanhas do governo federal", destacou a pasta.

Casos - Dados do ministério indicam que, desde 1989, não há notificação de casos de pólio no Brasil. As coberturas vacinais contra a doença, entretanto, sofreram quedas sucessivas ao longo dos últimos anos. Em 2022, por exemplo, a cobertura ficou em 77,19%, longe da meta de 95%.

Dasa confirma acordo de associação com a Amil para joint venture com 25 hospitais

A Dasa confirmou ontem, 14, que assinou acordo de associação com a Amil, por meio do qual a Amil irá contribuir ativos de hospitais e oncologia à Ímpar Serviços Hospitalares, empresa de hospitais e oncologia da Dasa, tornando a Ímpar uma joint venture (empreendimento controlado em conjunto) com participações iguais de 50% do capital votante entre Amil e Dasa e controle compartilhado. A informação foi antecipada pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

"Com essa união de forças, a Ímpar passará a ser uma rede de hospitais não verticalizada mais robusta e atraente, com capacidade para oferecer mais opções de instalações, profissionais de saúde e tratamentos, com um total de 25 hospitais e 4,4 mil leitos, majoritariamente localizados na região Sudeste e Distrito Federal", afirma a Dasa.

A receita líquida combinada das operações incluídas na transação totalizou, em 2023, R$ 9,9 bilhões (R$ 5,7 bilhões dos ativos Dasa e R$ 4,2 bilhões dos ativos Amil), com Ebitda estimado em R$ 777 milhões (R$ 600 milhões dos ativos Dasa e R$ 177 milhões dos ativos Amil).

A Amil irá contribuir à Ímpar, por meio de um aumento de capital, os hospitais e clínicas oncológicas da Rede Americas - exceto o Hospital Promater e o Hospital Monte Klinikum, localizados na região Nordeste - e o Hospital Maternidade Santa Lucia. Trata-se de 11 hospitais, com foco na região Sudeste e no Distrito Federal, e 1,6 mil leitos.

A Ímpar, por sua vez, permanecerá com a totalidade de suas operações, exceto os hospitais e unidades de oncologia localizados na região Nordeste (Hospital São Domingos, Hospital da Bahia e AMO), que serão segregados do perímetro da transação, segundo fato relevante. A Dasa afirma que o estabelecimento de uma maior rede de hospitais em sociedade com a Amil e um eventual desinvestimento das atividades da Ímpar fora do escopo da operação, que tiveram Ebitda estimado de R$ 310 milhões em 2023, são "passos decisivos da companhia na redução do seu endividamento e melhoria de sua rentabilidade".

IBC-Br sobe 1,81% em 12 meses até abril e 1,63% no 1º tri ante mesmo período de 2023

A economia brasileira avançou 1,81% em 12 meses terminados em abril, conforme o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br). Além do resultado acumulado positivo em 12 meses, o IBC-Br também registrou alta no trimestre encerrado em abril.

Na série com ajuste sazonal, a elevação foi de 0,76% ante os três meses anteriores (novembro de 2023 a janeiro de 2024).

Na comparação com o mesmo período de 2023, o indicador subiu 1,63% no trimestre na série sem ajustes sazonais, informou o BC.

Revisões - O Banco Central revisou nesta sexta-feira parte dos dados de seu IBC-Br na margem, na série com ajuste. O porcentual de março foi modificado de -0,34% para -0,36%, o de fevereiro foi alterado de +0,34% para +0,36% e o de janeiro foi revisado de +0,51% para +0,60%.

No caso de dezembro, o indicador passou de +0,67 para +0,72%.

O resultado de novembro foi alterado de +0,04% para +0,11%, enquanto o de outubro passou de -0,01% para -0,02%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC" para o Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. Atualmente, o BC prevê crescimento de 1,9% para o PIB deste ano, enquanto o governo projeta avanço de 2,5%.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

COPA AMÉRICA 2024

GRUPO A	GRUPO B	JOGOS DO BRASIL
Argentina	México	*Na fase de grupos*
Peru	Equador	21/6 Brasil x Costa Rica/Honduras
Chile	Venezuela	28/6 Brasil x Paraguai
Canadá/Trinidad e Tobago	Jamaica	02/7 Brasil x Colômbia

GRUPO C	GRUPO D
Estados Unidos	BRASIL
Uruguai	Colômbia
Panamá	Paraguai
Bolívia	Costa Rica Honduras

14 estádios vão receber jogos do torneio

Os jogos serão realizados em 10 estados diferentes

FONTE Conmebol — INFOGRAFFO

Itália confirma Sinner em simples e duplas na Olimpíada de Paris-2024

A Federação Italiana de Tênis confirmou na última sexta-feira que Jannik Sinner, atual número 1 do mundo, vai disputar a Olimpíada de Paris-2024 tanto na chave de simples quanto na de duplas. A equipe italiana também terá Jasmine Paolini, vice-campeã de Roland Garros na semana passada.

Com o anúncio, Sinner disputará uma edição dos Jogos Olímpicos pela primeira vez na carreira. Aos 22 anos, ele já soma um título de Grand Slam na carreira, por ter vencido o Aberto da Austrália, em janeiro. E agora buscará uma medalha olímpica no melhor ano de sua carreira até agora, na qual soma 33 vitórias e apenas três derrotas.

Sinner ganhou as manchetes na semana passada ao avançar à semifinal de Roland Garros, quando se garantiu no topo do ranking, desbancando o sérvio Novak Djokovic. Em Paris, ele acabou sendo eliminado pelo espanhol Carlos Alcaraz justamente na semifinal - o tenista da Espanha também confirmou presença na disputa olímpica.

Nas duplas, Sinner vai jogar ao lado de Lorenzo Musetti, de acordo com a federação. A equipe italiana terá também Matteo Arnaldi e Luciano Darderi para a chave de simples e Andrea Vavassori e Simone Bolelli para as duplas. No feminino, a estrela será Jasmine Paolini, que jogará em simples e duplas, assim como Elisabetta Cocciaretto e Lucia Bronzetti. A veterana Sara Errani jogará apenas nas duplas.

O torneio de tênis na Olimpíada será disputado a partir do dia 27 de julho, um dia depois da cerimônia de abertura. E será realizado sobre o saibro do complexo de Roland Garros.

Seleção masculina de futebol dinamarquesa recusa aumento e time feminino tem igualdade salarial

Os integrantes da seleção masculina de futebol da Dinamarca resolveram, na última sexta-feira, abrir mão de um aumento com a intenção de buscar uma equiparação salarial com a equipe feminina.

De acordo com a FIFPRO, Sindicato Internacional de Jogadores de futebol, as duas seleções vão receber a mesma quantia quando estiverem defendendo as cores do time nacional dinamarquês.

Com o auxílio do sindicato, foi elaborado um plano de equiparação básica. Houve uma redução de 15% no seguro da seleção masculina, possibilitando um ajuste de 50% na cobertura da equipe feminina, e mais 40% na seleção sub-21 masculina. O novo acordo com a DBU (Federação Nacional de Futebol) entra em vigor após esta edição da Eurocopa e vai ter uma vigência de quatro anos, até a disputa da próxima competição europeia de seleções, em 2028.

"A seleção masculina optou por não exigir quaisquer mudanças nas condições do seu novo acordo. É um passo extraordinário para ajudar a melhorar as condições das seleções femininas. Por isso, em vez de procurarem melhores condições para si, as jogadoras pensaram em apoiar a seleção feminina", disse o diretor do sindicato local, Michael Sahl Hansen, em comunicado.

Corinthians é condenado por calote milionário em empresa de consultoria financeira

A Justiça de São Paulo deu o prazo de três dias para o Corinthians quitar a dívida de aproximadamente R$ 1,5 milhão com a KPMG.

Contratada para auxiliar na reestruturação das contas do clube, a empresa de consultoria financeira alega não ter recebido pelo serviço, prestado ainda na gestão do ex-presidente Duílio Monteiro Alves.

Um acordo firmado entre as partes previa a quitação da pendência até 20 de janeiro. A informação foi noticiada primeiramente pela ESPN e confirmada pelo Estadão. A reportagem entrou em contato com o clube e aguarda a manifestação.

O caso corre na 1ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé. A decisão, do juiz Paulo Guilherme Amaral Toledo, foi publicada na última quinta-feira, 13. Também foi determinado que o Corinthians pague os honorários dos advogados, fixado em 10% do valor executado. O clube tem 15 dias para apresentar recurso. Caso o debitado não seja quitado após a citação na Justiça, o Corinthians corre o risco de bloqueios e penhora de bens.

Nos autos do processo, a KPMG diz ter feito "todos os esforços possíveis para recebimento, de forma amigável" do pagamento referente à dívida, mas afirma que o Corinthians permaneceu "inerte e não honrou com o compromisso assumido no título extrajudicial exequendo, não restando, assim, alternativa à KPMG para o recebimento de seu crédito senão o ajuizamento desta ação de execução."

Piquerez quer Palmeiras com atitude diante do Atlético-MG: 'Sabemos nossos pontos fortes'

Enfrentar um dos candidatos ao título e ainda por cima fora de casa. Esse é o desafio do Palmeiras para a próxima rodada do Campeonato Brasileiro. Autor de um dos gols na vitória de 2 a 0 sobre o Vasco, Piquerez quer o time paulista jogando com atitude, de, no duelo desta segunda-feira, diante do Atlético-MG, em Belo Horizonte, em busca de mais um bom resultado. "O Atlético-MG tem um time muito forte, ainda mais jogando na casa deles, com o apoio da torcida. Vai ser um compromisso difícil, mas sabemos dos nossos pontos fortes. Vamos planejar nossa estratégia para fazer um bom jogo", afirmou o lateral-esquerdo. Em um início de competição onde o equilíbrio é a grande marca, apenas um ponto separa palmeirenses (14) de atleticanos (13). Na sexta colocação, a equipe paulista tenta, enfim, embalar no Nacional.

Seleção feminina atropela Bulgária e já foca em duelo com a Turquia na Liga das Nações

(Foto: Divulgação)

Sem sustos, a seleção brasileira feminina de vôlei atropelou a Bulgária por 3 sets a 0, com parciais de 25/11, 25/11 e 25/23, na madrugada desta sexta-feira, e ampliou a série invicta na Liga das Nações. Agora a equipe liderada por José Roberto Guimarães soma 11 triunfos consecutivos.

O destaque da partida foi a oposta Tainara, maior pontuador do confronto, com 19 acertos. A seleção contou com o retorno de Ana Cristina, desfalque nas duas partidas anteriores, devido a um desconforto na panturrilha esquerda. Ela anotou 15 pontos e foi uma das principais brasileiras em quadra. Mais uma vez, Zé Roberto promoveu mudanças na equipe, visando os testes para a futura convocação para a Olimpíada de Paris-2024. O treinador poupou a central Carol e a ponteira Rosamaria. O time entrou em quadra com Roberta, Thaisa, Diana, Gabi, além de Tainara e Ana Cristina. A líbero foi Nyeme.

"Estamos felizes por manter a nossa regularidade, mesmo com a nossa quedinha no terceiro set. Mas rapidamente a gente se recuperou e revertemos a situação. Essas situações sempre vão existir, mas conseguimos sair dela de uma forma lúcida. Agora vamos descansar porque temos uma partida muito importante pela frente. Vamos manter o foco", afirmou a levantadora Roberta. Ela se refere ao último jogo do Brasil nesta fase classificatória. A seleção encerra sua participação, antes da fase final, diante da Turquia, o time que deve oferecer maior dificuldades às comandadas de Zé Roberto. A Turquia é a atual líder do ranking da federação internacional. O Brasil busca a vitória para manter a série invicta e também para confirmar a primeira colocação nesta fase, o que renderia um cruzamento mais tranquilo nas quartas de final. Em caso de tropeço, às 6h deste domingo (horário de Brasília), a seleção poderá perder a ponta para a vice-líder Polônia.

Brasil sobe uma posição no ranking feminino da Fifa antes da Olimpíada de Paris-2024

(Foto: Divulgação)

A 42 dias dos Jogos Olímpicos de Paris-2024, a seleção brasileira feminina de futebol subiu uma posição no ranking da Fifa, atualizado na última sexta-feira.

A equipe nacional ocupa agora a nona colocação da lista. A liderança pertence à Espanha, atual campeã mundial, que sustentou a boa vantagem na primeira colocação. O Brasil soma 1.948,87 pontos, logo atrás do Canadá, com 1 951,64, e à frente da Coreia do Norte, que soma 1.943,66. As três seleções subiram uma colocação cada diante da queda de três posições da Holanda, atual 11ª, com 1.936,12. A subida da seleção se deve às recentes vitórias em amistosos preparatórios para a Olimpíada. A equipe comandada pelo técnico Arthur Elias aplicou duas goleadas de 4 a 0 sobre a Jamaica no início do mês.

A equipe da Espanha manteve a primeira colocação, com 2.099,89 pontos, sendo seguida pela França, com 2.029,52, que subiu uma posição na atualização desta sexta. Em outras mudanças no Top 10, a Inglaterra (3º) e os Estados Unidos (5º) perderam um posto cada, enquanto a seleção da Alemanha galgou um degrau (4º).

A próxima atualização do ranking da Fifa está marcada para o dia 16 de agosto, logo após o fim da Olimpíada, que será encerrada no dia 11.

Confira abaixo a lista das 20 melhores seleções do mundo:

1º - Espanha, 2.099,89 pontos
2º - França, 2.029,52
3º - Inglaterra, 2.023,47
4º - Alemanha, 2.018,49
5º - Estados Unidos, 2.015,95
6º - Suécia, 1.995,33
7º - Japão, 1.975,97
8º - Canadá, 1.951,64
9º - Brasil, 1.948,87
10º - Coreia do Norte, 1.943,66
11º - Holanda, 1.936,12
12º - Austrália, 1.889,99
13º - Dinamarca, 1.879,63
14º - Islândia, 1.854,57
15º - Itália, 1.849,91
16º - Noruega, 1.843,89
17º - Áustria, 1.829,6
18º - Bélgica, 1.808,15
19º - China, 1.804,37
20º - Coreia do Sul, 1.794,29

Torcida da Escócia 'invade' Munique para apoiar seleção em jogo de abertura contra anfitriões

(Foto: Divulgação)

Adversária da Alemanha no confronto que abre a Eurocopa na última sexta-feira, a Escócia vai contar com um importante fator extracampo no torneio. Dezenas de milhares de fãs chegaram a Munique nos últimos dias, transformando as ruas numa mistura de cor e barulho.

A Escócia não disputa uma partida do campeonato europeu de seleções no exterior desde 1992. Tanto tempo sem poder acompanhar a seleção aumentou o fanatismo dos fãs por sua equipe.

Tamanha movimentação mexeu até com os ânimos dos jogadores da Escócia, que ficaram surpresos pelo apoio em grande escala. "Parece que a maior parte do país está aqui", disse o lateral-esquerdo Andy Robertson.

Nas ruas, os torcedores visitantes aparecem vestindo kilts (peça de roupa do tipo saia) e agitando bandeiras do país. Além dos trajes característicos, os escoceses tiraram o dia para dançar e cantar utilizando a tradicional gaita de foles. A maioria dos pubs e bares de Munique ficaram lotados.

A Escócia disputou a Euro-2020, adiada pela pandemia. O torneio, no entanto, foi realizado em vários países diferentes com restrições de viagens por causa do coronavírus. Antes disso, a equipe não se classificava para uma grande competição desde a Copa do Mundo de 1998, na França.

"Acho que todos devemos estar orgulhosos", disse o técnico da Escócia, Steve Clarke. "A última vez que participamos de um grande torneio no exterior foi em 1998, na França (Copa do Mundo). É por isso que a nação está tão entusiasmada, eu acho."

A Federação Escocesa estimou em março que 100 mil torcedores iriam para a Alemanha. A mídia britânica está reportando o dobro desse número nesta Eurocopa. A maioria dos torcedores chegou de avião, trem ou automóvel, mas outros viajaram por métodos menos convencionais como a bicicleta.

A Escócia integra o Grupo A. Depois de encarar a Alemanha, os escoceses enfrentam a Suíça pela segunda rodada, na próxima quarta-feira. O último jogo da fase de classificação vai ser diante da Hungria, no dia 23 deste mês.

2º CADERNO

VARIEDADES

Prêmio da Música Brasileira 2024: confira a lista de vencedores

(Foto: @canalbrasil via Instagram / Estadão)

O Teatro Municipal do Rio de Janeiro recebeu na última quarta-feira, 12, o Prêmio da Música Brasileira 2024, que celebrou a diversidade rítmica do Brasil. Durante o evento, diversos artistas prestaram homenagens a Tim Maia, que morreu há 25 anos.

Ao todo, foram 88 indicados em 32 categorias diferentes. Entre os destaques da 31ª edição da premiação estão IZA, a melhor interprete de Música urbana e Marisa Monte, considerada a melhor interprete de Pop/Rock. Anitta, Xande de Pialres e Roberta Miranda também se deram bem e levaram troféus para casa.

Confira abaixo a lista completa de vencedores:

Samba

Grupo

- Encontro das Velhas Guardas
- Grupo Revelação (Vencedor)
- Grupo Semente

Intérprete

- Alcione
- Fabiana Cozza
- Martinho da Vila
- Péricles
- Xande de Pilares (Vencedor)

Lançamento

- Marcelo D2 - Iboru (Produção: Marcelo D2, Nave, Kiko Dinucci, Mario Caldato Junior)
- Martinho da Vila - Negra Ópera (Produção: Celso Filho, Martinho Antônio, Pretinho da Serrinha)
- Xande de Pilares - Xande Canta Caetano (Produção: Pretinho da Serrinha) (Vencedor)

Pop / Rock

Grupo

- Mombojó (Vencedor)
- Pato Fu
- Sophia Chablau e Uma Enorme Perda de Tempo

Intérprete

- Alice Caymmi
- Ana Frango Elétrico
- Filipe Catto
- Marisa Monte (Vencedora)
- Zeca Baleiro

Lançamento

- Ana Frango Elétrico - Me Chama De Gato Que Eu Sou Sua (Produção: Ana Frango Elétrico) (Vencedora)
- Filipe Catto - Belezas São Coisas Acesas por Dentro (Produção: Filipe Catto, Fabio Pinczowski)
- Mahmundi - Amor Fati (Produção: Mahmundi, Pedro Tie)

Música regional

Dupla

- Chico Amado & Xodó
- Joanina
- Lourenço & Lourival (Vencedor)

Grupo

- Boi Bumbá Garantido
- Timbalada
- Falamansa (Vencedor)

Intérprete

- Alceu Valença (Vencedor)
- Carlinhos Brown
- Lia de Itamaracá
- Luiz Caldas
- Marcelo Jeneci

Lançamento

- Alceu Valença - Meu Querido São João (Ao Vivo na Fundição Progresso) (Produção: Tovinho)
- Lia de Itamaracá - Dorme Pretinho (Produção: Pupillo) (Vencedora)
- Mestre Damasceno, Nativos Marajoara - Búfalo-Bumbá (Produção: Léo Chermont, Guto Nunes)

Canção popular /Sertanejo

Dupla

- Maiara & Maraisa (Vencedora)
- Os Barões da Pisadinha
- Rionegro & Solimões

Grupo

- Atitude 67
- É o Tchan! (Vencedor)
- Mastruz com Leite

Intérprete - Canção popular

- Edson Cordeiro
- Filipe Toca
- Gabriel Sater (Vencedor)
- João Gomes
- Leo Santana

Intérprete - Sertanejo

- Ana Castela
- Lauana Prado
- Paula Fernandes
- Roberta Miranda (Vencedora)
- Simone Mendes

Lançamento - Canção popular

- Gabriel Sater - Nos Dias Atuais (Ao Vivo) (Produção: Gabriel Sater, João Gaspar)
- João Gomes - Raiz (Produção: Top Eventos) (Vencedor)
- Romero Ferro, Gaby Amarantos - Em Plena Lua de Mel (Produção: MGZD)

Lançamento - Sertanejo

- Ana Castela - Boiadeira Internacional (Ao Vivo) ([Produção: Eduardo Godoy) (Vencedora)
- Maiara & Maraisa - Ao Vivo em Portugal (Produção: Eduardo Pepato)
- Roberta Miranda - Desatemos os Nós (Produção: Roberta Miranda)

MPB

Grupo

- Banda Eddie
- Barbatuques
- Boca Livre (Vencedor)

Intérprete

- Alaíde Costa
- Jards Macalé
- Jota.Pê
- Rosa Passos (Vencedora)
- Wanderléa

Lançamento

- Jards Macalé - Coração Bifurcado (Produção: Jards Macalé, Romulo Fróes) (Vencedor)
- Rosa Passos, Lula Gavão - Rosa Passos e Lula Galvão (Produção: Rafael Paulista)
- Wanderléa - Wanderléa Canta Choros (Produção: Mario Gil, Luiz Nogueira)

Melhor Canção

- Jards Macalé - Mistérios do Nosso Amor (Intérprete: Jards Macalé, Maria Bethânia / Compositor: Jards Macalé, Ronaldo Bastos) (Vencedor)
- Marcelo D2 - Povo de Fé (Intérprete: Marcelo D2, Nega Duda / Compositor: Marcelo D2, Luiz Antônio Simas)
- Wilson das Neves - Luz do Candeeiro (Intérprete: Áurea Martins / Compositor: Wilson das Neves, Paulo César Pinheiro)

Música urbana

Grupo

- Abulidu
- Àttooxxá (Vencedor)
- Natiruts

Intérprete

- Gloria Groove
- Iza (Vencedora)
- Ludmilla
- Rincon Sapiência
- Sandra de Sá

Lançamento

- Jonathan Ferr - Liberdade (Produção: Jonathan Ferr)
- Jorge Aragão, Djonga - Respeita (Produção: Kevin, Jorge Aragão) (Vencedor)
- Ludmilla - Vilã (Produção: Dallass, Ajaxx, Topo La Maskara, Ariel Donato, Ludmilla, Rafael Castilhol, DJ Gabriel do Borel, Marcio Arantes, Mars, Rasool Diaz, Zone, Coop The Truth, Galdino, DJ Chris 011, Ape Drums, Tropkillaz)

Categorias especiais

Prêmio do Músico Brasileiro

- Jaques Morelenbaum (Vencedor)

Lançamento Eletrônico

- Tropkillaz, Sango - Rio de Janeiro (Produção: Tropkillaz)
- Ubunto - Água Maravilha (Produção: Ubunto)
- Urias - Her Mind (Produção: Maffalda, Brabo) (Vencedora)

Lançamento em Língua Estrangeira

- Anitta - Funk Generation: A Favela Love Story (Produção: Brabo, Decz, Diplo, DJ Gabriel do Borel, Márcio Arantes, Ilya) (Vencedora)
- Pedro Miranda, Fernando Leitzke e o Candombaile - Candombe Bailador (Produção: Luis Filipe de Lima)
- Urias - Her Mind (Produção: Maffalda, Brabo)

Lançamento Erudito

- Orquestra Ouro Preto, Cristian Badu, Maestro Rodrigo Toffolo, Gustavo Carvalho - Orquestra Ouro Preto: Haydn & Mozart. (Produção: Maestro Rodrigo Toffolo)
- Orquestra Sinfônica Brasileira, Ignacio Garcia Vidal - Três Danças Espanholas (Produção: Nikolay Sapoundjiev)
- Orquestra Sinfônica Do Estado De São Paulo - Sinfonia dos Orixás & Pequenos Funerais Cantantes(Produção: Ulrich Schneider) (Vencedor)

Projeto Especial

- Chico César, Geraldo Azevedo - Violivoz (Ao Vivo) (Produção: Chico César, Geraldo Azevedo)
- João Gilberto - Relicário: João Gilberto (Ao Vivo no Sesc 1998) (Produção: Sesc São Paulo) (Vencedor)
- Wilson das Neves - Senzala e Favela (Produção: Jorge Helder, Kassin)

Música instrumental

Grupo

- Banda Tributo Waldir Azevedo
- Choro na Ribeira
- Choro na Rua (Vencedor)

Solista

- Antonio Adolfo
- Armandinho Macedo (Vencedor)
- Hamilton de Holanda
- Romero Lubambo
- Yamandu Costa

Lançamento

- Chico Pinheiro, Romero Lubambo - Two Brothers (Produção: Matt Pierson)
- Choro na Rua - Obrigado Zé da Velha (Produção: Alexandre Maionese, Henrique Cazes, Rogério Caetano, Silvério Pontes, Diego do Valle)
- Yamandu Costa, Armandinho Macedo - Encontro das Águas (Produção: Yamandu Costa, João Falcão Neto) (Vencedora)

Projeto Audiovisual

- Caetano Veloso - The Man I Love (Direção: Felipe Lion, Luqueta)
- Marcelo D2 - Iboru (Direção: Marcelo D2, Luiza Machado)
- Martinho Da Vila, Chico César - Acender as Velas (Direção: Philippe Rios) (Vencedor)
- Rubel, Bala Desejo - Toda Beleza (Direção: TOMAT)
- Rubel, MC Carol, BK', DJ Gabriel do Borel - Put@ria! (Direção: Belle de Melo)

Revelação

- Choro na Rua (Vencedor)
- Felipe Senna
- Gabriele Leite

Séries novas para maratonar: veja lista recente dos principais streamings

A primeira temporada da série de ficção científica Fallout, o dorama coreano O Herdeiro impossível, e a nova queridinha da Apple Tv+, Matéria Escura, estão entre as novas séries de canais de streaming como Netflix, Amazon Prime Video, Star+, Disney+ e Apple Tv+, e marcam os lançamentos dos últimos meses nas plataformas.

Não nos Calaremos - 1ª temporada (Netflix)

A série espanhola retrata a vida da estudante de 17 anos, Alma, interpretada por Nicole Wallace, após fazer uma denúncia de assédio sexual em sua escola. A série foi lançada em 31 de maio, e é baseada no romance espanhol Ni una más, de Miguel Sáez Carral. Veja mais sobre a série aqui.

Extraordinária - 2ª temporada (Star+ e Disney+)

O enredo de comédia de Extraordinária gira em torno de Jen, interpretada por Máiréad Tyers, em um mundo onde todos possuem superpoderes, exceto ela. A protagonista enfrenta, em um mundo em que o especial é "normal", problemas com a vida amorosa, o trabalho, os amigos e a família.

(Foto: Courtesy of Prime Video)

O Herdeiro Impossível - 1ª temporada (Star+ e Disney+)

Um dos doramas coreanos com o tema de vingança mais esperados de 2024, O Herdeiro Impossível conta a história de Tae-O, interpretado por Lee Jae-wook (Alquimia das Almas), um jovem que descobre repentinamente ser o filho do dono de um império empresarial. Ambicioso, ele enfrenta obstáculos para ascender socialmente, junto de duas alianças: Inha (Lee Jun-young) e Hyewon (Hong Suzu).

Acolyte - 1ª temporada (Disney+)

Da saga de Star Wars, a série spin-off Acolyte conta sobre a jornada de uma jovem padawan, que acompanha seu mestre jedi entre as investigações de crimes, e se passa um século antes dos acontecimentos do Episódio I - A Ameaça Fantasma. Criado por Leslye Headland, o spin-off conta com Amandla Stenberg (Morte, Morte, Morte), Manny Jacinto (The Good Place) e Lee Jung-jae (Round 6).

Matéria Escura - 1ª temporada (Apple Tv+)

A primeira temporada do romance de ficção científica Matéria Escura acompanha Jason Dessen (Joel Edgerton), físico, professor e pai de família, quando este é sequestrado e transportado para uma versão alternativa da sua própria vida. Entre uma viagem por vários universos, o protagonista enfrenta o pior de seus problemas: ele mesmo.

Fallout - 1ª temporada (Amazon Prime Video)

A série inspirada em um jogo de mesmo nome, mostra um mundo 200 anos após um apocalipse onde pessoas que moram em abrigos radioativos de luxo passam a explorar um novo universo devastado pelos seres humanos. Focada em três personagens, Lucy, Maximus e The Ghoul, interpretados, respectivamente, por Ella Purnell, Aaron Clifton e Walton Goggins, Fallout é uma criação de Lisa Joy (Westworld).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

VARIEDADES

Capitu traiu Bentinho? Americana que viralizou com Machado de Assis entra no fla-flu literário

Courtney Henning, a escritora e influenciadora dos Estados Unidos que viralizou entre brasileiros após ler Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, terminou sua leitura de outro clássico do autor: Dom Casmurro.

Em um vídeo publicado na última quarta-feira, 12, nas redes sociais, ela contou que adorou a obra e que talvez ela seja o seu novo livro favorito. "Ele pode estar desbancando Memórias Póstumas de Brás Cubas. Não sei dizer. Eu amo demais ambos. Se você não conhece Machado de Assis, ele é um escritor brasileiro. Ele é um tesouro. O mundo inteiro deveria estar cantando seus louvores. Ele deveria estar no mesmo patamar que Shakespeare", afirmou ela.

Courtney também deu sua opinião sobre uma debate literário que permanece vivo no Brasil há décadas: Capitu traiu ou não traiu Bentinho? "Primeiramente, sinto muita inveja por vocês terem esse debate literário sobre o qual conversar. Acho isso tão legal. Entendo que há um debate, e as pessoas estão divididas em ambos os lados sobre se ela traiu ou não", disse.

(Foto: Reprodução/Instagram)

A influenciadora então explicou que não leu nenhuma resenha, crítica ou análise sobre o livro até o momento e revelou que, para ela, Capitu não traiu Bentinho. "Eu acho que o narrador não é confiável. Ele está simplesmente destruído pela própria inveja. Essa é a minha opinião. Você pode tentar me convencer do contrário. Eu vou ler análises e, quem sabe, posso mudar de ideia, mas essa é a minha impressão inicial", justificou.

A versão que Courtney Henning leu foi traduzida para o inglês por Margaret Jull Costa e Robin Patterson. Ela havia anunciado na última quinta-feira, 6, que faria uma pausa em sua tarefa de ler livros de todos os países do mundo para conferir a obra de Machado de Assis.

Foi por meio do projeto que Memórias Póstumas de Brás Cubas chegou até ela. Na ocasião, Courtney elegeu o livro como novo favorito, chegando a lamentar no post que viralizou: "O que vou fazer do resto da minha vida depois que terminá-lo?".

A repercussão da postagem foi tamanha que Memórias Póstumas de Brás Cubas - na versão traduzida para o inglês por Flora Thomson-De Veaux - ficou em primeiro lugar entre os mais vendidos da Amazon dos Estados Unidos, na categoria "Literatura Latino-Americana e Caribenha". O sucesso internacional acabou repercutindo o livro por aqui também, atraindo brasileiros que ainda não conheciam a obra.

A história de 'Dom Casmurro'

Na história de Dom Casmurro, Bentinho e Capitu são criados juntos e se apaixonam na adolescência. Mas a mãe dele, por força de uma promessa, decide enviá-lo ao seminário para que se torne padre. Lá o garoto conhece Escobar, de quem fica amigo íntimo.

Algum tempo depois, tanto um como outro deixam a vida eclesiástica e se casam. Escobar com Sancha, e Bentinho com Capitu. Os dois casais vivem tranquilamente até a morte de Escobar, quando Bentinho começa a desconfiar da fidelidade de sua mulher e percebe a assombrosa semelhança do filho Ezequiel com o ex-companheiro de seminário.

Essa desconfiança acompanha Bentinho ao logo de todo o romance. A ideia de que Ezequiel é filho de seu amigo Escobar, e não dele, por causa de semelhança física e de suas atitudes, e por outros indícios que ele apresenta, vai se tornando insuportável para o narrador de Dom Casmurro, livro que é leitura obrigatória nas escolas e presença frequente nas listas de livros de vestibular. (Com Colaboração de Damy Coelho e Maria Fernanda Rodrigues)

Filas e 10 mil ingressos vendidos: monólogo de Fernanda Montenegro causa alvoroço no Sesc

No segundo dia de vendas dos ingressos para o espetáculo Fernanda Montenegro lê Simone de Beauvoir, todos os 10 mil assentos para os 20 dias de apresentação esgotaram. Em nota o Sesc afirma que foram mais de 130 mil acessos simultâneos durante a venda online. E na venda presencial, em menos de 30 minutos já não haviam mais lugares disponíveis, segundo informações não-oficiais repassadas por um funcionário do Sesc.

"O Sesc São Paulo lamenta os transtornos ocorridos e entende que os cerca de 10 mil ingressos esgotados, em um curto período, reforçam o compromisso da instituição em fomentar ações de formação de público e democratização do acesso à cultura.", esclarece a assessoria do Sesc 14 Bis. O Sesc 14 Bis, em São Paulo, será o novo palco para o monólogo de Fernanda Montenegro. Uma porcentagem dos ingressos foi liberado para a venda online, que teve inicio na última terça-feira, 11, esgotando no mesmo dia. Mas foi na venda física, na tarde da última quarta-feira, 12, que os fãs mostraram a expressão da atriz, parando as unidades do Sesc São Paulo.

"Fernanda Montenegro ao vivo no Allianz parque vai se tornando inevitável", brincou o usuário do X (antigo Twitter), Giancarlo Rufatto.

Nas redes sociais, fãs compartilharam imagens das enormes filas formadas para a comprar de ingressos de Fernanda Montenegro lê Simone de Beauvoir.

O espetáculo é dirigido e interpretado pela atriz e inspirado na obra A Cerimônia do Adeus, da filósofa francesa Simone de Beauvoir. Em nota, Fernanda comentou sobre seu primeiro contato com Beauvoir. "Minha aproximação com a obra de Simone de Beauvoir vem desde quando eu tinha 20 anos. Essa fundamental feminista é uma personalidade referencial na minha geração."

(Foto: Sesc/Divulgação)

(Foto: Leon Bennett / GETTY IMAGES NORTH AMERICA / Getty Images via AFP)

Rihanna, enfim, traz boa notícia sobre novo álbum: 'Redescobrindo'

Rihanna, cujo último álbum de estúdio (ANTI) foi lançado em 2016, tranquilizou os fãs ao revelar não ter se aposentado como cantora. "Estou redescobrindo a música", declarou.

A artista falou sobre o assunto em entrevistas ao Entertainment Tonight e ao Extra. "Estou trabalhando no próximo álbum por tanto tempo que decidi deixar algumas coisas que fiz anos atrás de lado e voltar ao estúdio. Estou recomeçando. Me deem só um minuto", brincou.

O último álbum inédito de Rihanna foi Anti, responsável pelas canções Needed Me e Love on the Brain. Ela confidenciou que algumas das faixas pensadas para o próximo disco foram descartadas. "Estou escutando algumas de novo, vendo o que ainda faz sentido para mim".

Durante o tempo longe dos palcos, ela se dedicou à sua marca de maquiagem, Fenty Beauty, além de participar de filmes.

GASTRONOMIA

Confira as melhores quermesses de São Paulo para aproveitar as comidas juninas

O mês de junho chegou e com ele São Paulo acaba abrigando um paraíso de quermesses espalhadas pela cidade que oferecem os mais variados pratos e comidas tradicionais da Festa Junina. Confira algumas das melhores e imperdíveis quermesses de Festa Junina que existem em São Paulo e se prepare para um tour gastronômico e aproveite as melhores comidas juninas da cidade.

• **Quermesse da Paróquia Nossa Senhora da Consolação**
Local: Rua da Consolação, 585 - Consolação
Datas: Todos os finais de semana de junho
Horário: Sábados das 17h às 23h e domingos das 17h às 22h

• **Festa Junina de San Gennaro**
Local: Rua San Gennaro, 214 - Mooca
Datas: Todo sábado de junho
Horário: 17h30 às 23h

• **Quermesse da Paróquia São Rafael**
Local: Largo São Rafael – Mooca
Datas: Todos os finais de semana de junho
Horário: Sábados e domingos a partir das 18h

• **Quermesse da catedral de São Miguel Arcanjo**
Local: Praça do Forró, 11 - São Miguel Paulista
Datas: Todos os finais de semana de junho e os dois primeiros de julho
Horário: A partir das 18h

• **Quermesse de São João de Nóis Tudim**
Local: R. Jacofer, 615 - Limão
Datas: Toda sexta, sábado e domingo até o dia 28 de julho
Horário: Sextas das 15h às 04h, sábados das 11h às 04h e domingo das 11h às 23h

• **Arraiá do Divino**
Local: Rua Frei Caneca, 1047, Consolação
Datas: Todo fim de semana de junho
Horário: A partir das 17h

• **Festa Junina Vegana**
Local: Rua Brigadeiro Galvão, 535 - Barra Funda
Datas: Todo domingo de junho
Horário: 12h às 20h

• **Quermesse do Calvário**
Local: Rua Cardeal Arcoverde, 570 - Pinheiros
Datas: Todos os finais de semana de junho e o primeiro de julho
Horário: Sábados das 17h30 às 23h30 e domingos das 17h30 às 22h30

Comidas de Festa Junina o ano todo: locais em São Paulo que mantêm a tradição viva

Estamos em junho, mês que tradicionalmente se celebra a festa junina com diversas quermesses e arraiás espalhadas pela cidade e reúne milhares de pessoas que adoram as comidas típicas juninas, como pamonha, canjica, milho cozido, etc. Em São Paulo, a tradição das festas juninas se estendem além do mês de junho. Diversos restaurantes e bares da cidade oferecem pratos típicos dessa celebração durante o ano inteiro, satisfazendo a saudade daqueles que não querem esperar até o próximo arraiá. Conheça três dos locais mais recomendados para apreciar essas delícias em qualquer época do ano.

• **ST Chico:** Com três unidades na capital, a ST Chico é uma rede de padaria muito famosa, com ambiente rústico e decoração que remete ao interior, tem em seu cardápio grandes opções deliciosas para quem procura uma comida junina: seu famoso hot-dog, o clássico pé de moleque e o irresistível bolo de milho.
Endereços: Rua Fernão Dias, 461 - Pinheiros; Rua Mourato Coelho, 383 - Pinheiros; Av. Higienópolis, 467 - Higienópolis
Horário de funcionamento: seg. à sex. (07h às 20h), sáb. (07h às 19h) e dom (07h às 18h)
Telefone: (11) 97280-9010
Instagram: @st.chico

• **Tchocolath:** A tradicional Tchocolath está no mercado desde 1986 trazendo ao público diferentes tipos de doces e chocolates artesanais, com um ambiente com design elegante e acolhedor, conta em seu cardápio com o balão de chocolate ao leite e pão de mel recheados com paçoca e maçãs do amor para os amantes de doces e festa junina.
Endereço: Rua Antônio Afonso, 19 - Vila Nova Conceição
Horário de funcionamento: seg. à sab. (08h às 19h) e dom (09h às 18h)
Telefone: 11 97652-3081
Instagram: @tchocolath

• **Expedito Bar:** O Expedito Bar é um badalado bar que se destaca como ponto de encontro que harmoniza tradição e modernidade. Com um cardápio que valoriza bastante a cultura brasileira, o bar possui deliciosos espetos tradicionais de carne bovina e linguiça, que são muito presentes nas Festas Juninas, além de seus deliciosos pastéis.
Endereço: Rua Ibituruna, 1540 - Campo Belo
Horário de Funcionamento: ter. à qui. (16h à 00h), sex e sáb (12h às 00h45) e dom (12h às 21h)
Instagram: @expeditobar

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GASTRONOMIA

Sanduíches do 1º Festival Sanducará são revelados

___ Estabelecimentos participantes apresentam ao público suas delícias autorais utilizando o pão de cará de 8 a 30 de junho

Foram revelados os sanduíches das 13 padarias participantes da primeira edição do Sanducará. A criatividade foi essencial e as receitas estão de dar água na boca. Os lanches autorais utilizando o pão de cará estarão disponíveis nos estabelecimentos participantes de 8 a 30 de junho.

Conhecido por seu miolo macio e sabor adocicado, o queridinho dos santistas será a estrela deste evento promovido pelo Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (SINASPAN) que promete destacar o talento das padarias da Baixada Santista.

O evento não só valorizará a cultura local, mas também estimulará a economia regional, atraindo tanto residentes quanto turistas para experimentarem os diversos sabores que as padarias têm a oferecer.

Antonio Pires Gomes, presidente do SINASPAN, destaca a importância de um evento como esse: "Poucas cidades têm o privilégio de ter um item gastronômico que o represente, e Santos tem. O festival promove ainda um produto gastronômico que é o segundo item mais vendido em todas as padarias da região e que tem um valor afetivo com todo o santista. Mesmo que ele já esteja indo para outras padarias do litoral e algumas e de outros municípios como São Paulo e Serra Negra, é uma ótima oportunidade de aproximar e unificar as padarias".

Confira as receitas de alguns dos sandubas que irão custar entre R$15,00 e R$35,00.

● **EM GUARUJÁ**
Rafael Vidal | Caraipiria
Pão de cara selado na manteiga na chapa, servido com filé de sobrecoxa desossada crocante, creme de queijo gorgonzola, agrião fresco, crispy de presunto parma e geleia de laranja

● **EM SANTOS**
Arco Íris | Romeu e Julieta na entrada
Pão de cará com Romeu e Julieta na entrada

● **Casaria | Mortadela Casaria**
Pão de cará, mortadela, mussarela de búfala, rúcula, vinagrete de alho poró e tomate seco

● **EM PRAIA GRANDE**
Dona Manuela | Frango Pesto
Pão de cará, peito de frango grelhado com pesto de manjericão, tomate seco, rúcula e queijo parmesão

● **Du Forno | Volta ao Mundo**
Pão de cará, frango desfiado, pimentão e maionese com páprica

7ª São Paulo Burger Gourmet realiza ação social e beneficia o projeto Chef Aprendiz

___ A expectativa é que sejam vendidos cerca de 34 mil burguers gourmets durante um mês. A ação social acontece com o incentivo das hamburguerias aos clientes para a doação de R$2,00 por burger consumido

(Foto: Divulgação)

A São Paulo Burger Gourmet by Restaurant Week caminha junto com a solidariedade e atua como agente de transformação social a partir de parcerias com instituições beneficentes. Em sua 7ª edição, o festival, que teve início em 23 de maio, acontece até 23 de junho em 50 hamburguerias selecionadas da capital paulista, São Bernardo do Campo e Santo André. Neste período, os apreciadores de hambúrguer poderão desfrutar de criações exclusivas e diferentes acompanhamentos por um valor fixo de R$39,90 o menu tradicional e R$49,90 o plus no almoço e/ou no jantar.

De acordo com o idealizador da Burger Gourmet, Fernando Reis, durante o festival os chefs são convidados a criar novos sabores e texturas, com a ideia de gourmetizar uma experiência rotineira, mas que já é tendência em todo Brasil e atrai cada vez mais fãs para as hamburguerias. "A expectativa é que sejam vendidos cerca de 34 mil burgers gourmets durante a edição - o que ativa positivamente a economia da cidade. A média de vendas é de mais de 900 burgers por estabelecimento durante um mês, com ticket médio de cerca de R$58,00. Ao final do festival, as hamburguerias participantes devem movimentar mais de R$ 200 mil", explica Fernando.

A ação social acontece com o incentivo das hamburguerias aos clientes para a doação de R$2,00 por burger gourmet consumido para a organização sem fins lucrativos Chef Aprendiz, que capacita jovens a partir dos 17 anos através da gastronomia e de práticas de desenvolvimento humano

"É muito importante para nós, que fomentamos o mundo da gastronomia, ajudar a criar novos chefs e impactar a vida de jovens que estão em situação de vulnerabilidade social. Ao aproximar, principalmente, as crianças e os adolescentes de boas oportunidades, preenchendo os períodos com atividades e práticas saudáveis, contribuímos para que eles se tornem mais auto suficientes, também melhorando as condições das famílias e das comunidades nas quais estão inseridos," explica o, idealizador da São Paulo Burger Gourmet, Fernando Reis.

Certificado por IBICT-Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT-Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA ITAÚNA I S.A.

CNPJ/ME nº 47.027.381/0001-66

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não Auditado) 31/12/2022
ATIVO			
Não circulante			
Imobilizado	8	29.247	-
Total do ativo		**29.247**	**-**

	Nota	31/12/2023	(Não Auditado) 31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	29.357	-
Total do passivo		**29.357**	**-**
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	10	(110)	-
Total do patrimônio líquido		**(110)**	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.247**	**-**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não Auditado) 31/12/2022
Despesas operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(46)	-
		(46)	**-**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(46)**	**-**
Resultado financeiro	12		
Despesas financeiras		(64)	-
		(64)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(110)**	**-**
Resultado líquido do exercício		**(110)**	**-**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não Auditado) 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(110)	-
Resultado abrangente do exercício	**(110)**	**-**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	-	-
Prejuízo do exercício	(110)	(110)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(110)**	**(110)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(110)	-
	(110)	**-**
Variações em:		
Fornecedores	29.357	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**29.247**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**29.247**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(29.247)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(29.247)**	**-**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	-	-

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador - CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Itaúna I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Central Eólica Itaúna I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA ITAÚNA II S.A.

CNPJ/MF nº 47.027.303/0001-61

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
ATIVO			
Não circulante			
Imobilizado	8	38.996	-
Total do ativo		**38.996**	**-**

	Nota	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	39.105	-
Total do passivo		**39.105**	**-**
Patrimônio Líquido			
Prejuízos acumulados	10	(109)	-
Total do patrimônio líquido		**(109)**	**-**
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.996**	**-**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Despesas operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(24)	-
		(24)	**-**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(24)**	**-**
Resultado financeiro	12		
Despesas financeiras		(86)	-
		(86)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(109)**	**-**
Resultado líquido do exercício		**(109)**	**-**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(109)	-
Resultado abrangente do exercício	**(109)**	**-**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)	-	-
Prejuízo do exercício	(109)	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(109)**	**(109)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(109)	-
	(109)	**-**
Variações em:		
Fornecedores	39.105	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**39.105**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**38.996**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(38.996)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(38.996)**	**-**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	-	-

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador - CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Itaúna II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Central Eólica Itaúna II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

BNDES aprova financiamento de R$ 58 milhões para plano de inovação da WEG

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ter aprovado um financiamento de R$ 58 milhões para o Plano de Investimento em Inovação da WEG Drives e Controls (WDC). A empresa prevê um investimento total de R$ 69,5 milhões em 45 projetos principais de inovação, entre eles o desenvolvimento de equipamentos e soluções tecnológicas.

Os planos de desenvolvimento preveem um robô logístico autônomo para cargas de 500 kg, utilizado na indústria 4.0; novos produtos ligados a Movimento & Controle (Motion & Control); equipamentos voltados para sistemas críticos de energia, com foco em alto desempenho e eficiência energética; e aprimoramento de sistemas de automação, com incorporação de tecnologias digitais, com redução total ou parcial de materiais não recicláveis.

O financiamento foi aprovado no âmbito do Programa BNDES Mais Inovação.

"O plano da empresa busca investir no desenvolvimento de produtos e processos mais eficientes, sustentáveis e digitais", informou o banco de fomento, em nota à imprensa. "A operação aprovada pelo BNDES também prevê o desenvolvimento de tecnologias e produtos com menos impacto no meio ambiente."

TRF determina que filho de militar falecido tem direito a pensão até os 24 anos

Filhos de militares falecidos da Força Aérea Brasileira (FAB) têm o direito de receber pensão por morte até os 24 anos de idade, segundo a última determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). O julgamento da segunda turma da corte determinou que o benefício é concedido aos jovens que forem estudantes e não receberem remuneração.

A pensão por morte militar pode chegar a, até, o limite máximo do salário de benefício do INSS. Em 2024, o valor é de R$ 7 786,02. Caso este valor seja excedido, será pago somente no equivalente a 70% desse excesso, o qual é acrescido ao valor do dito limite.

O relator do caso, desembargador federal Rui Gonçalves, afirmou que o direito à pensão ao filho do militar falecido é legítimo uma vez que o requerente preencheu todos os requisitos para a concessão do benefício.

"No caso, deve ser reconhecido o direito à pensão militar ao filho estudante maior de 21 anos, até que complete 24 anos de idade, por ser reconhecido como dependente, para todos os fins de direito, pelo Estatuto dos Militares. O autor logrou demonstrar sua condição de estudante e deve-se dizer que os universitários integram a classe dos estudantes", afirmou o magistrado.

LEILÃO DE VEICULOS ONLINE

AGORA VOCE COMPRA SEU VEICULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGOCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 19/06/2024 E 20/06/2024 ÀS 13:30

75 VEÍCULOS: VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS

M068431; M000735; KM63521; B367904; A542062; R073066; H561785; KE60723; A033542; 94019643; J288441; KL298225; W552820; W528324; ZA01452; A003411; B154227; L8781141; K8241256; J429656; J125344; Z232851; J914677; J8470035REM; K956159; P038270; DM028944; B106753; SEM FICHA; B108600; B107054; F8163810; Z109529; E5054566; D4736976; D2151535; H0794481; B521904; B107084; T023556; E8066142; S601985; L207368; B524969; B540153; K199832; B513011; A545524; B203775; J258583; J343379; C109683; C154024; 91061934; P016574; C442259; P051693; CZH8455; EA273340; T032424; KM65193; KH45985; CU330615; 60502REM; KT206793; R144713; A529224; Z909316; R874123; J552622; A2092148; 8233878; J176108; H940632; Y0971372;

CONDIÇÕES

OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVÉL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093 . IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP. TEL.: (11) 5990-3165. (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 039/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE HORAS TRABALHADAS DE MARCENEIRO E AJUDANTE DE MARCENEIRO, PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, SEDE E DEMAIS PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS;** (18/06/2024 – 08:00) **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** (04/07/2024 – 08:00) **ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** (04/07/2024 – 08:01) **INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** (04/07/2024 – 09:00) **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 15 de junho de 2024

ANA BERTHOLINA BARBOZA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível o processo abaixo:

CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA": Nº 004/2024; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REMOÇÃO/INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS EM LED, VISANDO A MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO COM SUSTENTABILIDADE AMBIETAL; **Edital Na Íntegra:** (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Concorrência Eletrônica - Lei 14.133/21 - 2024); www.novobbmnet.com.br; PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br : **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 18 DE JUNHO DE 2024; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** AS 08:01 DO DIA 04 DE JULHO DE 2024; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** AS 09:00HORAS DO DIA 04 DE JULHO DE 2024; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Publique-se

Leme, 13 de Junho de 2024

DIEGO DIVINO KUCHLER TARIFA
SECRETÁRIO DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:

Pregão Eletrônico: Nº 040/2024; **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE NUTRIÇÕES E DIETAS ENTERAIS EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE PACIENTES CARENTES E ACAMADOS DO MUNICÍPIO; **Edital Na Íntegra**: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos - 2024); **www.novobbmnet.com.br**; Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 • 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP, das 08 Às 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 18/06/2024 – 08:00H; **TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 28/06/2024 – 08:00H; **ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA:** 28/06/2024 – 08:01H; **INÍCIO DA ETAPA DE LANCES:** 01/07/2024 – 08:00H; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*

Leme, 14 de junho de 2024

LISETE CRISTINA GANÉO KINOCK
SECRETÁRIA DA SAÚDE

Prefeitura Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro Estado de São Paulo

Pregão Presencial 05/2024 – CAMINHÃO.

A Prefeitura do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro/SP, torna público para conhecimento de interessados que, no dia e hora especificados, na sala de reunião nas dependências do PAÇO MUNICIPAL, sito a Praça Prefeito Geraldo Azevedo, 115, Águas de São Pedro/SP, realizar-se-á licitação, na modalidade Pregão Presencial 05/2024, do tipo menor preço global visando **a Contratação de empresa(s) para o fornecimento de dois caminhões equipados com coletor e compactador de lixo, 0 km, para utilização na coleta de resíduos sólidos com características domiciliares e comerciais no Município - Ata de Registro de Preço.** Os envelopes com as propostas financeiras e os documentos de habilitação devem ser entregues no ato do credenciamento às **09:00 horas do dia 28/06/2024** no local acima indicado. A sessão de lances e julgamento será neste mesmo dia e horário. O edital poderá ser retirado através do site www.aguasdesaopedro.sp.gov.br ou solicitados através do e-mail licitacao@aguasdesaopedro.sp.gov.br. Águas de São Pedro/SP, 17/06/2024. João Victor Barboza – Prefeito Municipal.

Prefeitura Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro Estado de São Paulo

Pregão Presencial 04/2024 – CARNES E EMBUTIDOS.

A Prefeitura do Município da Estância Hidromineral de Águas de São Pedro/SP, torna público para conhecimento de interessados que, no dia e hora especificados, na sala de reunião nas dependências do PAÇO MUNICIPAL, sito a Praça Prefeito Geraldo Azevedo, 115, Águas de São Pedro/SP, realizar-se-á licitação, na modalidade **Pregão Presencial 04/2024**, **do tipo menor preço global visando o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de CARNES E EMBUTIDOS para o Programa Municipal de Alimentação Escolar, de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal, a fim de atender as necessidades da Secretaria Educação e Cultura.** Os envelopes com as propostas financeiras e os documentos de habilitação devem ser entregues no ato do credenciamento às **14:00 horas do dia 28/06/2024** no local acima indicado. A sessão de lances e julgamento será neste mesmo dia e horário. O edital poderá ser retirado através do site www.aguasdesaopedro.sp.gov.br ou solicitados através do e-mail licitacao@aguasdesaopedro.sp.gov.br. Águas de São Pedro/SP, 17/06/2024. João Victor Barboza – Prefeito Municipal.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR LAGOA I S.A.

CNPJ nº 35.913.704/0001-30

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	50	3
		50	**3**
Não circulante			
Imobilizado em andamento	10	11.427	4.031
		11.427	**4.031**
Total do ativo		**11.477**	**4.034**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	9.395	2.076
Impostos a pagar	8	-	27
		9.395	**2.104**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	-	1.080
		-	**1.080**
Total do passivo		**9.395**	**3.184**
Patrimônio Líquido	12		
Capital social		2.390	1.010
Prejuízos acumulados		(308)	(160)
Total do patrimônio líquido		**2.082**	**850**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.477**	**4.034**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida		-	-
Custo do serviço de energia elétrica	13		
Materiais e serviços de terceiros		(33)	-
Outros custos de operação		(15)	-
		(48)	**-**
Lucro bruto		**(48)**	**-**
Despesas	13		
Despesas gerais e administrativas		(100)	(153)
		(100)	**(153)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(148)**	**(153)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(148)**	**(153)**
Tributos sobre o lucro		**-**	**-**
Resultado líquido do exercício		**(148)**	**(153)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(148)	(153)
Resultado abrangente do exercício	**(148)**	**(153)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**510**	**(7)**	**503**
Aumento de capital social	500	-	500
Resultado do exercício	-	(153)	(153)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.010**	**(160)**	**850**
Aumento de capital social	1.380	-	1.380
Resultado do exercício	-	(148)	(148)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.390**	**(308)**	**2.082**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(148)	(153)
	(148)	**(153)**
Variações em:		
Fornecedores	7.319	1.353
Impostos a pagar	(27)	27
Partes relacionadas	-	1.080
Caixa proveniente das atividades operacionais	**7.144**	**2.307**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.144**	**2.307**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(7.396)	(3.314)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(7.396)**	**(3.314)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	300	500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**300**	**500**
Redução líquid**a de caixa e equivalentes de caixa**	**47**	**(507)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	510

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Lagoa I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Lagoa I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL SOLAR LAGOA II S.A.

CNPJ/ME n° 35.913.736/0001-35

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	150	289
Impostos a compensar	8	1	1
		151	**290**
Não circulante			
Imobilizado em andamento	10	10.918	3.633
		10.918	**3.633**
Total do ativo		**11.070**	**3.923**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	9.165	1.846
Impostos a pagar	8	-	27
		9.165	**1.873**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	-	1.200
		-	**1.200**
Total do passivo		**9.165**	**3.073**
Patrimônio Líquido	12		
Capital social		2.210	1.010
Prejuízos acumulados		(305)	(160)
Total do patrimônio líquido		**1.905**	**850**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.070**	**3.923**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida		-	-
Custo do serviço de energia elétrica	13		
Materiais e serviços de terceiros		(33)	-
Outros custos de operação		(12)	-
		(45)	**-**
Lucro bruto		**(45)**	**-**
Despesas	13		
Despesas gerais e administrativas		(100)	(153)
		(100)	**(153)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(100)**	**(153)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(145)**	**(153)**
Resultado líquido do exercício		**(145)**	**(153)**

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(145)	(153)
Resultado abrangente do exercício	**(145)**	**(153)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**510**	**(7)**	**503**
Aumento de capital social	500	-	500
Resultado do exercício	-	(153)	(153)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.010**	**(160)**	**850**
Aumento de capital social	1.200	-	1.200
Resultado do exercício	-	(145)	(145)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.210**	**(305)**	**1.905**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(145)	(153)
	(145)	**(153)**
Variações em:		
Impostos a compensar	(1)	(1)
Fornecedores	7.319	1.265
Impostos a pagar	(27)	26
Partes relacionadas	-	1.200
Caixa proveniente das atividades operacionais	**7.146**	**2.337**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.146**	**2.337**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(7.285)	(3.058)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(7.285)**	**(3.058)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-**	**500**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(139)**	**(221)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	150	289
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	289	510

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Lagoa II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,
mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Tribunal condena aérea por morte de pet que ficou 6h30 em caixa de madeira durante voo

Os desembargadores da 18ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo condenaram a Latam a pagar indenização de R$ 30 mil a um casal cujo cachorro de estimação morreu durante uma viagem. O colegiado confirmou decisão de primeiro grau e aumentou a indenização que havia sido arbitrada em R$ 10 mil.

A reportagem do Estadão pediu manifestação da aérea. O espaço está aberto.

A decisão do TJ atendeu um pleito do casal, que narrou ter viajado de Aracaju a São Paulo com o animal em uma caixa de acrílico no bagageiro do mesmo voo em que se encontravam. Na volta, a companhia aérea indicou que o animal teria de ser transportado em outro voo, como "carga viva", em uma caixa menor, de madeira.

O pet ficou 6h30 na caixa - quatro horas antes da decolagem, mais o tempo da viagem. Quando o avião pousou em São Paulo, foi constatada a morte do animal.

Em primeiro grau, a Justiça ressaltou a responsabilidade da companhia aérea "ao obrigar um acondicionamento inadequado e precário do pet em seu voo, causando um estresse que gerou seu óbito". Foi fixada indenização de R$ 10 mil por danos morais e R$ 2 mil a título de danos materiais por "prestação de serviço defeituosos".

O casal recorreu alegando que a indenização fixada era "irrisória" considerando a culpa da aérea e o "imensurável abalo emocional" sofrido.

O desembargador Sérgio Gomes, relator, acolheu o pedido e destacou que os "percalços vivenciados" pelo casal "exasperaram sobremaneira o dissabor cotidiano". O magistrado deu ênfase à dor de "imensuráveis proporções" dos tutores.

Gomes anotou que a morte do pet ocorreu no dia do aniversário de seu tutor e que a tutora estava grávida. Em sua avaliação, esses detalhes intensificaram o dano psicológico do casal.

A avaliação é a de que a indenização imposta em primeiro grau "não concretizou efetiva justiça" e assim caberia o aumento da indenização a ser paga pela companhia aérea. O acórdão foi lavrado na última terça-feira, 11.

"Atendendo-se às peculiaridades do caso concreto, em especial o elevado grau de culpa da companhia aérea e o intenso sofrimento emocional e psicológico causado aos autores (da ação), e aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, afigura-se mais adequada ao caso concreto a quantia total de R$ 30 mil, sendo R$ 15 mil para cada autor", concluiu o relator, em voto acompanhado por unanimidade.

Com a palavra, a Latam - A reportagem do Estadão pediu manifestação da Latam. O espaço está aberto (pepita.ortega@estadao.com)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível o processo abaixo:
CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA": Nº 003/2024; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO ELÉTRICA DA CASA DIA DO IDOSO 02 E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS**; Edital na Íntegra:** (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Concorrência Eletrônica - Lei 14.133/21 - 2024); www.novobbmnet.com.br; PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br ; **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 18 DE JUNHO DE 2024; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** AS 08:01 DO DIA 03 DE JULHO DE 2024; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** AS 09:00HORAS DO DIA 03 DE JULHO DE 2024; **REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. **LOCAL:** www.novobbmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" *Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura*
Publique-se

Leme, 13 de Junho de 2024
CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Departamento de Licitações

RESUMO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO 290/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 031/2024
CONCORRÊNCIA 007/2024
FORMA ELETRÔNICA

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **08h59min** do dia **16 de julho de 2024**, a Concorrência Eletrônica nº 007/2024, pelo critério de julgamento: Menor Preço GLOBAL, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de execução de obra, para a **REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA "COMENDADOR JORGE TANAKA"**, referente ao Convênio nº 058/2023 - DADETUR, celebrado entre o Estado de São Paulo, pela Secretaria de Turísmo e Viagens e o Município de Pereira Barreto, incluindo material e mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Para mais informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569 - pelos e-mails: licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br , luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br , ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br.

Pereira Barreto - SP, 14 de junho de 2024.
João de Altayr Domingues
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Departamento de Licitações

RESUMO DE EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.006/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2024
CONCORRÊNCIA Nº 005/2024

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **08h59min** do dia **04 de julho de 2024**, a Concorrência Eletrônica nº 005/2024, do tipo menor preço global, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na execução de construção civil para a Revitalização da Avenida Dom Pedro II - 2ª Etapa, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, Cronograma, Projetos/ Planta Baixa e demais anexos do Edital. Para mais informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8569 ou pelos e-mails: licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br / juliana.batista@pereirabarreto.sp.gov.br, ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br.

Pereira Barreto - SP, 14 de junho de 2024.
João de Altayr Domingues
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELÍCIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 144/2024 PROCESSO n° 16.523/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90144/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIO X, FIXO, DIGITAL PARA INSTALAÇÃO NO HOSPITAL "JARDIM DO BAIRRO". DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 17 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br
Botucatu, 13 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSE GUSTAVO CELESTINO DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 159/2024 PROCESSO n° 17.282/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90159/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA "2ª JORNADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL". DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 17 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br
Botucatu, 14 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOSÉ GUSTAVO CELESTINO DE CAMPOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 315/2023 PROCESSO n° 62.209/2023
UASG 986249 Nº COMPRA 315/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS E PERSIANAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 17 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br
Botucatu, 14 de Junho de 2024

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA I S.A.

CNPJ/ME nº 47.034.077/0001-46

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	59	-
		59	**-**
Não circulante			
Imobilizado	9	4.432	-
Derivativos contratados	12	181	-
		4.613	**-**
Total do ativo		**4.672**	**-**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	575	13
Impostos a pagar	11	12	-
		587	**13**
Não circulante			
Derivativos contratados	12	8.313	-
		8.313	**-**
Total do passivo		**8.899**	**13**
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		4.946	-
Outros resultados abrangentes		(9.042)	-
Prejuízos acumulados		(132)	(13)
Total do patrimônio líquido		**(4.228)**	**(13)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.672**	**-**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(119)	(13)
	(119)	**(13)**
Variações em:		
Fornecedores	562	13
Impostos a pagar	11	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**454**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**454**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(4.432)	-
Derivativos contratados	(910)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(5.342)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.946	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**4.946**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**59**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	59	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	59	-

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Custo de operação	14.1		
Serviços de terceiros e materiais		(67)	-
Outros custos de operação		(26)	-
		(93)	**-**
Lucro bruto		**(93)**	**-**
Despesas operacionais	14.2		
Despesas gerais e administrativas		(26)	(13)
		(26)	**(13)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(119)**	**(13)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(119)**	**(13)**
Resultado líquido do exercício		**(119)**	**(13)**

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(119)	(13)
Outros resultados abrangentes	(9.042)	-
Resultado abrangente do exercício	**(9.161)**	**(13)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(13)	(13)
Aumento de capital social	4.946	-	-	4.946
Outras Reservas Hedge Accounting	-	(9.042)	-	(9.042)
Prejuízo do exercício	-	-	(119)	(119)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.946**	**(9.042)**	**(132)**	**(4.228)**

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Borborema I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA II S.A.

CNPJ/MF nº 47.034.126/0001-40

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	84	-
		84	**-**
Não circulante			
Imobilizado	9	4.471	-
Derivativos contratados	12	237	-
		4.708	**-**
Total do ativo		**4.791**	**-**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.011	13
Impostos a pagar	11	2	-
		1.013	**13**
Não circulante			
Derivativos contratados	12	10.928	-
		10.928	**-**
Total do passivo		**11.941**	**13**
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		4.835	-
Outros resultados abrangentes		(11.905)	-
Prejuízos acumulados		(80)	(13)
Total do patrimônio líquido		**(7.150)**	**(13)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.791**	**-**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(67)	(13)
	(67)	**(13)**
Variações em:		
Fornecedores	998	13
Impostos a pagar	2	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**933**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**933**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(4.471)	-
Derivativos contratados	(1.213)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(5.684)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.835	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**4.835**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**84**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	84	-

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Custo de operação	14.1		
Serviços de terceiros e materiais		(8)	-
Outros custos de operação		(33)	-
		(41)	**-**
Lucro bruto		**(41)**	**-**
Despesas operacionais	14.2		
Despesas gerais e administrativas		(25)	(13)
		(25)	**(13)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(67)**	**(13)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(67)**	**(13)**
Resultado líquido do exercício		**(67)**	**(13)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(67)	(13)
Outros resultados abrangentes	(11.905)	-
Resultado abrangente do exercício	**(11.972)**	**(13)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	(13)	(13)
Aumento de capital social	4.835	-	-	4.835
Outras Reservas Hedge Accounting	-	(11.905)	-	(11.905)
Prejuízo do exercício	-	-	(67)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.835**	**(11.905)**	**(80)**	**(7.150)**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Borborema II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Projeção de resultado primário tem piora, com déficit de R$ 79,715 bi, mostra Prisma Fiscal

Os analistas de mercado ouvidos mensalmente pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projetam que o governo entregará um resultado primário com déficit de R$ 79,715 bilhões em 2024. A estimativa piorou em relação ao documento anterior, de maio, que projetava um rombo de R$ 76,825 bilhões. Os dados constam do boletim Prisma Fiscal de junho, divulgado na última sexta-feira, 14.

O governo pretende zerar o déficit neste ano com o novo arcabouço fiscal, aprovado no ano passado. Embora a Lei Orçamentária Anual de 2024 previsse um pequeno superávit de R$ 2,8 bilhões neste ano, dentro do resultado neutro almejado, o relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em maio revisou o resultado primário para um déficit de R$ 14,5 bilhões (o equivalente a 0,1% do PIB).

Para 2025, a projeção também piorou. A expectativa do mercado é de déficit de R$ 90,134 bilhões - no mês anterior, a projeção era de rombo de R$ 87,458 bilhões. O governo alterou a meta fiscal para 2025 quando enviou o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) ao Congresso: de um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, agora o alvo é repetir o resultado neutro, de 0% do PIB. Um dos objetivos da nova regra fiscal é perseguir superávits primários, partindo de um resultado neutro em 2024. A proposta substituiu o teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo. Os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

O Prisma deste mês revisou para cima as previsões do mercado para as receitas federais em 2024, com a estimativa passando de R$ 2,593 trilhões para R$ 2,603 trilhões. Para 2025, a projeção para a arrecadação baixou, passando de R$ 2,741 trilhões para R$ 2,734 trilhões.

A estimativa para a receita líquida do Governo Central neste ano passou de R$ 2,120 trilhões para R$ 2,127 trilhões, enquanto para o próximo ano variou para baixo, de R$ 2,231 trilhões para R$ 2,229 trilhões.

Pelo lado do gasto, a projeção de despesas totais do Governo Central este ano cresceu, passando de R$ 2,189 trilhões para R$ 2,207 trilhões. Para 2025, a estimativa também avançou, de R$ 2,313 trilhões para R$ 2,321 trilhões. A mediana das projeções dos analistas do Prisma para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) registrou piora para este e o próximo ano. Para 2024, passou de 77,30% do PIB no mês anterior para 77,33% do PIB no relatório divulgado nesta sexta. Para 2025, a estimativa passou de 79,90% para 80,15%, na mesma comparação. Segundo a previsão que consta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, o governo espera que a DBGG chegue a 77,9% do PIB no próximo ano. A expectativa é de que a dívida bruta alcance 79,1% do PIB em 2026 e 79,7% do PIB em 2027.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos aos interessados que se encontram abertas nesta Câmara, a Licitação abaixo relacionadas:
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 90014/2024
Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de mobiliários
Tipo: Menor preço
Início da Sessão Pública: dia 28/06/2024, às 09h
Plataforma ComprasNET: https://www.gov.br/compras/pt-br
Informações e Edital completo à disposição no Setor de Compras e Contratos da Câmara Municipal de Piracicaba, situada na Rua Alferes José Caetano n.º 834, subsolo, no horário das 08h às 11h e das 12h às 17h, telefones: (19) 3403-6561 e (19) 3403-6529 ou através do site: www.camarapiracicaba.sp.gov.br.

Piracicaba, 12 de junho de 2024
Ana Lucia Gomes Fernandes
Pregoeira

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

COMUNICADO - REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO:90022/2024 – PROCESSO:79443/2024-21

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - EQUIPO PARA BOMBA DE INFUSÃO. COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2024, QUE A LICITAÇÃO FOI REVOGADA POR HAVER DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÃO ENTRE O EDITAL E O PREGÃO NA PLATAFORMA COMPRAS.GOV, NO QUE SE REFERE A FORMA DE NEGOCIAÇÃO NO PREGÃO, SE POR LOTE OU POR ITEM.

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA

ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO 51/2024
PROCESSO: SEI: 024.00079443/2024-21 – COMPRAS GOV:90027/24

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - EQUIPO PARA BOMBA INFUSÃO. COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO: 51/2024 DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 01/07/2024 ÀS 09:00HS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR

Mauricio de Sousa Produções S.A.

CNPJ nº 47.257.902/0001-71

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Mauricio de Sousa Produções S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral ordinária extraordinária ("**AGOE**"), a ser realizada em primeira convocação em **25/06/2024, às 15h00**, na modalidade híbrida, sendo, presencialmente, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, prédio 19, Espaço 1, Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05069-010 e, por meio de sistema eletrônico, em link de acesso a ser compartilhado. Será oportunizado aos Acionistas deliberar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: ***(i)*** em sede de Assembleia Geral ordinária: (1) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, se houver, e (3) eleição da nova administração da Companhia; e ***(ii)*** em sede de Assembleia Geral extraordinária: (1) implementar a governança da empresa com potenciais movimentos societários; (2) reduzir o capital social da Companhia e alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia por conta dos prejuízos acumulados, (3) reformar integralmente e consolidar a nova versão do Estatuto Social, e (4) autorizar os membros da diretoria a praticarem todos os atos que se fizerem necessários à implementação e registro das resoluções aprovadas nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária. **Instruções Gerais:** os Acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária mediante apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do art. 126, §1º, da Lei Federal 6.404/76; e o sistema eletrônico e *link* de acesso para participação nas Assembleias Gerais ordinária e extraordinária serão informados por e-mail até 24 (vinte e quatro) horas antes do conclave aos Acionistas e Diretores, nos termos do parágrafo único do art. 121, da Lei Federal 6.404/76. A convocação foi realizada pelo Diretor Presidente Mauricio Araújo de Souza, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social.

São Paulo/SP, 14 de junho de 2024.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COMUNICADO - CENTRO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AGENCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS - APTA REGIONAL
Processo SAA nº 007.00026629/2024-78 - Pregão Eletrônico SAA nº: 90012/2024

O Diretor Técnico da Apta Regional comunica que se encontra aberta na APTA REGIONAL, **PREGÃO ELETRÔNICO FED 90012/2024**, destinado a aquisição de **ÓLEO DIESEL**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de **01/07/2024**, horário 09:00 horas, no sítio www.gov.br/compras. Informações para aquisição/consulta do edital no Centro de Atividades Administrativas, pelo telefone (19) 3743-3749 ou pelo e-mail mguerrero@sp.gov.br

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO - AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Processo SEI 007.00021837/2024-81 - CHAMAMENTO PÚBLICO SAA Nº 01/2024. Encontra-se aberto na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, **CHAMAMENTO PÚBLICO** para o **para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade Compra com Doação Simultânea – PAA / ESTADUAL, com dispensa de licitação, para doação à população em situação de vulnerabilidade social.** O período de inserção dos dados dos (as) agricultores (as) familiares no Sistema: **https://sistemas.cdrs.sp.gov.br/webprojetos/paa** será de **14 de junho de 2024 a 14 de julho de 2024**, na CATI Regional ou Casa da Agricultura mais próximos do município. O Edital poderá ser consultado pelos interessados **https://www.agricultura.sp.gov.br/editais** e **www.imprensaoficial.com.br**, opção "negócios públicos", ou na sede das Regionais da CATI ou Casa da Agricultura dos municípios paulistas. Informações e esclarecimentos adicionais sobre esta Chamada Pública serão obtidos na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA ou nas Regionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI da SAA por meio do site https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/servicos/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos-, na aba (Pedido de Esclarecimentos), ou ainda, por e-mail: paa-agri@sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 020/2024 – **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES – **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 28 de junho de 2024, às 09:00 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 106/2024

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de central de produção de ar comprimido. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 02/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 02/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 02/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 14 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR FUNDAÇÃO nº 0020/2024.

Processo n° 1811/2023- Solicitação de envio de proposta comercial aos interessados em fornecer os serviços: Contratação de Fundação especializada em consultoria para o levantamento e cadastramento da microdrenagem e macrodrenagem, para elaboração do Plano de Drenagem do Município de Itaquaquecetuba – As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 24/06/24, para o e-mail: cotacao@itaquaquecetuba.sp.gov.br **–** O termo de referência e modelo de proposta comercial, estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, (licitações vigentes). Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização.
Itaquaquecetuba, 14/06/2024.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA III S.A.

edp Renewables

CNPJ/MF nº 47.034.180/0001-96

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	71	-
		71	**-**
Não circulante			
Imobilizado	9	3.134	-
Partes relacionadas	8	11	-
Derivativos contratados	12	87	-
		3.232	**-**
Total do ativo		**3.303**	**-**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	2.073	13
Impostos a pagar	11	2	-
		2.075	**13**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	1.235	-
Derivativos contratados	12	4.040	-
		5.275	**-**
Total do passivo		**7.349**	**13**
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		506	-
Outros resultados abrangentes		(4.408)	-
Prejuízos acumulados		(144)	(13)
Total do patrimônio líquido		**(4.046)**	**(13)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.303**	**-**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Custo de operação	14		
Serviços de terceiros e materiais		(89)	-
Outros custos de operação		(17)	-
		(106)	**-**
Lucro bruto		**(106)**	**-**
Despesas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(25)	(13)
		(25)	**(13)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(131)**	**(13)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(131)**	**(13)**
Resultado líquido do exercício		**(131)**	**(13)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(131)	(13)
Outros resultados abrangentes	(4.408)	-
Resultado abrangente do exercício	**(4.539)**	**(13)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(131)	(13)
	(131)	**(13)**
Variações em:		
Fornecedores	2.060	13
Partes relacionadas	(11)	-
Impostos a pagar	2	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**1.920**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.920**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(3.134)	-
Derivativos contratados	(455)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(3.589)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1.234	-
Aumento de capital	506	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**1.740**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**71**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	71	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	71	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**(13)**	**(13)**
Aumento de capital social	506	-	-	506
Outras Reservas Hedge Accounting	-	(4.408)	-	(4.408)
Prejuízo do exercício	-	-	(131)	(131)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**506**	**(4.408)**	**(144)**	**(4.046)**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Borborema III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BORBOREMA IV S.A.

edp Renewables

CNPJ/MF nº 47.034.101/0001-47

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	87	-
		87	**-**
Não circulante			
Imobilizado	9	2.861	-
Derivativos contratados	12	118	-
		2.979	**-**
Total do ativo		**3.066**	**-**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.871	13
Impostos a pagar	11	2	-
		1.873	**13**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	1.270	-
Derivativos contratados	12	5.464	-
		6.734	**-**
Total do passivo		**8.607**	**13**
Patrimônio Líquido	13		
Capital social		506	-
Outros resultados abrangentes		(5.952)	-
Prejuízos acumulados		(95)	(13)
Total do patrimônio líquido		**(5.541)**	**(13)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.066**	**-**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Custo de operação	14		
Serviços de terceiros e materiais		(44)	-
Outros custos de operação		(13)	-
		(57)	**-**
Lucro bruto		**(57)**	**-**
Despesas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(25)	(13)
		(25)	**(13)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(82)**	**(13)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(82)**	**(13)**
Resultado líquido do exercício		**(82)**	**(13)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(82)	(13)
Outros resultados abrangentes	(5.952)	-
Resultado abrangente do exercício	**(6.034)**	**(13)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(82)	(13)
	(82)	**(13)**
Variações em:		
Fornecedores	1.860	13
Impostos a pagar	1	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**1.861**	**-**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.779**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(2.861)	-
Derivativos contratados	(607)	-
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	**(3.468)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1.270	-
-Aumento de capital	506	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**1.776**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**87**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	87	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	87	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**(13)**	**(13)**
Aumento de capital social	506	-	-	506
Outras Reservas Hedge Accounting	-	(5.952)	-	(5.952)
Prejuízo do exercício	-	-	(82)	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**506**	**(5.952)**	**(95)**	**(5.541)**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Borborema IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Borborema IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Enchentes no RS dão prejuízo de R$ 3,32 bi ao varejo e R$ 1,33 bi ao turismo em maio, diz CNC

As enchentes no Rio Grande do Sul causaram um prejuízo de R$ 3,32 bilhões ao varejo local no mês de maio, além de uma perda de R$ 1,33 bilhão no turismo da região, apontam estimativas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Segundo cálculos do economista Fabio Bentes, da CNC, o varejo gaúcho soma uma perda diária de receitas de cerca de R$ 123 milhões, acumulando um prejuízo equivalente a 18,3% de todo o volume previsto para o mês de maio.

"As consequências vão além das cifras, afetando também a infraestrutura e o abastecimento dos estabelecimentos comerciais, com queda abrupta de 28% no fluxo de veículos de carga nas estradas do Estado, segundo dados preliminares da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)", apontou a CNC, em nota.

O varejo do Rio Grande do Sul tem a quinta maior movimentação anual de recursos entre as Unidades da Federação. Em 2023, o comércio gaúcho somou R$ 203,3 bilhões em vendas, uma fatia de 7% do volume total vendido no País.

Entretanto, as perdas decorrentes da tragédia devem reduzir o volume de vendas local ao nível observado no primeiro semestre de 2021, "prejudicando ainda mais a recuperação econômica da região", previu Bentes.

Quanto ao turismo gaúcho, a CNC estima uma perda diária de R$ 49,2 milhões nas vendas do setor no estado, totalizando R$ 1,33 bilhão no mês, cerca de 56,5% de toda a receita mensal prevista. A chegada da alta temporada de inverno na região pode elevar a magnitude do prejuízo. Segundo Bentes, as receitas do setor crescem, em média, 13% na alta temporada em relação à baixa temporada.

"A tendência é que, às vésperas da alta temporada de inverno, que é importante na Região Sul, o setor registre perdas em relação ao ano passado", frisou Fabio Bentes, em nota.

Ele acrescenta que a infraestrutura de transporte no Rio Grande do Sul foi "severamente afetada", prejudicando o fluxo de viajantes. O funcionamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, responsável por 91% do fluxo de passageiros nos aeroportos do Estado, foi interrompido. "O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou o uso da Base Aérea de Canoas como alternativa, com 35 voos semanais, equivalentes a pouco mais de 10% da capacidade operacional do aeroporto principal. Por terra, o fretamento turístico também sofreu redução significativa em maio, com queda de 39% na quantidade de passageiros transportados com destino ao Rio Grande do Sul, conforme dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)", lembrou a CNC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA
Estado de São Paulo

INEXIGIBILIDADE Nº 027/2024 – PROC. 122/2024
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Encontra-se aberto o Edital da Inexigibilidade n° 027/2024, cujo objeto é: Credenciamento de empresas ou instituições financeiras para fornecimento aos servidores da Prefeitura Municipal de Dracena de cartão de compras na modalidade crédito, por adesão e mediante requerimento do servidor a empresa fornecedora, com descontos em folha de pagamento, bem como das obrigações contraídas por utilização dos serviços prestados e benefícios do aludido cartão na rede credenciada. Credenciamento até o dia: 31/12/2024. Edital na íntegra: http://www.dracena.sp.gov.br e PNCP. Dracena, 14 de junho de 2.024. DIVANIR LEDO DOS SANTOS - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Pregão Eletrônico nº 105/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE SONÔMETROS, CALIBRADORES, IMPRESSORAS TÉRMICAS E PAPEL. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 01/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 01/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 01/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 14 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PENITENCIÁRIA "BRUNO LUIZ AIROLDI LEITE" – CAIUÁ-SP

AVISO DE ABERTURA – Encontra-se aberto na Penitenciária "Bruno Luiz Airoldi Leite" de Caiuá-SP, **PREGÃO ELERÔNICO número 90008/2024**, destinado a Aquisição de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, do tipo MENOR PREÇO, Processo 006.00200805/2024-78. A realização da sessão pública será na data 24/06/2024, às 09h00, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Unidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ABERTURA DE LICITAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertas as licitações abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.5010, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 113/24**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de materiais de limpeza, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia **01.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 193/24**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de medicamentos (diversos XVIII), por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia **01.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 170/24**, que cuida da aquisição de 1 (um) Veículo de passeio Hatch, "0 Km" (zero-quilômetro), emplacado, conforme Decreto n° 15.817, de 28 de Março de 2024, com encerramento dia **01.07.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 194/24**, que cuida da aquisição de arquivo 4 gavetas e escadas (comum e hospitalar), com encerramento dia **01.07.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 159/24**, que cuida da aquisição de equipamentos e mobiliários, com encerramento dia **02.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 176/24**, que cuida da aquisição de equipamentos médicos, com encerramento dia **02.07.24 às 08h30**. **Pregão eletrônico Nº 180/24**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de retífica completa de motores leves pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Taubaté, incluindo todos os componentes e materiais necessários para a execução dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, com encerramento dia **02.07.24 às 13h30**. **Pregão eletrônico Nº 184/24**, que cuida da aquisição de equipamentos audiovisuais para o Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato, com encerramento dia **02.07.24 às 13h30**. **Concorrência eletrônica Nº 01-I/24**, que cuida da contratação de empresa especializada para execução de serviço de construção de calçada com piso intertravado nas EMEF Monsenhor Evaristo Campista César e EMEF Doutor Quirino, com encerramento dia **02.07.24 às 09h00**. PMT, aos 14.06.2024. JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

SOEG OSASCO VEÍCULOS S.A.
CNPJ 15.705.660/0001-45 – NIRE 35.300.477.359
Edital de Convocação

Ficam convidados os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 26 de junho de 2024 de 2024, às 12,30 horas, na Estrada da Aldeinha, nº 525, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06465-100, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicados no Jornal Diário de Notícias dia 30 de abril de 2024; b) Consolidação do Estatuto Social; e c) Outros assuntos de interesse social. Barueri (SP), 13 de junho de 2024. A Diretoria. (14, 15, 18)

SOEG ALPHAVILLE VEÍCULOS S.A.
CNPJ 02.717.846/0001-72 – NIRE 35.300.478.045
Edital de Convocação

Ficam convidados os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 26 de junho de 2024, às 12,00 horas, na Estrada da Aldeinha, nº 525, Alphaville, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06465-100, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicados no Jornal Diário de Notícias dia 30 de abril de 2024; b) Consolidação do Estatuto Social; e c) Outros assuntos de interesse social. Barueri (SP), 13 de junho de 2024. A Diretoria. (14, 15 e 18)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 132/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EVENTOS, DE SERVIÇO COMUM, PARA A REALIZAÇÃO DO 10º ENCONTRO DE BAIXISTAS E GUITARRISTAS E DO 17º ENCONTRO DE BATERISTAS EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 14/06/2024 às 8:00h até 19/06/2024 às 8:00h. **PERÍODO DE LANCES:** 6 (seis) horas - De 19/06/2024 às 8:30h às 14:30h. **PROCESSAMENTO:** Plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – https://bllcompras.com.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 005/24. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSERVAÇÃO DA PRAÇA JOAQUIM JOSÉ, com fornecimento de material e disponibilização de mão de obra. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. **Sessão pública:** realização no site www.bllcompras.org.br. **DATA:** 02/07/2024 às 09h00min.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/24. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO EM VIAS PÚBLICAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, com fornecimento de material e disponibilização de mão de obra. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. **Sessão pública:** realização no site www.bllcompras.org.br. **DATA:** 02/07/2024 às 09h00min.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 007/24. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM PONTOS ESCUROS, CONFORME PLANILHA, MEMORIAL E PROJETO ANEXOS, com fornecimento de material e disponibilização de mão de obra. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. **Sessão pública:** realização no site www.bllcompras.org.br. **DATA:** 02/07/2024 às 09h00min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/24. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ABERTURA DE LEITOS DA UTI NEONATAL, com entrega imediata. Edital disponível em http://www.saojoao.sp.gov.br. **Sessão pública:** realização no site www.bllcompras.org.br. **DATA:** 27/06/2024 às 09h00min.

Ariela Sagiorato da Costa Domingos
Chefe do Setor de Licitações em substituição
José Otávio Martins Junior
Diretor do Depto. de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE I S.A.

CNPJ/ME nº 41.815.064/0001-28

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	432	1.188
Adiantamento a fornecedores	38	-
Derivativos contratados	9	-
	479	**1.188**
Não circulante		
Partes relacionadas	4	-
Imobilizado	145.166	1.100
	145.170	**1.100**
Total do ativo	**145.649**	**2.288**

	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo		
Circulante		
Impostos a pagar	234	1
Fornecedores	61.100	886
Empréstimos e financiamentos	4.477	-
	65.811	**887**
Não circulante		
Partes relacionadas	21.040	450
Derivativos contratados	10.537	1.427
	31.577	**1.877**
Total do passivo	**97.388**	**2.764**
Patrimônio Líquido		
Capital social	58.951	1.001
Outros resultados abrangentes	(10.537)	(1.427)
Prejuízos acumulados	(153)	(49)
Total do patrimônio líquido	**48.261**	**(475)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**145.649**	**2.288**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e Receitas		
Despesas gerais e administrativas	(1)	(25)
Outras despesas e receitas	(94)	-
	(95)	**(25)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	**(95)**	**(25)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	59	-
Despesas financeiras	(59)	(24)
	-	(24)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(95)**	**(49)**
Tributos sobre o lucro		
Correntes	(9)	-
	(9)	-
Resultado líquido do exercício	**(104)**	**(49)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**-**	**-**	**1**
Aumento de capital social	1.000	-	-	1.000
Outros resultados abrangentes	-	(1.427)	-	(1.427)
Resultado do exercício	-	-	(49)	(49)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.001**	**(1.427)**	**(49)**	**(475)**
Aumento de capital social (nota 15)	57.950	-	-	57.950
Outros resultados abrangentes	-	(9.110)	-	(9.110)
Resultado do exercício	-	-	(104)	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**58.951**	**(10.537)**	**(153)**	**48.261**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora
Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(95)	(49)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	1	-
	(94)	**(49)**
Variações em:		
Adiantamento a fornecedores	(38)	-
Outros créditos	-	450
Fornecedores	60.215	886
Outros impostos a pagar	223	1
Partes relacionadas	(3)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**60.397**	**1.337**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**60.303**	**1.288**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	(9)	-
Adições ao imobilizado e intangível	(144.066)	(1.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(144.075)**	**(1.100)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	20.590	-
Aumento de capital	57.950	1.000
Captação de empréstimos e financiamentos	4.476	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**83.016**	**1.000**
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(756)**	**1.187**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	432	1.188
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.188	1
	(756)	**1.187**

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(104)	(49)
Resultados abrangentes Derivativo hedge accounting (nota 14)	(9.110)	(1.427)
Resultado abrangente do exercício	**(9.214)**	**(1.476)**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE II S.A.

CNPJ/ME nº 41.825.312/0001-11

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	308	1.234
	308	**1.234**
Não circulante		
Partes relacionadas	1	-
Imobilizado	138.575	946
	138.576	**946**
Total do ativo	**138.884**	**2.180**

	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo		
Circulante		
Impostos a pagar	172	1
Fornecedores	66.174	877
	66.346	**878**
Não circulante		
Partes relacionadas	19.010	350
Derivativos contratados	11.745	1.427
	30.755	**1.777**
Total do passivo	**97.101**	**2.655**
Patrimônio Líquido	13	
Capital social	53.671	1.001
Resultados abrangentes	(11.745)	(1.427)
Prejuízos acumulados	(143)	(49)
Total do patrimônio líquido	**41.783**	**(475)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**138.884**	**2.180**

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e Receitas		
Despesas gerais e administrativas	(64)	(25)
Outras despesas e receitas operacionais	(19)	-
	(83)	**(25)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	**(83)**	**(25)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	50	-
Despesas financeiras	(49)	(24)
	1	**(24)**
	(82)	**(49)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
Tributos sobre o lucro		
Correntes	(12)	-
	(12)	**-**
Resultado líquido do exercício	**(94)**	**(49)**

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(94)	(49)
Resultados abrangentes Derivativo hedge accounting (nota 12)	(10.318)	(1.427)
Resultado abrangente do exercício	**(10.412)**	**(1.476)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(82)	(49)
	(82)	**(49)**
Variações em:		
Outros créditos	350	
Fornecedores	65.296	877
Outros impostos a pagar	160	1
Partes relacionadas	(1)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**65.455**	**1.228**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**65.373**	**1.179**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(137.629)	(946)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(137.629)**	**(946)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	18.660	-
Aumento de capital	52.670	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**71.330**	**1.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(926)**	**1.233**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	308	1.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.234	1
	(926)	1.233

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021(Não auditado)	**1**	**-**	**1**
Aumento de capital social	1.001	-	1.001
Outros resultados abrangentes	-	(1.427)	(1.427)
Resultado do exercício	-	(49)	(49)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.001**	**(1.476)**	**475**
Aumento de capital social (nota 13)	52.670	-	52.670
Outros resultados abrangentes	-	(10.318)	(10.318)
Resultado do exercício	-	(94)	(94)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**53.670**	**(11.888)**	**41.783**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello - Diretora | **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior -** Diretor | **Alfredo Antônio Tessari Neto -** Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Venda de etanol hidratado no mercado interno alcança maior volume em 42 meses

O volume de etanol hidratado vendido pelas unidades do Centro-Sul no mercado interno totalizou 1,87 bilhão de litros em maio deste ano, o que representa um aumento de 46,47% em relação ao mesmo mês do ano passado. Já a venda mensal de etanol anidro, por sua vez, atingiu a marca de 997,35 milhões de litros em maio, retração de 4,16% ante igual mês de 2023.

Os dados são da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), que divulgou na última sexta-feira, 14, atualização até a segunda quinzena de maio da safra 2024/25 (abril a março).

Segundo a Unica, a venda de etanol hidratado em maio é a maior dos últimos 42 meses.

"O volume comercializado no último mês representa o maior valor registrado pelas unidades do Centro-Sul desde outubro de 2020, quando foram vendidos 1,88 bilhão de litros", disse o diretor de Inteligência Setorial da Unica, Luciano Rodrigues.

No acumulado desde o início da safra em abril até 1º de junho, a comercialização de etanol pelas unidades do Centro-Sul alcançou 5,81 bilhões de litros, registrando crescimento de 28,57%. O volume acumulado de etanol hidratado foi de 3,86 bilhões de litros (+51,64%), enquanto o de anidro alcançou 1,96 bilhão de litros (-1,10%).

No mês de maio, as vendas de etanol (mercado interno e externo) totalizaram 2,97 bilhões de litros, o que representa uma variação positiva de 22,51% em relação ao mesmo mês da safra 2023/2024.

Trajetórias distintas foram registradas entre o hidratado e anidro: o primeiro, registrou crescimento de 46,80% (1,93 bilhão de litros) e, o segundo, queda de 6,36% no volume comercializado (1,03 bilhão de litros).

Fitch reafirma o rating do Estado de São Paulo em 'BB', com perspectiva estável

A Fitch reafirmou o rating do Estado de São Paulo em "BB", com perspectiva estável. A agência diz que a nota é apoiada pela do Brasil, pois o governo federal é seu credor mais significativo.

Segundo a Fitch, a dívida intergovernamental de São Paulo é mais favorável, pois pode ser usada como instrumento de apoio pelo soberano em períodos de estresse.

O Estado tem uma autonomia fiscal elevada, diz a Fitch, mas possui como fraquezas um pequeno número de contribuintes e a capacidade limitada de ajustar tarifas.

A agência diz que os Estados e as cidades do Brasil têm baixa capacidade de elevar receita, em resposta a pioras econômicas.

O País tem ainda um histórico de intervenção federal em questões de taxação subnacional, destaca ela.

Vendas da Adobe e lucro aumentam no 2º tri fiscal à medida que IA adiciona novos clientes

A Adobe registrou vendas mais altas no segundo trimestre fiscal, à medida que o interesse em inteligência artificial atraiu novos clientes para a empresa.

A fornecedora de software relatou na última quinta-feira, 13, um lucro de US$ 1,57 bilhão, ou US$ 3,49 por ação, no trimestre encerrado em 31 de maio, em comparação com um lucro de US$ 1,25 bilhão, ou US$ 2,82 por ação, um ano antes. Analistas consultados pela FactSet esperavam um lucro por ação de US$ 3,40. Excluindo certos itens únicos, a empresa registrou um lucro ajustado de US$ 4,48, acima dos US$ 4,39 esperados pelos analistas consultados pela FactSet.

A receita aumentou 10%, para US$ 5,31 bilhões, superando os US$ 5,29 bilhões esperados pelos analistas consultados pela FactSet.

As obrigações de desempenho restantes da empresa no final do trimestre eram de US$ 17,86 bilhões.

O presidente-executivo, Shantanu Narayen, disse que a abordagem da empresa à inteligência artificial e à entrega de produtos está atraindo novos clientes e agregando mais valor aos clientes existentes.

A Adobe agora espera receitas de US$ 21,4 bilhões a US$ 21,5 bilhões para o ano, em comparação com sua previsão anterior de US$ 21,3 bilhões a US$ 21,5 bilhões.

A empresa espera lucro ajustado por ação de US$ 18 a US$ 18,20 por ação, acima da previsão anterior de US$ 17,60 a US$ 18 por ação. Analistas consultados pela FactSet esperam US$ 18 por ação no lucro ajustado.Fonte: Dow Jones Newswires.

Greve nas federais: veja a nova proposta do governo para encerrar movimento

O governo federal realizou mais uma rodada de negociações com professores e técnicos das universidades e institutos federais em greve.

Como o Estadão adiantou, o governo propôs a revogação imediata da portaria 983, editada durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, caso a categoria assine o acordo pelo fim da greve.

A portaria 983 é criticada por docentes por ampliar a carga horária de professores dos institutos federais. A proposta é que, após a revogação, seja constituído um grupo de trabalho para elaborar uma nova regulamentação para o tema. Foi discutida ainda a possibilidade de revisão na Instrução Normativa 66, que trata sobre a progressão na carreira. Segundo os grevistas, a norma dificulta progressões múltiplas, na prática, aumentando o prazo para chegar ao topo da carreira.

Agora, os sindicatos que representam a categoria levarão a proposta aos trabalhadores, que decidirão em assembleia se aceitam ou rejeitam as condições.

Os professores de 56 das 69 universidades federais seguem em greve, que teve início há dois meses. Docentes de cinco institutos federais (IFs) e três Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) também se somam à paralisação.

Já foram feitas sete rodadas de negociação especificamente com o setor de educação (que engloba, além dos docentes, os servidores técnico-administrativos), mas não houve consenso entre os docentes e o governo federal.

A greve das federais completa dois meses neste sábado, 15, e tem gerado desgaste para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No início da semana, Lula criticou a demora da greve e disse que os recursos oferecidos pelo Ministério da Gestão e Inovação não eram recusáveis. Em termos financeiros, a proposta não prevê reajuste em 2024, propõe 9% de aumento em janeiro de 2025 e 5,16% em maio de 2026.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE III S.A.

CNPJ/ME nº 41.825.337/0001-15

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	482	1.234
		482	**1.234**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	1	-
Imobilizado	10	141.836	946
		141.837	**946**
Total do ativo		**142.319**	**2.180**

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	9	442	1
Fornecedores	11	5.870	878
Empréstimos e financiamentos	12	55.832	-
Derivativos contratados	13	714	-
		62.858	**879**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	21.860	350
Derivativos contratados	13	-	1.427
		21.860	**1.777**
Total do passivo		**84.718**	**2.656**
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		57.851	1.001
Resultados abrangentes		-	(1.427)
Prejuízos acumulados		(250)	(49)
Total do patrimônio líquido		**57.601**	**(475)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**142.319**	**2.180**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	6	(25)
Outras despesas e receitas		(75)	
		(69)	**(25)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(69)**	**(25)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	946	-
Despesas financeiras		(763)	(24)
		183	**(24)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**114**	**(49)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes		**(315)**	**-**
Resultado líquido do exercício		**(201)**	**(49)**

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(201)	(49)
Resultados abrangentes Derivativo hedge accounting (nota 13)	-	(1.427)
Resultado abrangente do exercício	**(201)**	**(1.476)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021(Não auditado)	**1**	**-**	**1**
Aumento de capital social	1.000	-	1.000
Outros resultados abrangentes	-	(1.427)	(1.427)
Resultado do exercício	-	(49)	(49)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.001**	**(1.476)**	**475**
Aumento de capital social (nota 14)	56.850	-	56.850
Outros resultados abrangentes	-	1.427	1.427
Resultado do exercício	-	(201)	(201)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**57.851**	**(250)**	**57.601**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	114	(49)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	98	-
	212	**(49)**
Variações em:		
Outros créditos	-	350
Fornecedores	4.992	878
Outros impostos a pagar	127	1
Partes relacionadas	(1)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**5.118**	**1.229**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**5.330**	**1.179**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos congtratados	714	-
Adições ao imobilizado	(140.890)	(946)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(140.176)**	**(946)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	21.510	-
Aumento de capital	56.850	1.000
Captação de empréstimos e financiamentos	55.734	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**134.094**	**1.000**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(752)**	**1.233**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	482	1.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.234	1
	(752)	1.233

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello
Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE IV S.A.

CNPJ/ME nº 41.824.567/0001-60

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2021
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	352	1.234
		352	**1.234**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	1	-
Imobilizado	9	145.408	907
		145.409	**907**
Total do ativo		**145.761**	**2.142**

	Notas	31/12/2023	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	10	337	1
Fornecedores	11	7.365	815
Empréstimos e financiamentos	12	55.678	-
Derivativos contratados	13	608	-
		63.988	**816**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	38.750	350
Derivativos contratados	13	-	1.427
		38.750	**1.777**
Total do passivo		**102.738**	**2.593**
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		43.441	1.001
Resultados abrangentes		-	(1.427)
Prejuízos acumulados		(418)	(25)
Total do patrimônio líquido		**43.023**	**(451)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**145.761**	**2.142**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e Receitas	15		
Despesas gerais e administrativas		(75)	(25)
Outras despesas		(18)	-
		(93)	**(25)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(93)**	**(25)**
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		459	-
Despesas financeiras		(609)	-
		(150)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(243)**	**(25)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes		(150)	-
		(150)	**-**
Resultado líquido do exercício		**(393)**	**(25)**

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(393)	(25)
Resultados abrangentes (derivativo hedge accounting) (nota 13)	1.427	(1.427)
Resultado abrangente do exercício	**1.034**	**(1.452)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021(Não auditado)	**1**	**-**	**1**
Aumento de capital social	1.000	-	1.000
Outros resultados abrangentes	-	(1.427)	(1.427)
Resultado do exercício	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.001**	**(1.452)**	**(451)**
Aumento de capital social	42.440	-	42.440
Outros resultados abrangentes (nota 14)	-	1.427	1.427
Resultado do exercício	-	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**43.441**	**418**	**43.023**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(243)	(25)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	65	-
	(178)	**(25)**
Variações em:		
Outros créditos	-	350
Fornecedores	6.550	814
Outros impostos a pagar	187	1
Partes relacionadas	(1)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**6.736**	**1.166**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.558**	**1.140**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	608	-
Adições ao imobilizado	(144.501)	(907)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(143.893)**	**(907)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	38.400	-
Aumento de capital	42.440	1.000
Captação de empréstimos e financiamentos	55.613	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**136.453**	**1.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(882)**	**1.233**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	352	1.234
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.234	1
	(882)	**1.233**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello
Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

FDC: Rodovias geridas pela União têm queda de acidentes, mas seguem mais fatais que concedidas

Os acidentes em rodovias federais administradas pela gestão pública reduziram nos últimos seis anos, enquanto houve aumento de casos entre aquelas concedidas à administração privada. O destaque faz parte de estudo divulgado ontem, 14, pela Fundação Dom Cabral (FDC).

Apesar da redução de ocorrências, a malha gerida pelo Estado é, segundo o estudo, cerca de 3,2 vezes "mais perigosas" do que as administradas por meio de concessão à iniciativa privada. A conclusão tem como referência as taxas médias de acidentes e de severidade. As ocorrências analisadas pela FDC são do arquivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de 2018 a 2023.

No período, foram registrados 377.770 acidentes, sendo 167.633 em rodovias concedidas e 210.137 nas sob gestão pública. Na comparação entre 2018 e 2023, os acidentes entre as vias concedidas aumentaram 5,8%, saindo de 28,8 mil para 30,5 mil. Quando observada a malha sob gestão pública, os acidentes caíram de 36.880 para 34.650, representando uma queda de 6%.

O coordenador do Núcleo de Infraestrutura, Supply Chain e Logística da FDC, Paulo Resende, aponta que os dados englobam a "significativa transferência, nos últimos anos, de rodovias da gestão pública para a iniciativa privada", o que ajudaria a explicar as curvas em direções opostas. Resende aponta que, no caso das novas concessões, os investimentos projetados nos contratos ainda não surtiram o efeito esperado.

O estudo adota metodologia própria para análises que podem ajudar a identificar fatores em comum, incluindo ponderações sobre a intensidade do tráfego no local do acidente e a severidade da ocorrência. Levando em consideração fatores como perda material, feridos e mortos, os acidentes na malha sob gestão pública seguem sendo os mais perigosos.

Em 2023, dos 34,6 mil acidentes registrados nas rodovias administradas pelo Estado, a taxa de severidade calculada pelo FDC ficou em 8,57 pontos. Já entre os 30,5 mil registrados na malha concedida, a taxa de severidade ficou em 2,82 pontos. Na média de 2018 a 2023, a taxa de severidade foi de 9,66 contra 2,54 (concessões).

"Apesar do aumento de investimentos em manutenção e recuperação de rodovias federais públicas nos últimos anos, ainda é altíssima a diferença em acidentes de alta severidade entre trechos concedidos e os sob gestão pública, o que não pode ser desprezado de maneira nenhuma", afirma Paulo Resende.

Estados - Na avaliação por Estados, o estudo aponta que as rodovias federais localizadas em 12 UFs (cerca de 46% do total de 27) responderam por 82% das ocorrências. Por ordem decrescente de número de acidentes: Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, as rodovias federais sob gestão pública são as que mais contribuem na formação da taxa de severidade dos acidentes.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0007782-40.2023.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Deborah Lopes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANDERSON MACHADO, RG 22.713.119-8, CPF 275.670.938-71, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco BMD S.A. - Em Liquidação Extrajudicial. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 153.940,26 (atualizado em novembro/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90050/2024

O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90050/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00055585/2024-01, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Materiais de Órteses e Próteses (âncora e fixadores) em Consignação. Data da sessão: 01/07/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
MÁRCIO ROBERTO DOS SANTOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 174/2024 PROCESSO nº 17.730/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90174/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 17 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 02 DE JULHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br
Botucatu, 14 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 40/2024 - Processo Administrativo nº 3480/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO COPO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 200 ML, GARRAFA DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS DE 510 ML E GARRAFA DE ÁGUA MINERAL COM GÁS DE 510 ML, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 17 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 28 de junho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 39/2024 - Processo Administrativo nº 3181/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DO CANIL E DOS CÃES DA GCM DE VINHEDO, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 17 de junho de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 28 de junho de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE V S.A.

CNPJ/ME n° 41.824.539/0001-42

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	588	988
Impostos a compensar	8	1	-
		589	**988**
Não circulante			
Imobilizado	10	207.697	1.256
		207.697	**1.256**
Total do ativo		**208.286**	**2.244**

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	8	922	2
Fornecedores	11	21.450	815
Empréstimos e financiamentos	12	64.005	-
Derivativos contratados	13	473	-
		86.850	**817**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	44.010	450
Derivativos contratados	13	-	1.605
		44.010	**2.055**
Total do passivo		**130.860**	**2.872**
Patrimônio Líquido	14		
Capital social		78.151	1.001
Resultados abrangentes		-	(1.605)
Prejuízos acumulados		(725)	(24)
Total do patrimônio líquido		**77.426**	**(628)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**208.286**	**2.244**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(701)	(24)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	34	-
	(667)	**(24)**
Variações em:		
Impostos a compensar	(1)	-
Outros créditos	-	450
Fornecedores	20.635	815
Outros impostos a pagar	920	1
Caixa proveniente das atividades operacionais	**21.554**	**1.266**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**20.887**	**1.242**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	473	-
Adições ao imobilizado	(206.441)	(1.256)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(205.968)**	**(1.256)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	43.560	-
Aumento de capital	77.150	1.000
Captação de empréstimos e financiamentos	63.971	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**184.681**	**1.000**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(400)**	**987**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	588	988
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	988	1
	(400)	**987**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas	15	(74)	(24)
Outras despesas		(13)	-
		(87)	**(24)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(87)**	**(24)**
Resultado financeiro	16		
Despesas financeiras		(614)	-
		(614)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(701)**	**(24)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes		-	-
Resultado líquido do exercício		**(701)**	**(24)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1**	**-**	**1**
Aumento de capital social		1.000	-	1.000
Outros resultados abrangentes	13	-	(1.605)	(1.605)
Resultado do exercício		-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.001**	**(1.629)**	**(628)**
Aumento de capital social	14	77.150	-	77.150
Outros resultados abrangentes	13	-	1.605	1.605
Resultado do exercício		-	(701)	(701)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**78.151**	**(725)**	**77.426**

Demonstrações do resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício		(701)	(24)
Resultados abrangentes Derivativo hedge accounting	13	1.065	(1.605)
Resultado abrangente do exercício		**364**	**(1.629)**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello
Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente V S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Fiocruz alerta para risco de doenças infecciosas e acidentes com animais peçonhentos no RS

De acordo com pesquisadores do Observatório de Clima e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde da Fiocruz (Icict/Fiocruz), no momento atual, após as enchentes no Rio Grande do Sul, é esperado que a região enfrente um aumento nos casos de diversas doenças e outros quadros. Entre as principais preocupações estão as doenças respiratórias e gastrointestinais, lesões físicas e os acidentes com animais peçonhentos, que podem aparecer dentro das casas com a baixa das águas.

Em nota técnica, divulgada nesta sexta-feira, 14, os cientistas emitiram um alerta sobre o assunto, enfatizando que a tendência de aumento é maior se as condições de saneamento e acesso a cuidados médicos continuarem comprometidas.

O documento chama atenção, ainda, para doenças transmitidas por vetores, principalmente a dengue, e a leptospirose entre a população. Segundo o alerta, historicamente, picos dessas infecções podem ocorrer nos meses seguintes às enchentes, na fase de recuperação dos desastres.

"Com a subida do nível das águas podem ocorrer mais acidentes com aranhas e serpentes, assim como aumenta o risco da transmissão de doenças transmitidas por água contaminada e vetores", explicou Diego Xavier, pesquisador do Observatório de Clima e Saúde, em comunicado da Fiocruz. Ao todo, a nota técnica chama a atenção para os seguintes aspectos:

Doenças agudas - O aumento da incidência de covid-19, gripes, resfriados e tuberculose, além de doenças gastrointestinais, como hepatite A e diarreia infecciosa, dengue e leptospirose, estão entre as principais preocupações da Fiocruz para o atual cenário no Estado.

Áreas de risco para animais peçonhentos - O documento faz um alerta para as regiões dos vales, planalto, depressão central e o litoral norte do Estado, que possuem historicamente maior incidência de acidentes com animais peçonhentos.

Período mais perigoso - De acordo com Xavier, as doenças e agravos citados estão mais concentrados no verão, mas podem se estender nos próximos meses devido às alterações do ambiente original causadas pelas chuvas intensas e enchentes. "A sobreposição desses riscos, nas mesmas áreas e no mesmo período, exige do sistema de saúde uma maior capacidade de realizar diagnósticos diferenciais e de identificar os casos mais graves, que precisarão de internação hospitalar ou tratamento especializado", informa o pesquisador no texto da organização.

Contaminação ambiental - A nota técnica ressalta, ainda, que existem 1.518 estabelecimentos potencialmente poluidores dentro da área que esteve inundada. São indústrias, terminais de transporte, obras civis, comércios e depósitos que, invadidos pelas enchentes, podem expor a população a substâncias tóxicas nos meses posteriores ao desastre.

Segundo os pesquisadores, a capital Porto Alegre é especialmente perigosa nesse sentido, pois conta com alta densidade de estabelecimentos potencialmente poluidores.

CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE VI S.A.

CNPJ/MF n° 41.824.548/0001-33

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	325	1.225
Adiantamento a fornecedores	8	31	-
Derivativos contratados	14	27	-
		383	**1.225**
Não circulante			
Imobilizado	10	153.383	917
		153.383	**917**
Total do ativo		**153.766**	**2.142**

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	11	229	1
Fornecedores	12	16.679	814
Empréstimos e financiamentos	13	54.365	-
Derivativos contratados	14	575	-
		71.848	**815**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	59.600	350
Derivativos contratados	14	1.905	1.605
		61.505	**1.955**
Total do passivo		**133.353**	**2.770**
Patrimônio Líquido	15		
Capital social		22.801	1.001
Resultados abrangentes		(1.848)	(1.605)
Prejuízos acumulados		(540)	(24)
Total do patrimônio líquido		**20.413**	**(628)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**153.766**	**2.142**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(430)	(24)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	68	-
	(362)	**(24)**
Variações em:		
Adiantamento a fornecedores	(30)	-
Outros créditos	-	350
Fornecedores	15.864	815
Outros impostos a pagar	143	1
Caixa proveniente das atividades operacionais	**15.977**	**1.166**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.615**	**1.141**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Derivativos contratados	605	-
Adições ao imobilizado	(152.466)	(917)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(151.861)**	**(917)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	59.250	-
Aumento de capital	21.800	1.000
Captação de empréstimos e financiamentos	54.297	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**135.347**	**1.000**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(899)**	**1.224**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	325	1.225
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.225	1
	(899)	**1.224**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas	16	(74)	(24)
Outras despesas		(19)	-
		(93)	**(24)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(93)**	**(24)**
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		295	-
Despesas financeiras		(633)	-
		(338)	**-**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(431)**	**(24)**
Tributos sobre o lucro			
Correntes		**(85)**	**-**
Resultado líquido do exercício		**(516)**	**(24)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	**1**	**-**	**1**
Aumento de capital social	1.000	-	1.000
Outros resultados abrangentes	-	(1.605)	(1.605)
Resultado do exercício	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.001**	**(1.629)**	**(628)**
Aumento de capital social (nota 15)	21.800	-	21.800
Outros resultados abrangentes (nota 14)	-	(243)	(243)
Resultado do exercício	-	(516)	(516)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**22.801**	**(2.388)**	**20.413**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(516)	(24)
Resultados abrangentes Derivativo hedge accounting (nota 14)	(243)	(1.605)
Resultado abrangente do exercício	**(759)**	**(1.629)**

Diretoria

Paula Ferrareto Dalbello
Diretora

Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior
Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador - CRC nº 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Novo Oriente VI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Novo Oriente VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0061577-67.2023.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESCAPAMENTOS SANTA RITA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 43.349.661/0001-30 e a Homero Cesar Ambrozio, inscrito no CPF sob o número 022.073.048-25 que foi distribuído um Incidente de Cumprimento de sentença por BANCO BMD S/A em liquidação extrajudicial. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 168.324,69 (em novembro de 2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006299-92.2022.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Massanori Fujita, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Eduardo Bruno Sato, CPF 127.245.768-02, demais qualificações ignoradas, Herdeiro de Shiossako Sato, que foi proposta uma ação Inventário para partilha dos bens deixados pelo espólio de YOSHINOBU SATO. Encontrando-se o herdeiro Eduardo Bruno Sato, em lugar incerto e não sabido, foi deferida sua CITAÇÃO por EDITAL, para termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, venha habilitar-se nos autos, podendo arguir erros, omissões e sonegação de bens; reclamar contra nomeação do inventariante e contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado prosseguimento ao feito (art. 257, inciso IV do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Pregão Eletrônico nº 107/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 02/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 02/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 02/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/f?p=839:23 ou https://bnccompras.com/Home/Login.
Paulínia, 14 de junho de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

Ibovespa se estabiliza aos 119,6 mil pontos, cedendo 0,91% na semana

O Ibovespa oscilou à tarde, mas ensaiou estabilização nesta sexta-feira ao encerrar em alta de 0,08%, aos 119.662,38 pontos. Ainda assim, acumulou perda pela quarta semana seguida, o que eleva a de junho a 1,99% - no ano, cede 10,82%. Hoje, a referência da B3 oscilou dos 118.828,08 aos 120.213,65 pontos, saindo de abertura aos 119.557,75 pontos. Na semana, o índice caiu 0,91%, após retração de 1,09%, 1,78% e de 3,00% nas anteriores, em intervalo negativo iniciado em 20 de maio. O giro desta sexta-feira ficou em R$ 17,9 bilhões. A piora do Ibovespa à tarde acompanhou a mudança de sinal do dólar, que passou a subir frente ao real e encerrou em alta de 0,25%, a R$ 5,3821, bem como o aguçamento de perdas nas ações da Petrobras, após a confirmação de troca de três integrantes da diretoria.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO I S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.550/0001-88

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	636	5.646
Concessionárias	8	2.055	1.857
Impostos a compensar	9	8	7
Adiantamento a fornecedores	10	78	56
Despesas antecipadas	11	73	65
		2.850	**7.631**
Não circulante			
Partes relacionadas	12	-	3.658
Imobilizado	13	155.814	160.052
		155.814	**163.710**
	4		
Total do ativo		**158.664**	**171.341**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	21.853	26.667
Impostos a pagar	9	387	283
Partes relacionadas	12	1.876	23
Outras contas a pagar	15	352	12
		24.468	**26.985**
Não circulante			
Partes relacionadas	12		90.709
Provisões	16	381	239
Outras contas a pagar	15	5.614	6.046
		5.995	**96.994**
Total do passivo		**30.463**	**123.979**
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		114.206	39.317
Reservas de lucros		13.995	8.045
Total do patrimônio líquido		**128.201**	**47.362**
Total do passivo e patrimônio líquido		**158.664**	**171.341**

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**18**	18.627	17.347
Custo do serviço de energia elétrica	**19**		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.329)	(2.805)
		(2.329)	**(2.805)**
Custo de operação	**19**		
Depreciações		(4.395)	(4.412)
Materiais e serviços de terceiros		(3.645)	(3.392)
Outros custos de operação		(997)	(5.400)
		(9.037)	**(13.204)**
Total custo com energia elétrica		**(11.366)**	**(16.009)**
Lucro bruto		**7.261**	**1.338**
Despesas e Receitas	**19**		
Despesas gerais e administrativas		(68)	(121)
Outras despesas e receitas operacionais		1.998	-
		1.864	**(121)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**9.125**	**1.218**
Resultado financeiro	**20**		
Receitas financeiras		170	251
Despesas financeiras		(848)	(768)
		(678)	**(517)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**8.447**	**700**
Tributos sobre o lucro	**21**		
Correntes		(644)	(587)
Diferidos		-	(16)
		(644)	**(603)**
Resultado líquido do exercício		**7.803**	**97**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**7.803**	**97**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**7.803**	**97**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.447	700
Depreciações e amortizações	4.395	4.412
Juros provisão desmantelamento	30	197
Atualização monetária	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	628
	13.474	**5.937**
Variações em:		
Concessionárias	(198)	2.665
Impostos a compensar	(1)	10
Despesas antecipadas	(8)	1.415
Adiantamento a fornecedores	(22)	3.581
Fornecedores	(4.814)	2.171
Impostos a pagar	38	(297)
Partes relacionadas	3.658	(2.519)
Outras contas a pagar	(602)	(485)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**11.525**	**12.476**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(577)	(902)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	**10.948**	**11.574**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(138)	(1.531)
Baixa imobilizado	-	496
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(138)**	**(1.035)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	74.889	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(90.709)	(10.401)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(15.820)**	**(10.401)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.010)**	**138**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	636	5.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.646	5.508

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**39.317**	**523**	**-**	**7.449**	**-**	**47.289**
Resultado do exercício	-	-	-	-	97	97
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	69	(69)	-
Constituição da reserva legal	-	4	-	-	(4)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**39.317**	**527**	**-**	**7.518**	**-**	**47.362**
Aumento de capital	74.889	-	-	-	-	74.889
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.803	7.803
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.560	(5.560)	-
Constituição da reserva legal	-	390	-	-	(390)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1.853)	(1.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**114.206**	**917**	**-**	**13.078**	**-**	**128.201**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO II S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.895/0001-31

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	612	6.196
Concessionárias	8	2.113	1.844
Impostos a compensar	9	7	6
Despesas antecipadas	11	70	60
Total		**2.802**	**8.106**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	317	4.941
Imobilizado	12	148.261	152.233
		148.578	**157.174**
Total do ativo		**151.380**	**165.281**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	20.602	25.638
Partes relacionadas	10	-	462
Impostos a pagar	9	365	283
Outras contas a pagar	15	350	53
Total		**21.317**	**26.436**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	2.291	21.239
Provisões	14	381	239
Outras contas a pagar	15	5.614	6.004
		8.286	**27.482**
Total do passivo		**29.603**	**53.918**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		107.136	102.597
Reservas de lucros		14.641	8.767
Total do patrimônio líquido		**121.777**	**111.364**
Total do passivo e patrimônio líquido		**151.380**	**165.281**

Demonstração do resultado (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**17**	17.949	17.479
Custo do serviço de energia elétrica	**18**		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.313)	(2.804)
Custo de operação			
Depreciações		(4.154)	(4.153)
Materiais e serviços de terceiros		(3.586)	(3.190)
Outros custos de operação		(767)	(4.139)
		(8.507)	**(14.286)**
		(10.820)	**3.192**
Lucro bruto		**7.129**	**3.192**
Despesas e Receitas	**18**		
Despesas gerais e administrativas		(120)	(114)
Outras despesas e receitas operacionais		1.974	-
		1.854	**(114)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**8.983**	**3.078**
Resultado financeiro	**19**		
Receitas financeiras		143	247
Despesas financeiras		(807)	(774)
		(664)	**(526)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**8.319**	**2.552**
Tributos sobre o lucro	**20**		
Correntes		(615)	(599)
Diferidos		-	(9)
		(615)	**(608)**
Resultado líquido do exercício		**7.704**	**1.944**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	7.704	1.944
Resultado abrangente do exercício	**7.704**	**1.944**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.319	2.552
Depreciações e amortizações	4.154	4.153
Juros provisão desmantelamento	30	246
Atualização monetária	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	623
	13.105	**7.574**
Variações em:		
Concessionárias	(269)	2.474
Impostos a compensar	(1)	4
Despesas antecipadas	(10)	(60)
Adiantamento a fornecedores	-	3.114
Fornecedores	(5.036)	2.930
Impostos a pagar	30	(1.156)
Partes relacionadas	4.624	(36)
Outras contas a pagar	(603)	12
Caixa proveniente das atividades operacionais	**11.840**	**14.856**
Juros pagos	(563)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	**11.277**	**14.856**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(161)	(1.421)
Baixa imobilizado	-	22
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(161)**	**(1.399)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	4.539	-
Dividendos pagos	-	(2.269)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.239)	(14.071)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(16.700)**	**(16.340)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.584)**	**(2.883)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	612	6.196
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.196	9.079

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**102.597**	**478**	**-**	**6.806**	**-**	**109.881**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.944	1.944
Constituição de reserva legal	-	98	-	-	(98)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(461)	(461)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.385	(1.385)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**102.597**	**576**	**-**	**8.191**	**-**	**111.364**
Aumento de capital	4.539	-	-	-	-	4.539
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.704	7.704
Constituição de reserva legal	-	385	-	-	(385)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.830)	(1.830)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.489	(5.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**107.136**	**961**	**-**	**13.680**	**-**	**121.777**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

El Niño chega ao fim, mas país ainda deve ter ondas de calor no inverno

Relacionado a eventos climáticos extremos como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o fenômeno El Niño está chegando ao fim no Brasil. Boletim divulgado na quinta, 13, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) informa que as condições de temperatura na superfície do Oceano Pacífico estão voltando à média climatológica, após um ano de elevação. O boletim prevê também a chegada do La Niña no segundo semestre.

O El Niño se caracteriza pelo aquecimento igual ou maior que 0,5 grau nas águas do oceano. Segundo o Inmet, há 69% de probabilidade de ocorrer o fenômeno La Niña no Brasil, a partir do segundo semestre. Conforme os meteorologistas da Climatempo, a tendência é de que o La Niña persista durante todo o restante do ano de 2024, com pico provável para a primavera, de outubro a dezembro, devendo atuar ainda até o verão de 2025.

Após um período de transição que vai de julho a setembro, o La Niña costuma trazer efeitos inversos aos do El Niño. Com a diminuição igual ou maior do que 0,5 grau na temperatura do Pacífico, o registro normal é de aumento de chuvas no Norte e Nordeste, tendência de tempo mais seco no Sul e chuvas com menor regularidade no Centro-Sul - mas ainda é necessário cautela com as previsões, considerando o calor atípico que se vive em todo o mundo.

O El Niño acontece com frequência de dois a sete anos e dura em média 12 meses, trazendo impacto na temperatura global. O atual começou em junho de 2023 e, segundo o Inmet, foi classificado como de intensidade moderada a forte. Embora não tenha sido o mais intenso já registrado, seus impactos foram significativos e com efeitos variados nas diferentes regiões do País.

E no inverno?

No período do inverno brasileiro, que começa oficialmente daqui a uma semana, os primeiros efeitos da proximidade do La Niña serão mais evidentes no que se refere à umidade baixa, com poucas chuvas até meados da primavera, podendo se estender até o início de outubro.

O tempo seco persistente também favorecerá prováveis ondas de calor entre agosto e outubro - e vale considerar que o mundo todo vem de um ano inteiro com recordes de calor. Até lá, o frio pouco intenso deve prevalecer em grande parte do País.

Segundo a empresa Climatempo, as frentes frias e as massas de ar frio que as acompanham também ficarão mais frequentes com a atuação do fenômeno. Mas durante o inverno elas deverão esbarrar na grande massa de ar seco que se estabelecerá no interior do País - e já concentrou chuvas no Sul, como se viu durante todo o mês de maio.

Assim, a temperatura dentro e abaixo da média só é provável no extremo sul do Brasil. Áreas do Sudeste, como o Estado de São Paulo, terão aumento mais evidente no número de dias frios a partir de agosto, mas sempre alternando com períodos mais longos de temperatura acima do que normalmente é registrado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 85/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CAFÉ EM PÓ, AÇÚCAR CRISTAL E CHÁ MATE UTILIZADOS POR DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**. O período de envio das propostas será a partir de 17/06/2024 até 01/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 01/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 17/06/2024. Orlândia, SP, 14 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

Diretor da Conab responsável por leilão de arroz anulado entra em licença remunerada

O diretor executivo de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Thiago José dos Santos, entrou em licença remunerada ontem, 14, até a próxima sexta-feira, 21, conforme agenda do executivo publicada no site da empresa pública. Após esse período, ele tem uma nova licença de 8 a 9 de julho. O afastamento de Santos ocorre em meio à crise com a anulação do contestado leilão para compra pública de arroz importado realizado pela empresa pública. O leilão é da responsabilidade da diretoria de Santos. A permanência de Santos à frente da diretoria é discutida entre o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Palácio do Planalto, após inconsistências no edital e por ligação de Santos com um dos intermediários do certame. Santos é ligado a um dos empresários que intermediaram o maior volume de lotes arrematados no leilão, Robson Luiz de Almeida França, presidente da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e sócio proprietário da Foco Corretora. A proximidade de Santos com França chegou até os órgãos de controle do Executivo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A.

edp Renováveis

CNPJ/MF nº 31.469.563/0001-57

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	486	3.832
Concessionárias	8	2.296	2.111
Impostos a compensar	9	1.059	1.104
Estoque material de manutenção	11	3.846	2.762
Despesas antecipadas	12	94	81
Outros créditos	12	147	-
Total		**7.928**	**9.889**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	39.425	44.737
Imobilizado	13	151.921	155.334
Intangível	14	12	13
		191.358	**200.084**
Total do ativo		**199.286**	**209.973**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	10.399	16.347
Impostos a pagar	9	389	277
Outras contas a pagar	17	352	53
Total		**11.140**	**16.677**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	1.345	146.417
Provisões	16	381	239
Outras contas a pagar	17	5.614	6.005
		7.339	**152.661**
Total do passivo		**18.479**	**169.338**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		170.594	34.747
Reservas de lucros		10.212	5.888
Total do patrimônio líquido		**180.806**	**40.635**
Total do passivo e patrimônio líquido		**199.286**	**209.973**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.272	557
Depreciações	4.291	4.264
Juros provisão desmantelamento	30	246
Atualização monetária	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	623
	11.195	**5.690**
Variações em:		
Concessionárias	(185)	4.283
Impostos a compensar	45	71
Despesas antecipadas	(13)	(81)
Material de consumo	(1.084)	(1.966)
Adiantamento a fornecedores	-	3.058
Outros créditos	(147)	-
Fornecedores	(5.948)	1.716
Impostos a pagar	50	(196)
Partes relacionadas	5.312	(79)
Outras contas a pagar	(603)	(12)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**8.622**	**12.508**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(542)	(752)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	**8.080**	**11.756**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(856)	(1.762)
Baixa ao imobilizado	-	31
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(856)**	**(1.731)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	135.847	
Dividendos pagos	-	(1.836)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(146.417)	(14.913)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(10.570)**	**(16.749)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.346)**	**(6.723)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	486	3.832
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.832	10.555

Demonstrações de resultados (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	17.003	16.349
Custo do serviço de energia elétrica	20		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.249)	(2.819)
Custo de operação			
Depreciações		(4.291)	(4.264)
Materiais e serviços de terceiros		(4.414)	(3.683)
Outros custos de operação		(944)	(4.219)
		(11.898)	**(14.984)**
Lucro bruto		**5.105**	**1.364**
Despesas e Receitas	20		
Despesas gerais e administrativas		(68)	(226)
Outras despesas e receitas operacionais		1.929	(30)
		1.861	**(256)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**6.966**	**1.108**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		139	223
Despesas financeiras		(834)	(774)
		(695)	**(551)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**6.271**	**557**
Tributos sobre o lucro	22		
Correntes		(602)	(555)
Diferidos		-	(9)
		(602)	**(564)**
Resultado líquido do exercício		**5.669**	**(7)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	5.669	(7)
Resultado abrangente do exercício	**5.669**	**(7)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**34.747**	**386**	**-**	**5.509**	**-**	**40.642**
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(7)	(7)
Compensação do prejuízo	-	-	-	(7)	7	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**34.747**	**386**	**-**	**5.502**	**-**	**40.635**
Aumento de capital	135.847	-	-	-	-	135.847
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	-	-	-	-	5.669	5.669
Constituição de reserva legal	-	283	-	-	(283)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.345)	(1.345)
Compensação do prejuizo	-	-	-	4.034	(4.034)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	7	(7)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**170.594**	**669**	**-**	**9.543**	**-**	**180.806**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO IV S.A.

edp Renováveis

CNPJ/MF nº 31.469.852/0001-56

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	669	6.118
Concessionárias	8	2.036	1.736
Impostos a compensar	9	14	-
Despesas antecipadas	11	70	59
Outros créditos	11	4	-
Total		**2.794**	**7.913**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	244	6.054
Imobilizado	12	152.095	156.113
		152.339	**162.167**
Total do ativo		**155.133**	**170.080**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	20.499	26.409
Impostos a pagar	9	597	280
Outras contas a pagar	15	354	53
Partes relacionadas	10	-	92
Total		**21.450**	**26.834**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	1.793	78.021
Provisões	14	381	239
Outras contas a pagar	15	5.614	6.004
		7.788	**84.264**
Total do passivo		**29.238**	**111.099**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		116.198	54.747
Reservas de lucros		9.697	4.234
Total do patrimônio líquido		**125.895**	**58.981**
Total do passivo e patrimônio líquido		**155.133**	**170.080**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.977	928
Depreciações e amortizações	4.255	4.250
Juros provisão desmantelamento	30	246
Atualização monetária	92	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	510	623
	12.864	**6.047**
Variações em:		
Concessionárias	(300)	1.530
Impostos a compensar	(14)	10
Despesas antecipadas	(11)	(59)
Adiantamento a fornecedores	-	3.012
Outros créditos	(4)	-
Fornecedores	(5.910)	2.891
Impostos a pagar	56	(160)
Partes relacionadas	5.810	(36)
Outras contas a pagar	(601)	12
Caixa proveniente das atividades operacionais	**11.890**	**13.247**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(552)	(696)
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	**11.338**	**12.551**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(217)	(2.010)
Baixa de imobilizado	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(217)**	**(2.010)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/redução de capital	61.451	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(78.021)	(9.689)
Dividendos pagos	-	(1.228)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(16.570)**	**(10.917)**
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.449)**	**(376)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	669	6.118
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.118	6.494

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	17.183	15.216
Custo com energia elétrica	18		
Encargos de uso da rede elétrica		(2.262)	(2.728)
		(2.262)	**(2.728)**
Custo de operação	18		
Depreciações		(4.255)	(4.250)
Materiais e serviços de terceiros		(3.573)	(3.069)
Outros custos de operação		(804)	(4.090)
		(8.632)	**(14.138)**
Lucro bruto		**6.289**	**1.078**
Despesas e Receitas	18		
Despesas gerais e administrativas		1.802	(108)
Outras receitas e despesas operacionais		682	467
		2.484	**359**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**8.773**	**1.437**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		101	262
Despesas financeiras		(897)	(771)
		(796)	**(509)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**7.977**	**928**
Tributos sobre o lucro	20		
Correntes		(813)	(532)
Diferidos		-	(9)
		(813)	**(541)**
Resultado líquido do exercício		**7.164**	**386**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	7.164	386
Resultado abrangente do exercício	**7.164**	**386**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**54.747**	**258**	**-**	**3.682**	**-**	**58.687**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	386	386
Constituição de reserva legal	-	18	-	-	(18)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-		(92)	(92)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	276	(276)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**54.747**	**276**	**-**	**3.958**	**-**	**58.981**
Aumento de capital	61.451	-	-	-	-	61.451
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.164	7.164
Constituição de reserva legal	-	359	-	-	(359)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.701)	(1.701)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.104	(5.104)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**116.198**	**635**	**-**	**9.062**	**-**	**125.895**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Cheia afetou saúde mental de 90% dos moradores do RS

As consequências das enchentes na saúde mental da população do Rio Grande do Sul estão sendo investigadas por pesquisadores do Serviço de Psiquiatria do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e da Universidade Federal do Rio Grandes do Sul (UFRGS), com apoio da Rede Nacional de Saúde Mental (Renasam). Dados preliminares do estudo, que já entrevistou mais de 1.100 pessoas, mostram que nove em cada dez moradores do Estado foram afetados psicologicamente após o episódio.

Os resultados também escancaram o impacto da desigualdade econômica na saúde mental: segundo o estudo, a população com renda familiar inferior a R$ 1.500 é quem mais sofre com ansiedade, depressão e síndrome de burnout na região. O levantamento foi iniciado em meados de maio, com base em questionários online. Os principais sintomas relatados pelos participantes se referem a ansiedade (91%), síndrome de burnout (59%) e depressão (49%).

Os resultados preliminares também mostram que a ansiedade aflige 100% das pessoas com renda familiar abaixo de R$ 1.500 e 86,7% das que têm renda acima de R$ 10 mil. Já os sintomas de depressão são relatados por 71% das pessoas com menor renda, enquanto a taxa cai para 35,9% entre aquelas com melhor condição financeira. As taxas de burnout são de 69% no primeiro grupo e de 47% no segundo. O estudo ainda indica que mulheres são mais afetadas do que homens por problemas psicológicos.

A psiquiatra Simone Hauck, coordenadora do estudo e professora da UFRGS, avalia que quem tem melhor condição financeira tende a ter os sintomas reduzidos com o passar do tempo, uma vez que possuem mais recursos para reconstruir a vida. Além disso, o estudo evidencia, em dados, algo que já era imaginado: quem foi resgatado e ficou desabrigado, o que ocorreu principalmente com moradores de bairros vulneráveis, foi mais afetado psicologicamente. "São as pessoas com menos recurso material, estratégia e rede, em todos os níveis, para se recuperar de uma tragédia como essa", diz ela.

Importância - Segundo Simone, o estudo é importante para listar quais as áreas mais vulneráveis, possibilitando o planejamento de estratégias para auxiliar as pessoas. O objetivo é levantar dados úteis para embasar iniciativas do poder público e treinar profissionais para atendimento de saúde mental nos pontos mais vulneráveis. A pesquisa deve acompanhar os moradores do Estado por, pelo menos, um ano. Simone diz que, por enquanto, a ideia é divulgar resultados parciais ao longo desse período para facilitar o planejamento de ações para saúde mental.

PRF encontra 7 toneladas de maconha sob carga de ração para cães no Paraná

Uma equipe da Polícia Rodoviária Federal descobriu mais de 7 toneladas de maconha escondidas sob uma carga de ração para cães em Astorga, norte do Paraná. É a maior apreensão realizada este ano pela PRF no Estado. A abordagem ocorreu na noite da última quinta, 13, no pátio de um posto de combustíveis. Quando os policiais chegaram ao local, o motorista, de 42 anos, fazia reparos no caminhão.

Após retirar a lona que envolvia o semirreboque, os policiais já perceberam um forte odor de maconha. Preso em flagrante, o homem, morador de Americana, interior de São Paulo, disse que carregou a droga em Tapira, no Paraná, e que pretendia entregá-la em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Se e quando PL do aborto chegar ao Supremo, vou me manifestar, diz Barroso

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que o projeto de lei (PL) que equipara aborto a homicídio está em debate no Congresso, que "é o lugar certo para debater grandes temas nacionais". Ele foi questionado sobre o tema após evento em João Pessoa. "Se e quando chegar no Supremo, vou me manifestar", afirmou. Ele também disse que a ação que discute a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio voltará em breve à pauta do STF. No início do mês, o processo foi liberado para julgamento pelo ministro Dias Toffoli, que havia pedido vista.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO V S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.641/0001-13

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 11 de junho de 2024, sem modificações.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	458	6.483
Concessionárias	8	1.792	1.546
Impostos a compensar	9	1	-
Despesas antecipadas	11	63	54
Total		**2.314**	**8.083**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	-	4.158
Imobilizado	12	144.397	147.163
		144.397	**151.320**
Total do ativo		**146.711**	**159.404**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	18.948	23.155
Impostos a pagar	9	270	214
Outras contas a pagar	15	377	115
Total		**19.595**	**23.484**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	978	118.990
Provisões	14	324	203
Outras contas a pagar	15	4.759	4.605
		6.061	**123.799**
Total do passivo		**25.656**	**147.283**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		117.915	14.035
Reservas de lucro		3.140	(1.914)
Total do patrimônio líquido		**121.055**	**12.121**
Total do passivo e patrimônio líquido		**146.711**	**159.404**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.507	(846)
Depreciações e amortizações	4.062	4.026
Juros provisão desmantelamento	25	210
Atualização monetária	(351)	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos	912	42
	11.155	**3.432**
Variações em:		
Concessionárias	(246)	945
Impostos a compensar	(1)	6
Despesas antecipadas	(9)	(54)
Adiantamento a fornecedores	-	2.455
Fornecedores	(4.207)	1.987
Impostos a pagar	36	20
Partes relacionadas	4.158	(36)
Outras contas a pagar	(497)	(718)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**10.389**	**8.037**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(455)**	**(415)**
Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	**9.934**	**7.622**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(849)	(1.019)
Baixa de imobilizado	-	497
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	**(849)**	**(522)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	103.880	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(118.990)	(1.500)
Caixa líquido (aplicado) proveniente nas atividades de financiamento	**(15.110)**	**(1.500)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(6.025)**	**5.600**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	458	6.483
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.483	882

Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	17	15.179	12.478
Custo do serviço de energia elétrica	18		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(1.994)	(2.403)
		(1.994)	**(2.403)**
Custo de operação	18		
Depreciações		(4.062)	(4.027)
Materiais e serviços de terceiros		(2.768)	(2.766)
Outros custos de operação		(721)	(3.536)
		(7.551)	**(10.330)**
Lucro bruto		**5.634**	**(255)**
Despesas e Receitas	18		
Despesas gerais e administrativas		(120)	(106)
Outras receitas operacionais		1.631	-
		1.513	**(106)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**7.149**	**(361)**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		138	108
Despesas financeiras		(778)	(593)
		(640)	**(485)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**6.507**	**(846)**
Tributos sobre o lucro	20		
Correntes		(474)	(397)
Diferidos		-	(5)
		(474)	**(402)**
Resultado líquido do exercício		**6.033**	**(1.248)**

Demonstrações dos resultados abrangentes (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	6.033	(1.248)
Resultado abrangente do exercício	**6.033**	**(1.248)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Outras reservas	Lucros/ prej. acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**14.035**	-	-	-	**(666)**	**13.369**
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.248)	(1.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**14.035**	-	-	-	**(1.914)**	**12.121**
Aumento de capital	103.880	-	-	-	-	103.880
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.033	6.033
Constituição de reserva legal	-	206	-	-	(206)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(978)	(978)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.934	-	(2.934)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**117.915**	**206**	**2.934**	-	-	**121.055**

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Pereira Barreto V S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto V S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR I S.A.

CNPJ/MF nº 47.027.345/0001-00

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	22	-
		22	-
Total do passivo		22	-
Patrimônio Líquido	8		
Prejuízos acumulados		(22)	-
Total do patrimônio líquido		(22)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		-	-

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Despesas operacionais	9		
Despesas gerais e administrativas		(22)	-
		(22)	-
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		(22)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(22)	-
Resultado líquido do exercício		(22)	-

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(22)	-
Resultado abrangente do exercício	(22)	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Resultado do exercício	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(22)	(22)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	(Não auditado) 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22)	-
	(22)	-
Variações em:		
Fornecedores	22	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
	-	-

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Agricultura: Exportações de produtos agropecuários alcançam US$ 15 bilhões em maio

As exportações brasileiras de produtos agropecuários alcançaram US$ 15 bilhões em receita em maio, informou o Ministério da Agricultura, em nota. O valor é 10,2% inferior ao obtido em igual mês do ano passado, o equivalente a uma diminuição de US$ 1,71 bilhão. O setor respondeu por 49,6% dos embarques totais do País no último mês.

Na nota, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais da pasta aponta que os principais produtos responsáveis pelo resultado são café verde (+US$ 392,21 milhões), algodão não cardado nem penteado (+ US$ 337,30 milhões), celulose (+ US$ 298,95 milhões) e açúcar de cana em bruto (+US$ 114,63 milhões).

Os setores que mais se destacaram foram complexo sucroalcooleiro, que exportou US$ 1,43 bilhão em maio, um aumento de 15,3%; carnes registraram US$ 2,13 bilhões de vendas no mês, 14,2% de todas as vendas externas do agronegócio; os produtos florestais tiveram US$ 1,55 bilhão em vendas externas, crescendo 25,5% em relação a 2023.

Balança comercial - No acumulado do ano, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US$ 67,17 bilhões, caindo 0,2% em comparação com o período homólogo. O declínio das exportações ocorreu graças a queda de 9,8% nos preços de produtos exportados. O índice de quantidade apresentou crescimento de 10,7% nos cinco primeiros meses do ano. O agronegócio representou 48,4% das exportações totais brasileiras.

Juros: taxas recuam com apoio da Febraban a Haddad, Treasuries e IBC-Br

Os juros futuros fecharam a sessão em baixa e encerraram a semana num clima bem diferente do que no fechamento da anterior, graças ao alívio da pressão sobre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entre ontem e hoje, aliado ao IBC-Br mais fraco e queda no rendimento dos Treasuries. A reunião de Haddad hoje com representantes dos grandes bancos do País teve desfecho positivo, com demonstração de apoio da Febraban ao trabalho da Fazenda na agenda de revisão de gastos.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,660%, de 10,665% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 caía de 11,24% para 11,20%. O DI para janeiro de 2027 projetava taxa de 11,50%, de 11,60% ontem, e a do DI para janeiro de 2029 recuava a 11,88%, de 12,03%.

A curva perdeu inclinação não somente na semana como também nesta sessão, com os DIs longos recuando com mais força, favorecidos diretamente pelo ambiente externo e melhora na percepção de risco fiscal. As taxas chegaram pontualmente a reduzir o ritmo de queda no meio da etapa vespertina dada a piora do câmbio e redução de baixa dos juros dos títulos do Tesouro dos EUA, mas depois retomaram o fôlego.

Empresas de transporte de valores acionam STF sobre cota de contratação de PCDs e aprendizes

A Federação Nacional das Empresas de Transporte de Valores (Fenaval) apresentou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7668) no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que os postos de vigilante armado de transporte de valores sejam excluídos do cálculo de vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCDs) e jovens aprendizes, em razão da natureza da atividade e dos altos riscos a que essas pessoas estariam submetidas.

A ação foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes, que decidiu levar o julgamento diretamente ao Plenário e requisitou informações às autoridades envolvidas.

Segundo a Fenaval, a função exige capacitação específica, além de idade mínima de 21 anos. A entidade argumenta que a própria Polícia Federal, organizadora dos cursos de formação de vigilante, tem se manifestado há mais de 20 anos sobre a impossibilidade de PCDs concluírem com êxito o curso de formação para trabalhar em carros fortes, diante dos desafios físicos de parte das disciplinas, que requerem, entre outras habilidades, agilidade física, coordenação motora, flexibilidade, e força de ambos os lados do corpo.

A federação afirma que os sindicatos profissionais e patronais do setor já têm excluído da base de cálculo dos cotistas o número de vigilantes armados. A prática, porém, vem sendo questionada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Por isso, pede que o STF suspenda parcialmente a eficácia do artigo 93 da Lei 8.213/1991 (que obriga empresas com 100 ou mais empregados a destinar de 2% a 5% dos seus cargos a beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência) e do artigo 429 da CLT, que trata da contratação de aprendizes, em relação às empresas do setor.

Audiência pública debaterá sobre isenção tributária a agrotóxicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) fará uma audiência pública para debater a isenção tributária a agrotóxicos.

O pedido foi feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e aprovada pelo relator, ministro Edson Fachin, e pelo plenário da Corte. A data será marcada posteriormente.

Na ação, o PSOL questiona cláusulas do Convênio 100/1997 do Confaz que reduz em 60% a base de cálculo do ICMS dos agrotóxicos e autoriza os Estados a concederem isenção total do imposto nesses produtos.

Manifestações - Durante a sessão plenária de hoje (13), foram ouvidas as manifestações das partes do processo e de terceiros interessados.

A advogada Geovana Patrício, que falou pelo PSOL, apontou riscos à saúde e ao meio ambiente atrelados a agrotóxicos, reafirmando que a isenção tributária contribui para o uso desses produtos.

Por outro lado, o advogado Rodrigo de Oliveira, que falou pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), afirmou que o fim do benefício tributário nos agrotóxicos seria arcado pelo consumidor, que veria o preço dos produtos aumentarem para suprir os gastos a mais da produção.

Audiência pública - Ao fim das sustentações, o ministro Edson Fachin propôs ao Tribunal a realização de uma audiência pública sobre o tema. Como o julgamento havia sido iniciado no plenário virtual, o relator entendeu que era melhor uma deliberação colegiada sobre o pedido antes de autorizá-lo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR VI S.A.

CNPJ/MF nº 47.034.248/0001-37

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de junho de 2024, sem modificações.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	22	-
		22	-
Total do passivo		22	-
Patrimônio Líquido	8		
Prejuízos acumulados		(22)	-
Total do patrimônio líquido		(22)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		-	-

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2023
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Despesas operacionais	9		
Despesas gerais e administrativas		(22)	-
		(22)	-
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		(22)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(22)	-
Resultado líquido do exercício		(22)	-

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(22)	-
Resultado abrangente do exercício	(22)	-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Resultado do exercício	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(22)	(22)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22)	-
	(22)	
Variações em:		
Fornecedores	22	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	22	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-

Diretoria
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VI S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

CNPJ/MF nº 11.216.331/0003-41

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Os Diretores da Empresa Senhores **Marcelo José Milliet** e **Marcelo Vaz Bonini,** declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 2023, sem ressalvas com as opiniões expressas no relatório emitido em 12 de Junho 2024 pela **KPMG Auditores Independentes.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	47
Impostos e contribuições a recuperar	1.213	2.356
Outros ativos circulantes	37	33
Total do ativo circulante	1.255	2.436
Impostos e contribuições a recuperar	12.592	12.592
Outros ativos não circulantes	13.832	11.655
Total do ativo não circulante	26.424	24.247
Total do ativo	27.679	26.683

PASSIVO	2023	2022
Fornecedores	7	123
Impostos e contribuições a recolher	247	150
Passivos relacionados a contratos de clientes	115	115
Outros passivos circulantes	184	178
Total do passivo circulante	553	566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.290	1.292
Outros Passivos não circulantes	-	27
Total do passivo não circulante	1.290	1.319
Total do passivo	1.843	1.885
Capital social	27.000	27.000
Prejuízos acumulados	(1.164)	(2.202)
Patrimônio líquido	25.836	24.798
Total do patrimônio líquido	25.836	24.798
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.679	26.683
Valor patrimonial por quota - em reais (R$)	0,96	0,92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto (Prejuízo) Lucro por quota)

	2023	2022
Comerciais	(6)	(12)
Gerais e administrativas	(275)	(330)
Outras despesas operacionais	(129)	(44.035)
Outras receitas operacionais	1	5
Despesas Operacionais	(409)	(44.372)
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(409)	(44.372)
Despesas financeiras	(113)	(245)
Receitas financeiras	1.783	1.497
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS	1.261	(43.120)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(224)	(129)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	10.532
Imposto de renda e contribuição social	(223)	10.403
Lucro (Prejuízo) liquído do exercício	1.038	(32.717)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) liquído do exercício	1.038	(32.717)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) com recursos aplicado nas atividades operacionais		
Provisão de outras perdas estimadas	-	43.816
Despesas com IR e CS	223	(10.403)
Encargos financeiros	(1.549)	(188)
	(288)	508
(Aumento) redução de ativos		
Impostos e contribuições a recuperar	1.212	(223)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(116)	42
Impostos e contribuições a recolher	3	(24)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(21)	32
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	790	335
Imposto de renda e contribuição social pagos	(200)	(138)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	590	197
Atividades de investimento		
Emprestimo a Controladora	(632)	(11.468)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(632)	(11.468)
Atividades de financiamento		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (diminuição) nas disponibilidades e valores equivalentes	(42)	(11.271)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47	11.318
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	47
Aumento (diminuição) nas disponibilidades e valores equivalentes	(42)	(11.271)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) liquído do exercício	1.038	(32.717)
Resultado abrangente do exercício	1.038	(32.717)
Atribuídos a:		
Socios controladores	1.038	(32.717)
Acionistas não controladores		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio liquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.000	30.515	57.515
Prejuízo liquido do exercício	-	(32.717)	(32.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.000	(2.202)	24.798
Lucro do exercício	-	1.038	1.038
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.000	(1.164)	25.836

Diretoria
Marcelo José Milliet — Marcelo Vaz Bonini

Contador
Wagner Roberto Mazetto - CRC 1SP 219854-0

As demonstrações financeiras completas, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição na sede da Empresa.

EDP Transmissão Litoral Sul S.A.

CNPJ/MF nº 25.022.221/0001-91 - NIRE nº 3530054372-6

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 10:30horas, na sede social da EDP TRANSMISSÃO LITORAL SUL S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 37 Lapa de Baixo, São Paulo/SP. **2. Presença:** A reunião do Conselho de Administração foi instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz; do Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Otavio Assis Henriques; e do Conselheiro Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, que escolheu o Sr. Gabriel Monteiro dos Santos para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente esclareceu que a reunião tinha por finalidade deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovaram eleger o Sr. **Daniel Bruder Silveira Sarmento**, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 44.959.207-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.626.458-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024 e com vigência até a realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas de 31 de dezembro de 2024, em substituição ao Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo, Cep 05069-900. Dessa forma, o Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques** fica exonerado de suas funções ao cargo de Diretor Presidente da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024. **5.2.** Aprovaram eleger o Sr. **Daniel Bruder Silveira Sarmento**, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade nº 44.959.207-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 369.626.458-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, para o cargo de **Diretor Administrativo** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024 e com vigência até a realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas de 31 de dezembro de 2024. **5.3.** Os Diretores ora eleitos, neste ato e/ou por declaração própria, tomam ciência de sua eleição e a aceitam declarando não estarem incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis, conforme Termos de Posse arquivados na sede social da Companhia. **5.4** Em decorrência das deliberações tomadas acima, aprovaram unificar o mandato dos membros da Diretoria da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024 e com vigência até a realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas de 31 de dezembro de 2024, conforme composição abaixo: • ***Diretor Presidente:*** *Daniel Bruder Silveira Sarmento;* • ***Diretor Administrativo:*** *Daniel Bruder Silveira Sarmento;* • ***Diretor Técnico:*** *André Caetano Rocha de Andrade;* • ***Diretor Financeiro:*** *Vago.* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. *Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio.* **Gabriel Monteiro dos Santos -** Secretário da Mesa. JUCESP nº 220.294/24-0 em 10/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 34.175.032/0001-40 - NIRE 35.300.555.295

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de Junho de 2024

Data, Horário e Local: 05/06/2024, às 17h, na sede social da Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") localizada cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, conj. 181, sala 10, CEP 04.534-000, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Luiz Augusto Pacheco e Silva; Secretário: Rodrigo Teixeira Marcolino. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação da outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) da Fiança (conforme abaixo definido), em favor da **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário das Debêntures, no âmbito de sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 02 séries, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 Séries, para Colocação Privada, da Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.*", a ser celebrado entre a **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.**, CNPJ nº 48.929.019/0001-43 ("Emissora"), na qualidade de emissora, o Agente Fiduciário, a **Opea Securitizadora S.A.**, CNPJ nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de subscritora das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ("Securitizadora"), a Companhia, e a **Axis Renováveis S.A.**, CNPJ nº 22.873.125/0001-69 ("Axis Renováveis", sendo a Companhia e a Axis Renováveis, em conjunto, denominadas "Fiadoras"), na qualidade de fiadoras ("Escritura de Emissão"); **(ii)** a aprovação da outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária Emissora (conforme abaixo definida); **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da 257ª emissão da Securitizadora ("CRI"); e **(iv)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima; **Deliberações aprovadas por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: (i)** a aprovação da outorga, pela Companhia, até a comprovação da Conclusão Física-Financeira (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão) dos Empreendimentos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), solidariamente entre com a Axis Renováveis e com a Emissora, na qualidade de fiadora e principal pagadora, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Emissora na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do valor nominal unitário atualizado das Debêntures, da remuneração das Debêntures, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, da Securitizadora e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou a Securitizadora venham a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses da Securitizadora ou Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada; **(ii)** a aprovação da outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações, independentemente de espécie ou classe, de emissão da Emissora e demais bens e direitos derivados das referidas ações (exceto por direitos econômicos, inclusive relativos a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio), de titularidade da Companhia ("Alienação Fiduciária Emissora"), nos termos de instrumento contratual de alienação fiduciária de ações a ser celebrado; **(iii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(iv)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 130, §1º da LSA, e que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Acionistas presentes: **Axis Renováveis S.A.** devidamente inscrita no CNPJ: 22.873.125/0001-69 e representada conforme seu estatuto social. *Confere com o documento original lavrado em livro próprio*. São Paulo - SP, 05/06/2024. **Mesa: Luiz Augusto Pacheco e Silva** - Presidente; **Rodrigo Teixeira Marcolino** - Secretário; **Axis Renováveis S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor, Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - Diretor.

Axis Renováveis S.A.

CNPJ 22.873.125/0001-69 - NIRE 35.300.502.663

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de Junho de 2024

Data, Horário e Local: 05/06/2024, às 17h, na sede social da Axis Renováveis S.A. ("Companhia") localizada cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, conj. 181, CEP 04.534-000, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 15 §1º do Estatuto Social ("Estatuto") da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Rodrigo Teixeira Marcolino; Secretário: Luiz Augusto Pacheco e Silva. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 16, §1º, alínea (d) do Estatuto Social, a aprovação da outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) da Fiança (conforme abaixo definido), em favor do a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário das Debêntures (conforme abaixo definido), no âmbito de sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 02 séries, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 Séries, para Colocação Privada, da Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.*", a ser celebrado entre a **Axis Solar X Empreendimentos E Participações S.A.**, CNPJ nº 48.929.019/0001-43 ("Emissora"), na qualidade de emissora, o Agente Fiduciário, a **Opea Securitizadora S.A.**, CNPJ nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de ("Securitizadora"), na qualidade de subscritora das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), a Companhia, e a **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.**, CNPJ nº 34.175.032/0001-40 ("Axis Solar III", sendo a Companhia e a Axis Solar III, em conjunto, denominadas "Fiadoras"), na qualidade de fiadoras ("Escritura de Emissão"); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da 257ª emissão da Securitizadora ("CRI"); e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima; **Deliberações aprovadas por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: (i)** a aprovação da outorga, pela Companhia, até a comprovação da Conclusão Física-Financeira (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão) dos Empreendimentos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), solidariamente entre com a Axis Solar III e com a Emissora, na qualidade de fiadora e principal pagadora, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Emissora na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do valor nominal unitário atualizado das Debêntures, da remuneração das Debêntures, dos encargos moratórios a serem previstos na Escritura de Emissão, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na data de vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, da Securitizadora e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou a Securitizadora venham a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses da Securitizadora ou Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada; **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima; **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Rodrigo Teixeira Marcolino (Presidente) e Luiz Augusto Pacheco e Silva (Secretário). Conselheiros Presentes: Luiz Augusto Pacheco e Silva, Celso Ernesto Martini Filho, Stefan Jacques David e Marco Geraldo Monroy (Representado por: Stefan Jacques David) *Confere com o documento original lavrado em livro próprio*. São Paulo - SP, 5/06/2024. **Mesa: Rodrigo Teixeira Marcolino** - Presidente; **Luiz Augusto Pacheco e Silva** - Secretário.

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84 - NIRE nº 35.300.173.902

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 (trinta) do mês de abril de 2024, às 17:00 horas, na sede social da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Bloco A, Sala 23, Lapa de Baixo - São Paulo/SP- Cep 05069-900. **2. Convocação e Presença:** A presente Reunião foi instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, e dos(a) Conselheiros(a) Srs(a). Maria Marta de Figueiredo Geraldes, Luis Fernando Mendonça de Barros Filho, Jonatan Ross e Marcos Alexandre Couto Limberger, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, que escolheu a Sra. Michele Aline Cardoso Peres para secretariá-lo**. 4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente informou que a presente reunião tinha por finalidade deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovaram a destituição do Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, dos cargos de **Diretor Presidente** e de **Diretor Executivo** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024. **5.1.1** Nesta oportunidade, os membros do Conselho de Administração registram uma nota de reconhecimento pelos trabalhos desempenhados pelo Sr. Luiz Otavio Assis Henriques na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor Executivo da Companhia e votos de sucesso em seus novos desafios profissionais. **5.2.** Aprovaram a eleição, para mandato em curso, do Sr. **Luis Fernando Mendonça de Barros Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RG nº 27.226.598-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 251.408.188-25, residente e domiciliado na Capital de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 22, Lapa de Baixo, CEP 05069-900, São Paulo/SP, para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, o qual também cumulará o cargo de **Diretor Executivo** da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024. **5.2.1.** O Diretor ora eleito, neste ato e/ou por declaração própria, tomou ciência de sua eleição e a aceitou, declarando não estar incurso em nenhum crime que a impeça de exercer atividades mercantis, conforme termo de posse arquivado na Companhia. **5.3.** Em decorrência das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024 e com prazo de vigência até a data de realização da primeira Reunião do Conselho de Administração a ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas de 31 de dezembro de 2025: • ***Diretor Presidente:*** *Luis Fernando Mendonça de Barros Filho;* • ***Diretor Executivo:*** *Luis Fernando Mendonça de Barros Filho;* • ***Diretor Técnico:*** *Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho;* • ***Diretor:*** *Luiz Felipe Falcone de Souza;* • ***Diretor:*** *Vago.* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Presidente da Mesa:** Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz. **Secretária da Mesa**: Sra. Michele Aline Cardoso Peres**. Conselheiros(a):** Srs(a). João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, Maria Marta de Figueiredo Geraldes, Luis Fernando Mendonça de Barros Filho, Jonatan Ross, e Marcos Alexandre Couto Limberger. *Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.* **Michele A. Cardoso Peres** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 219.910.294/24-8 em 11/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bolsas de NY fecham sem sinal único, com cautela global em contraponto a apostas para Fed

As bolsas de Nova York fecharam sem direção única nesta sexta-feira, 14, com ímpeto limitado pela aversão ao risco que se espalhou pelos mercados globais em meio aos temores quanto às eleições legislativas da França. Mas operadores também continuaram observando os sinais para a política monetária americana. O índice Dow Jones encerrou a sessão em baixa de 0,15%, aos 38 589,16 pontos; o S&P 500 perdeu 0,04%, a 5.431,60 pontos; e o Nasdaq subiu 0,12%, aos 17.688,88 pontos - este último renovou recorde de fechamento mais uma vez.

Pronampe destinado a empresas do RS chega a R$ 1,042 bi em operações

A edição do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) voltada a empresas do Rio Grande do Sul atingiu R$ 1,042 bilhão em operações em poucas semanas. Os dados são do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que fornece garantia aos créditos emprestados pelos bancos e que conta com recursos do Tesouro.

O maior operador da linha é o Banco do Brasil, com R$ 759,7 milhões distribuídos entre 6.665 operações. Em seguida vem a Caixa Econômica Federal, com R$ 267,3 milhões concedidos, e 2 223 operações. Até agora, foram atendidas 9.021 empresas, sendo que a maior parte, ou 5.991, são empresas de pequeno porte. As microempresas são 3.018.

Mendonça contraria Bolsonaro e vota para livrar Janones de ação por injúria

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, defendeu que a Corte máxima rejeite enquadrar o deputado André Janones (Avante-MG) por chamar o ex-presidente Jair Bolsonaro de 'miliciano, ladrãozinho de joias, bandido fujão, assassino'.

O ministro argumentou que incide a imunidade parlamentar de Janones no caso, invocando precedentes do ex-senador Telmário Mota e do ex-deputado Anthony Garotinho. Mendonça acompanhou o voto do ministro Cristiano Zanin em julgamento realizado no plenário virtual. A previsão é a de que a análise do caso seja encerrada nesta sexta-feira, 14. Do outro lado, já três votos pela abertura de ação penal sobre suposto crime de injúria atribuído a Janones - o da relatora Cármen Lúcia, do ministro Alexandre de Moraes e do ministro Flávio Dino. Em voto de 14 páginas, Mendonça se opôs ao intento do ex-presidente - que lhe indicou à Corte máxima, ressaltando que a 'atuação livre dos parlamentares na defesa de suas opiniões, sem constrangimentos ou receios de tolhimentos de quaisquer espécies, é condição fundamental para o pleno exercício de suas funções e para a adequada circulação de ideias e enriquecimento de debates'. O ministro apontou que entre Janones e Bolsonaro 'já pendia sensível animosidade política' antes do ajuizamento da notícia-crime, vez que são adversários político-ideológicos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF vai realizar audiência pública antes de julgar benefícios fiscais para agrotóxicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o julgamento que trata de benefícios fiscais para agrotóxicos e decidiu realizar uma audiência pública para discutir o tema com mais profundidade O relator, Edson Fachin, atendeu a pedido do PSOL, autor da ação. A decisão foi confirmada por unanimidade pelos demais ministros. Fachin considerou que os fatos mudaram com a aprovação da reforma tributária e que, desde o início do julgamento, em 2020, surgiram novas normas administrativas sobre o tema. Ele também mencionou novos estudos sobre o impacto dos agrotóxicos. "Aportaram novos estudos e publicações científicas nessa área, que é uma área dinâmica, e numa audiência pública poderiam ser mais escrutinados", afirmou o ministro. A análise começou no plenário virtual, onde o placar estava em 4 x 2 x 2 - quatro votos são para manter a regra atual, dois para derrubá-la e dois votos médios. Como a discussão foi levada ao plenário presencial, o placar será reiniciado e os ministros votam novamente, podendo manter ou mudar as posições apresentadas no plenário virtual. A ação foi apresentada pelo PSOL contra um convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduz 60% da base de cálculo do ICMS de agrotóxicos nas saídas interestaduais e autoriza os estados e o Distrito Federal a conceder a mesma redução nas operações internas envolvendo agrotóxicos.

Cumprindo decisão do STF, Quinta Turma anula processo que levou à condenação de réus investigados na Lava Jato

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cumprindo decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), declarou a nulidade das provas contra dois réus condenados em ação penal derivada da Operação Lava Jato, obtidas a partir do sistema de informática Drousys, da construtora Odebrecht, o qual foi utilizado no acordo de leniência da empresa.

As provas extraídas dos sistemas Drousys e My Web Day foram consideradas imprestáveis pelo Supremo.

Em ofício à ministra Daniela Teixeira, relatora de recursos apresentados pelos dois réus, o STF comunicou que foram estendidos a eles os efeitos do julgamento de uma reclamação no qual se concluiu pela anulação das provas baseadas em informações do sistema Drousys.

(Foto: EBC)

A ministra Daniela Teixeira é a relatora de recursos.

Em consequência, a Quinta Turma determinou o desentranhamento das provas e anulou todas as decisões até aqui proferidas nas ações penais, desde o recebimento da denúncia, a qual deverá ser analisada novamente pelo juízo - agora sem as provas que o STF considerou imprestáveis.

Os sistemas informáticos, segundo a Odebrecht, teriam servido para organizar o pagamento de propina a agentes públicos. Para o STF, contudo, houve manipulação inadequada do material oriundo dos sistemas, o que gerou quebra da cadeia de custódia e contaminação do acervo probatório das ações penais.

A decisão que reconheceu a nulidade das provas foi estendida pelo STF a Djalma Rodrigues de Souza e Glauco Colepicolo Legatti, réus na ação penal que tramitou na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Provas obtidas no sistema Drousys foram citadas tanto na sentença quanto pelo TRF4 - A ministra Daniela Teixeira afirmou que a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os réus teve como suporte os elementos colhidos do sistema Drousys, e que houve menção aos registros retirados dessa plataforma tanto na sentença quanto no acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que confirmou as condenações.

"De fato, na esteira do entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento da nulidade no material probatório em análise deve ser tido por absoluto", afirmou a ministra, ao determinar a exclusão de tais elementos de prova. Segundo ela, como foi esse material que fundamentou essencialmente a denúncia do MPF, deve também ser determinada a volta do processo ao início.

Segundo Daniela Teixeira, tratando-se de discussão relacionada ao direito fundamental da liberdade, o processo penal não pode permitir provas consideradas ilícitas.

Ela lembrou que, nos termos do artigo 157 do Código de Processo Penal, as provas que violarem as normas constitucionais ou legais devem ser desentranhadas do processo.

Núcleo de Processos Estruturais do STF vai acompanhar medidas de proteção a povos indígenas isolados

(Foto: EBC)

No despacho, Fachin justificou a medida em razão da complexidade da causa e explicou que o procedimento não interfere nos prazos em curso em relação à última decisão no processo.

O Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (Nupec) do Supremo Tribunal Federal (STF) vai acompanhar e monitorar as medidas de proteção a terras indígenas com povos isolados e de recente contato (que mantêm contato seletivo com segmentos da sociedade) estabelecidas pelo Tribunal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 991. O encaminhamento dos autos ao setor foi determinado pelo ministro Edson Fachin, relator da ação.

No despacho, Fachin justificou a medida em razão da complexidade da causa e explicou que o procedimento não interfere nos prazos em curso em relação à última decisão no processo.

Ele lembrou, ainda, que a ADPF tem caráter estrutural e, por isso, destina-se a implementar medidas necessárias e determinadas pelo Plenário. O objetivo é efetivar uma política pública institucional que assegure condições de sobrevivência e garantia territorial aos povos indígenas isolados e de recente contato brasileiros, nos termos da Constituição da República.

Plano de ação - Em agosto de 2023, o Tribunal referendou decisão do relator que determinou à União a adoção de medidas necessárias para garantir a proteção integral dos territórios com presença de povos indígenas isolados e de recente contato, incluindo a apresentação, em 60 dias, de um plano de ação nesse sentido. Após a extensão do prazo por mais 30 dias, a União apresentou um plano de ação, uma lista de ações promovidas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e um cronograma de elaboração e publicação dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação das terras indígenas.

Procuradores veem 'inversão de lógica' e inconstitucionalidade de PL contra delação de presos

A Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal elencou inconstitucionalidades no projeto de lei que veda delações premiadas de presos e criminaliza a divulgação da colaboração.

Segundo a Procuradoria, a proposta viola o princípio da ampla defesa, assim como os princípios da isonomia e da autonomia da vontade, além de afrontar uma série de obrigações internacionais assumidas pelo País.

Assim, os procuradores indicam que o projeto sob discussão dos parlamentares, sob o argumento de proteger o acusado, pode prejudicar o mesmo quando ele 'estiver decidido a colaborar, de maneira voluntária e devidamente informada'.

"Haveria uma restrição inconstitucional dessa alternativa para o réu preso, sem uma justificativa plausível, a não ser supostamente protegê-lo, mesmo quando essa proteção contrarie o melhor interesse de sua defesa! Esse raciocínio acaba por prejudicar o investigado, sob o fundamento de protegê-lo, em uma inversão do fundamento dos direitos fundamentais. Realmente, seria um contrassenso que garantias estabelecidas em nome do imputado - o caráter voluntário da colaboração - seja utilizada para retirar-lhe direitos. É uma verdadeira inversão da lógica dos direitos humanos", registra o texto. A nota técnica foi divulgada nesta quarta-feira, 12, mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovou acelerar a tramitação do projeto de lei. A proposição tem como justificativa a premissa de que a mudança asseguraria a voluntariedade da delação, evitando o uso de prisões como 'instrumento psicológico de pressão'.

A avaliação da 5CCR, no entanto, é a de que o PL 'vai exatamente no sentido oposto' do que pretende: "Ao proibir a celebração do acordo de colaboração com pessoas presas, a lei restringe o direito de todo cidadão à ampla defesa e viola uma séria de garantias do investigado".

Mendonça contraria Bolsonaro e vota para livrar Janones de ação por injúria

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, defendeu que a Corte máxima rejeite enquadrar o deputado André Janones (Avante-MG) por chamar o ex-presidente Jair Bolsonaro de 'miliciano, ladrãozinho de joias, bandido fujão, assassino'. O ministro argumentou que incide a imunidade parlamentar de Janones no caso, invocando precedentes do ex-senador Telmário Mota e do ex-deputado Anthony Garotinho.

Mendonça acompanhou o voto do ministro Cristiano Zanin em julgamento realizado no plenário virtual. A previsão é a de que a análise do caso seja encerrada nesta sexta-feira, 14. Do outro lado, já três votos pela abertura de ação penal sobre suposto crime de injúria atribuído a Janones - o da relatora Cármen Lúcia, do ministro Alexandre de Moraes e do ministro Flávio Dino

Em voto de 14 páginas, Mendonça se opôs ao intento do ex-presidente - que lhe indicou à Corte máxima, ressaltando que a 'atuação livre dos parlamentares na defesa de suas opiniões, sem constrangimentos ou receios de tolhimentos de quaisquer espécies, é condição fundamental para o pleno exercício de suas funções e para a adequada circulação de ideias e enriquecimento de debates'. O ministro apontou que entre Janones e Bolsonaro 'já pendia sensível animosidade política' antes do ajuizamento da notícia-crime, vez que são adversários político-ideológicos. Para o ministro, as falas do deputado se deram na esteira dessa disputa, 'por validação do próprio discurso e ânsia de apresentar aos eleitores postura combativa e crítica do adversário partidário'.

Nesse contexto, Mendonça evocou dois precedentes em que o STF reconheceu a incidência da imunidade parlamentar. Primeiro o ministro citou inquérito que mirou o ex-deputado e ex-governador do Rio Anthony Garotinho que, segundo Mendonça, acusou 'expressamente um Deputado Estadual (André Lazaroni de Morais) de ser apoiado por traficantes de drogas, além de ter insinuado que tal desafeto político teria envolvimento com chefes do narcotráfico e uma rede de policiais corruptos'.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 426/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 5.991/2024
COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Divisão de Licitação e Contratos, COMUNICA a todos os interessados, a retificação do EDITAL e NOVA DATA de sessão de processamento da licitação supra, que tem por objeto o "REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESCOLARES".
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 17/06/2024 até as 14h00min do dia 27/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h01min do dia 27/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 14h30min do dia 27/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
O Edital retificado encontra-se à disposição nos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 518/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 7.411/2024
COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA através da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados a ALTERAÇÃO do ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO, do edital da Licitação supra destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA DIOGO JUNIOR, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA".
Na oportunidade informamos que fica mantido o prazo para recebimento das propostas, que será até as 08h30min do dia 21 de junho de 2024, na plataforma www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais informações que não foram atingidas por este comunicado.
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 464/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.680/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/06/2024 até as 08h30min do dia 01/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 01/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 01/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 467/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.828/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS LOCAÇÕES DE TENDAS E SANITÁRIOS QUÍMICOS.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/06/2024 até as 08h30min do dia 02/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 02/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 02/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 7.695/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL SULFITE.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/06/2024 até as 08h30min do dia 03/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 03/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 03/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 463/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 7.400/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÁGUA MINERAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/06/2024 até as 08h30min do dia 05/07/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 05/07/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 05/07/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 14 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676